

A IMPRENSA e m TRANSIÇÃO

*Alzira Alves de Abreu
Fernando Lattman-Weltman
Marieta de Moraes Ferreira
Plínio de Abreu Ramos*

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
EDITORA

Os historiadores começam lenta e timidamente a retirar o véu que recobre as lendas e os mistérios que fazem a história da imprensa brasileira. Este livro, coordenado por Alzira Alves de Abreu, é um exemplo dessa aproximação, necessária não só para que a própria imprensa se conheça, como também para que se conheça melhor o funcionamento de uma das peças vitais da complicada engrenagem chamada democracia.

Que ninguém duvide. Haverá sempre uma íntima relação de causa e efeito entre o papel da imprensa e a qualidade da democracia. Se a imprensa é ruim naquilo que é sua essência – a informação, a denúncia, a análise –, a democracia será sempre capenga, insuficiente, excludente. Ou, com mais frequência, cúmplice dos governantes que privatizam o que é público. Um hábito antigo, já denunciado pelo padre Vieira num sermão de 1641, ao falar daqueles que não buscam o bem do povo e, sim, os bens do povo.

Nesse contexto, a corrupção tornou-se um problema crucial para as nações mais pobres e transformou a imprensa brasileira, na última década especialmente, caudatária do tema. E como ela tem se saído nesse papel? Mas o papel da imprensa vai muito além do que esse, de coibir os ganhos ilícitos dos homens públicos. Os historiadores contarão essa história como, agora, o livro conta uma parte das aventuras da imprensa dos anos 50. Um período marcado por um rico processo de transformações, que vai se completar na década seguinte com a regulamentação da profissão de jornalista.

Os estudos reunidos neste livro, elaborados por Alzira Abreu, Fernando Lattman-Weltman, Marieta de Moraes Ferreira e Plínio de Abreu Ramos, pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, no Rio, ampliam o espaço dos estudos descritivos sobre a imprensa brasileira e criam as bases indispensáveis para caminhadas mais longas.

Afinal, desde que surgiram, os jornais tornaram-se fontes de pesquisa. Mas quais os limites de confiabilidade da informação que os jornais oferecem aos estudiosos?

O esforço dos pesquisadores torna a leitura deste livro extremamente compensadora. Através destes quatro ensaios históricos é possível compreender um pouco das transformações, mudanças de linguagem, modificações gráficas e, principalmente, os caminhos editoriais da imprensa brasileira.

São trabalhos importantes para o debate. Instrumentos indispensáveis que antecedem a mergulhos mais profundos de análises teóricas e histórico-comparativas onde o campo é quase virgem e, por consequência, cheio de perguntas sem respostas: a imprensa brasileira é livre? Por que sim ou por que não? Como é a relação imprensa e Estado? Como se intercomunicam os interesses privados de uma empresa de comunicação e os supostos interesses públicos pelos quais o jornalismo, por definição, deveria zelar? E, por fim – embora não seja tudo –, qual o papel do jornalista nessa história?

Mas que fique claro. Por maiores que sejam as mazelas do jornalismo no Brasil, os prós são maiores que os contras. Afinal, se a sociedade brasileira sabe mais hoje do que sabia ontem, é justo dar crédito também ao fato de que a imprensa melhorou a qualidade do seu trabalho.

Houvesse uma contabilidade na ponta do lápis, as sociedades notariam com mais clareza que o saldo é positivo. Afinal, só quem viveu sob o tacão dos ditadores e sobreviveu às experiências dos regimes autoritários conhece o preço elevado da mordida da censura oficial e a importância de uma imprensa livre. Mas que não se tenha ilusões com este conceito. Imprensa livre é entendida aqui como aquela que surge da disputa pela informação, cresce pela concorrência e se molda pela fiscalização das sociedades organizadas.

Fica aí essa provocação de um repórter aos historiadores.

Maurício Dias

A IMPRENSA
em
TRANSIÇÃO

O Jornalismo Brasileiro nos Anos 50

A IMPRENSA *e m* TRANSIÇÃO

O Jornalismo Brasileiro nos Anos 50

*Alzira Alves de Abreu
Fernando Lattman-Weltman
Marieta de Moraes Ferreira
Plínio de Abreu Ramos*



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
EDITORA

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
A citação deve ser textual, com indicação da fonte conforme abaixo

Referência Bibliográfica:

Abreu; Alzira Alves – A imprensa em transição: o
jornalismo brasileiro nos anos 50
Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 200p

ISBN 85-225-0199-8

Direitos desta edição reservados à Fundação Getúlio Vargas

Praia de Botafogo, 190 — 22253-900

CP 62.591 — CEP 22252-970

Rio de Janeiro, RJ — Brasil

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra

Copyright © Fundação Getúlio Vargas

1ª edição — 1996

Edição de texto do capítulo 2: Amir Geiger

Copidesque e índice: Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães

Editoração eletrônica: Eliane da Silva Torres e Simone Ranna

Revisão: Fatima Caroni

Produção gráfica: Helio Lourenço Netto

Capa: Tira linhas studio

A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50/Alzira Alves de Abreu (org.); Plínio de Abreu Ramos... [et al.]. — Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
200p.

Inclui bibliografia e índice.

I. Jornalismo — Brasil — 1950. 2. Imprensa — Brasil — 1950. I. Abreu, Alzira Alves de. II. Ramos, Plínio de Abreu. III. Fundação Getúlio Vargas.

CDD 079.81

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1	13
Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50	
<i>Alzira Alves de Abreu</i>	
Introdução	13
Os suplementos literários: novas idéias, velhas idéias	17
Os colaboradores	23
Os temas	33
Os suplementos literários em resenha	47
Considerações finais	57
Referências bibliográficas	58
Capítulo 2	61
A imprensa nacionalista no Brasil	
<i>Plínio de Abreu Ramos</i>	
Introdução	61
O <i>Jornal de Debates</i>	64

<i>A Revista do Clube Militar</i>	77
<i>O Popular</i>	89
<i>O Emancipação</i>	114
<i>O Semanário</i>	123
Conclusão	138
Referências bibliográficas	139
 Capítulo 3	 141
<i>A reforma do Jornal do Brasil</i>	
<i>Marieta de Moraes Ferreira</i>	
Introdução	141
Os anos 50	142
<i>O Jornal do Brasil</i> e sua trajetória	144
<i>A reforma do Jornal do Brasil</i>	151
Considerações finais	154
Referências bibliográficas	155
 Capítulo 4	 157
<i>Imprensa carioca nos anos 50: os "anos dourados"</i>	
<i>Fernando Lattman-Weltman</i>	
Introdução	157
Referenciais teóricos	158
Amostra obtida	161
Metodologia e micro-hipóteses da pesquisa	163
Indicadores utilizados na pesquisa e resultados obtidos — anos 50	167
Análise comparativa — anos 50 e 90	175
A título de conclusão	180
Referências bibliográficas	181
Anexo 1	182
Anexo 2	184
 Índice	 189

Introdução

Até muito recentemente, a imprensa não constituía objeto de estudo da história e dos historiadores, embora os jornais desde muito tenham sido utilizados como fontes para a pesquisa por essa categoria de estudiosos. O jornalista, que produz o material que eventualmente será utilizado pelo pesquisador do futuro, tampouco havia merecido até agora atenção maior por parte dos historiadores. Apenas nos últimos anos essa situação começou a se alterar, e pesquisas sobre a mídia começaram a fazer parte de projetos de muitas instituições universitárias. O interesse, de início muito restrito e só voltado para a imprensa escrita, começou também a se ampliar. Hoje o rádio e a televisão despertam a atenção de pesquisadores tanto da área de história quanto de antropologia, sociologia e ciência política, sem falar, evidentemente, da área de comunicação, que tem contribuído com inúmeras análises sobre esse tema.

As razões para a ausência de estudos abrangentes sobre a imprensa, o jornalismo e os jornalistas podem estar ligadas, em parte, à própria concepção e aos métodos da história que predominaram até as últimas décadas. Durante muito tempo, só era possível fazer história por meio da reconstituição do passado. O historiador precisava de uma distância no tempo para poder analisar “objetivamente”, sem paixões, o seu objeto

de estudo. A aceitação da "história do tempo presente", como uma área passível de análise pelo historiador, só ocorreu nos últimos anos. Até então, fazer história dos acontecimentos recentes era tarefa deixada aos jornalistas. Os arquivos escritos eram a única fonte reconhecida como legítima pelos historiadores. Como a imprensa não tem por regra abrir seus arquivos, exceto as coleções dos periódicos publicados, os historiadores limitaram-se a reconhecer a importância dos jornais apenas para a pesquisa daqueles temas — como movimento operário, sindicatos, partidos políticos, correntes de pensamento etc. — que nem sempre apresentam fontes documentais escritas, e para os quais, portanto, os jornais constituíam o único recurso disponível para preencher as lacunas de documentação. A utilização de outras fontes, como as orais e visuais, não era sequer vista como alternativa viável, capaz de substituir as fontes escritas ausentes. Na reconstituição do passado, outra razão que pode explicar o desinteresse do historiador pela imprensa como tema em si mesmo é o fato de ela ser geralmente considerada subordinada e reprodutora de um discurso ideológico dominante. Ela se apoiaria em fontes que representam as instituições detentoras de poder e os interesses organizados. Não lhe é atribuído papel de construtora do próprio fato que divulga. Nessa concepção, baseada na teoria da dominação, perde-se de vista os casos em que a mídia tem a iniciativa do processo de definição e é provocadora de um acontecimento. Basta lembrar aqui, como exemplo brasileiro, o papel que ela desempenhou na ascensão do candidato Fernando Collor de Mello à presidência da República e no seu posterior afastamento do poder, para deixar claro o que quero dizer. Lembro também que o marxismo, que durante longo tempo permeou o pensamento de parte significativa dos nossos cientistas sociais e dos nossos historiadores, teve papel destacado na divulgação dessa concepção.

O alargamento do campo da história nas últimas duas décadas, com a introdução de novas linhas de investigação, como a história das mentalidades e a história da sociabilidade, e a volta do interesse pela história política e pela história da cultura, a par da crise do comunismo e do questionamento dos modelos de interpretação das ciências sociais oferecidos pelo marxismo ou pelo estruturalismo, ajudaram sem dúvida alguma a aproximar os historiadores dos jornalistas, do jornalismo e da

mídia. E essa aproximação permitiu discernir alguns elementos interessantes na história do afastamento anterior.

É verdade que nos longos períodos de supressão das liberdades democráticas, o que no Brasil se repetiu mais de uma vez, a imprensa teve de submeter-se ao desígnio dos governos autoritários, e se comportou como porta-voz desses governos. As idéias e as políticas divulgadas poderiam ser ou não coincidentes com as das direções dos jornais, mas a capacidade de reagir às imposições era limitada, e a sujeição a estas, uma forma de adaptação e sobrevivência. Essas conjunturas autoritárias ajudaram a reforçar uma visão de submissão da imprensa no tratamento da informação e a distanciá-la ainda mais dos historiadores.

No período atual, de formação de uma democracia de massas, a informação é indispensável como suporte aos partidos políticos, sindicatos, municipalidades, associações civis etc. A mídia tem assim, cada vez mais, lugar de destaque no sistema político e está comprometida, junto com os demais atores sociais, na construção de uma sociedade democrática. Mas não é só isso que chama a atenção do historiador: ele voltou a valorizar o estudo do acontecimento histórico, e hoje a mídia — imprensa escrita, rádio e televisão — representa para o acontecimento a condição de sua existência. A publicização dá forma à própria produção do acontecimento. Para que haja acontecimento é preciso que ele seja conhecido, e os jornalistas são os primeiros a apresentá-lo. Desse modo, o historiador não pode mais ignorar que a mídia é parte integrante do jogo político e da própria construção do acontecimento histórico. O historiador deve admitir, por outro lado, que os jornalistas são ao mesmo tempo testemunhas e atores e, na maior parte das vezes, porta-vozes de partidos políticos, de organizações e de interesses.

Este livro é uma contribuição a essa discussão. Os estudos aqui reunidos, elaborados por pesquisadores do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, são o resultado de um projeto que pretende analisar questões relativas ao comportamento, características e mudanças ocorridas na imprensa brasileira e suas relações com o sistema político. Este projeto só se concretizou porque contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual, por meio da concessão de bolsas de estudo, permitiu que alguns estudantes dele participassem, levantando dados e informações nos jornais.

Inicialmente, escolhemos trabalhar com os anos 50. Essa escolha se justifica, pois uma análise, mesmo superficial, do comportamento da imprensa brasileira neste século indica que no pós-guerra os jornais passaram por grandes transformações, tornaram-se de fato empresas comerciais detentoras de poder econômico e introduziram inovações técnicas, gráficas e editoriais. Além disso, contribuíram para as rupturas que ocorreram na imprensa os acontecimentos políticos traumáticos que tiveram lugar nessa década. A crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954 pode ser vista como um divisor de águas. A imprensa, que nos meses que precederam o 24 de agosto exacerbou a linguagem violenta e apaixonada utilizada no tratamento dos temas políticos, a partir desse acontecimento buscou maior objetividade na construção e transmissão da notícia. A forma de fazer oposição a Vargas foi percebida por parte da imprensa de oposição como parcialmente responsável por esse drama político, e uma nova imprensa foi surgindo a partir de então.

Por outro lado, foi também nessa década que se deu uma profissionalização maior da atividade jornalística. As faculdades de filosofia colocaram no mercado um novo contingente de profissionais, com formação mais especializada, determinando o aparecimento de um novo jornalismo, mais voltado para a informação.

Os estudos aqui apresentados mostram o momento de transição. Os dois primeiros textos, um sobre os suplementos literários e outro sobre a imprensa nacionalista, trazem aspectos de um tipo de jornalismo que prevaleceu até os anos 50, começando então a sofrer mudanças para vir a desaparecer nas décadas seguintes. Os outros dois textos, sobre a reforma do *Jornal do Brasil* e sobre as mudanças na apresentação da notícia, indicam as transformações que estavam sendo então introduzidas no jornalismo.

O texto sobre os suplementos literários, de minha autoria, identifica os anos 50 como o momento de inflexão de um modelo. Os suplementos literários deixam então de ser o espaço da crítica e do debate de idéias para se tornar o que são hoje, resenhadores dos novos lançamentos editoriais. É possível acompanhar, através da leitura dos suplementos, o debate e os questionamentos sobre a forma e o conteúdo da crítica literária. Observa-se que a crítica vai perdendo espaço na imprensa e se acantonando na universidade. Por outro lado, percebe-se que na década de 50 ainda havia uma relação intensa entre imprensa e história, servindo

a primeira como veículo e grande espaço de divulgação da segunda. A história do Brasil, principalmente, ocupava um espaço significativo, como se pode ver tanto pelos temas tratados, quanto pela escolha dos livros recém-lançados e submetidos à apreciação crítica.

Ao examinarmos os suplementos literários ao longo da década de 50, é também possível identificar os momentos de introdução de novas idéias, novos temas e novos colaboradores, enfim, as tendências culturais que vão dominar as décadas seguintes. Entretanto, os suplementos não abriram espaço para a apresentação do debate sobre as idéias políticas que mobilizavam os intelectuais do período.

O trabalho de Plínio de Abreu Ramos nos traz esse debate político através do estudo da imprensa nacionalista. Esta era formada por pequenos jornais de ampla circulação entre os diversos setores sociais, marcados por posições ideológicas bem definidas. Foi nos anos 50 que ocorreu o grande debate sobre as opções políticas que envolviam a direção a ser dada ao desenvolvimento brasileiro. A corrente nacionalista se fez presente com uma imprensa própria. Mas observa-se que ela vai perdendo espaço e praticamente desaparece na década seguinte.

A reforma do *Jornal do Brasil*, que ocorreu nos anos de 1956/57, é um tema que sempre despertou interesse no meio jornalístico, pois as inovações então introduzidas influenciaram duradouramente a forma de se "fazer jornal". O estudo de Marieta de Moraes Ferreira traz como contribuição uma análise histórica sobre as diferentes variáveis que permitiram ao *JB* se tornar o modelo de modernidade para a imprensa brasileira nesse período. A análise permite ampliar o conhecimento sobre o processo da reforma e mostra como, na própria estrutura anterior do jornal, se criaram as condições para as mudanças que ocorreram.

O texto de Fernando Lattman-Weltman aponta as mudanças que se operaram na apresentação da notícia nos anos 50. O trabalho é resultado da análise comparativa de alguns jornais do antigo Distrito Federal, hoje Rio de Janeiro, e de jornais da cidade na década atual. Ao comparar a "objetividade jornalística", nas décadas de 50 e 90, o autor indica a necessidade de se pensar a produção jornalística sob o signo das transformações históricas e estruturais que a condicionam, do ponto de vista tanto econômico quanto político e simbólico.

Antes de concluir a Introdução, devo registrar que Plínio de Abreu Ramos faleceu antes de ver editado este livro. Atento observador da vida política brasileira, jornalista que mantinha estreitas relações com a história e um nacionalista até o fim da vida, Plínio nos deixou seu estudo inédito sobre a imprensa nacionalista, da qual foi ao mesmo tempo participante e analista. É em sua homenagem que hoje publicamos estes trabalhos.

Rio de Janeiro, outubro de 1995

Alzira Alves de Abreu

Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50*

Introdução

A idéia inicial deste estudo foi identificar a atuação dos intelectuais brasileiros nos suplementos literários dos jornais diários de maior circulação durante a década de 50. A produção intelectual desse período foi profundamente marcada pelo debate de idéias políticas, pelo anti-comunismo, pela elaboração de projetos de desenvolvimento e pela ideologia do *nacional-desenvolvimentismo*, que não só permeou as décadas de 50 e 60, como chegou até os dias atuais. Foram tempos de Iseb (1955), tempos de ESG (1948), ambas instituições voltadas para a formulação de projetos de desenvolvimento para o Brasil. Foram tempos de renovação do pensamento católico, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB (1952), grande responsável pela orientação mais participativa

* A realização deste estudo contou com a colaboração de Gerson Napoleão da Silva, bolsista do CNPq. Coube a ele a difícil tarefa de levantar na Biblioteca Nacional os dados e informações contidos nos suplementos literários dos jornais analisados. Para a análise do suplemento do *Diário de Notícias* baseamo-nos na monografia de André Luis Faria Couto, *O suplemento literário do Diário de Notícias nos anos 50* (1992). Aos colegas do CPDOC, Fernando Lattman-Weltman, Helena Bomeny, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira, meus agradecimentos pelo interesse em discutir este texto.

da Igreja nas questões político-sociais. Foi uma década de concretização de muitas idéias e projetos elaborados durante ou após a guerra, de realizações nos campos político, econômico, social e cultural. Período de funcionamento do regime democrático, o que evidentemente permitiu a livre expressão de idéias e o desabrochar da criatividade em todas as áreas do conhecimento.

Foi nessa década que Lúcio Costa e Oscar Niemeyer concretizaram, em Brasília, suas idéias revolucionárias no campo da arquitetura urbanística. O Cinema Novo deu seus primeiros passos, apresentando e debatendo os problemas sociais e políticos do país numa nova linguagem cinematográfica, que levava o espectador à reflexão sobre esses problemas. Também o teatro brasileiro se renovou na temática social e política, na linguagem e com uma nova geração de autores e atores. A bossa nova redirecionou a música popular brasileira, incorporando o *jazz* e o *bebop* norte-americanos ao samba tradicional e trazendo novos cantores, novos músicos, novas formas de interpretação e novos arranjos musicais. A poesia conheceu desdobramentos significativos — da chamada “geração de 45” chegou-se ao concretismo e à poesia engajada politicamente; o romance regional, que conheceu seu apogeu nos anos 30-40, se atualizou e sofisticou, e a tendência a uma literatura mais introspectiva de análise psicológica se firmou.¹

Essa década viu a expansão de centros e grupos dedicados ao estudo e à pesquisa da antropologia, da sociologia e da educação, destacando-se em São Paulo o grupo do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, sob a liderança de Florestan Fernandes. No Rio de Janeiro, as atividades de pesquisa no campo das ciências sociais se desenvolveram no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do MEC, sob a liderança de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, e no Centro Latino-Americano de Ciências Sociais, com Luís Costa Pinto, Pompeu Acioly Borges e outros. Nesses centros teve início a institucionalização das ciências sociais, com uma produção intelectual de perfil mais especializado, em que se praticava a pesquisa empírica e em que foram formuladas análises e interpretações sobre a sociedade brasileira.

¹ *Nosso século 1945/1960*. São Paulo, Abril, 1980.

Foram também tempos de criação de jornais como a *Última Hora* (1951) e *Tribuna da Imprensa* (1949), que introduziram novas técnicas de apresentação gráfica e inovações na cobertura jornalística, renovando a linguagem da imprensa. Foi nessa década que um grupo de jornalistas altamente qualificados do *Diário Carioca*, jornal inovador no uso do *lead* e o primeiro a empregar equipe de copidesque em sua redação, começou a desempenhar papel de formador de novos quadros para a imprensa.² Foi nesses anos que se deu a reforma do *Jornal do Brasil*, reforma que teve grande impacto sobre as transformações subseqüentes na imprensa brasileira.

Esse movimento de mudança surgiu em parte sob influência da imprensa norte-americana, como mostra o estudo de Lins da Silva (1991). De acordo com esse autor, as inovações introduzidas no jornalismo brasileiro a partir da década de 50 se fizeram sob a égide de alguns dos jornalistas que viveram nos Estados Unidos durante os anos 40, como Pompeu de Souza, Danton Jobim e Samuel Wainer. Os dois primeiros iriam levar sua experiência para o *Diário Carioca* e o segundo para a *Última Hora*. Já no final dos anos 50, Alberto Dines introduziu muitas idéias no *Jornal do Brasil*, como resultado de sua passagem pelo *Los Angeles Times*.

Sem dúvida, a imprensa brasileira, na década de 50, foi abandonando uma de suas tradições: o jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião. Essa forma de jornalismo convivia com o jornal popular, que tinha como características o grande espaço para o *fait divers*, para a crônica e para a publicação de folhetins. A política da atualidade não estava ausente, mas era apresentada com uma linguagem pouco objetiva.

Esse jornalismo de opinião tinha forte influência francesa e foi dominante desde os primórdios da imprensa brasileira até a década de 60. Foi gradualmente substituído pelo modelo norte-americano: um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação.

Observa-se, entre os jornais analisados dessa década, que alguns sofreram mudanças na forma de transmitir a informação: a linguagem tor-

² Entrevista de Jânio de Freitas. FGV/CPDOC, 20-2-1979.

nou-se mais objetiva, a notícia passou a ocupar maior espaço do que a opinião. Estão nesse caso principalmente o *Correio da Manhã*, o *Globo*, *Diário Carioca*, *Folha da Manhã*, o *Jornal*. Outros introduziram também inovações técnicas na confecção do jornal, como o *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil*. O *Correio da Manhã* sofreu também uma reestruturação empresarial, passando a contar com uma administração e um gerenciamento mais de acordo com as empresas burocráticas modernas. Por outro lado, pode-se dizer, com certa cautela, que o *Diário de Notícias* iniciou então, com a morte de seu proprietário e fundador, Orlando Dantas, em 1953, o processo de declínio que iria levá-lo à extinção na década de 70.

No pós-guerra, e principalmente a partir dos anos 50, ocorreram mudanças significativas na estrutura produtiva do país. A substituição de importações determinou uma diversificação maior da atividade produtiva, em especial da indústria, o que levantou o problema do suprimento de bens intermediários e de bens de capital. No momento em que a industrialização ingressava na fase de produção desses bens, houve uma ampla intervenção do Estado, que passou a assumir a função empresarial, voltando-se para a planificação do desenvolvimento. Isso passou a exigir quadros com uma formação profissional técnico-científica. Nesse contexto, alterou-se o quadro de influências dos intelectuais: da anterior formação essencialmente humanística-jurídica, começou a verificar-se a ascensão dos *experts*, dos "tecnocratas", envolvidos na elaboração da política de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, teve início o processo de formação de uma sociedade de consumo em que cada setor da cultura se desenvolveu de forma diferenciada. O teatro, o cinema, o rádio, a televisão, o disco, a publicidade, as editoras foram se estruturando como indústria de massa ao longo dessa década para finalmente atingir, nas décadas seguintes, a configuração de uma indústria de bens culturais. A imprensa, que até os anos 30-40 dependia dos favores do Estado, de pequenos anúncios populares ou domésticos e da publicidade das lojas comerciais, teve essa situação alterada. Nos anos 50 começaram os investimentos no setor publicitário e teve início a implantação no país de grandes agências nacionais e estrangeiras de publicidade; os anúncios nos jornais se diversificaram, encontrando-se desde anúncios de automóveis, eletrodomésticos, produtos alimentícios e produtos agrícolas até anúncios de produtos artesanais os mais variados. Foi criada em 1951 a primeira escola de propaganda, a

Casper Líbero, em São Paulo, e nesse mesmo ano deu-se a fundação da Associação Brasileira de Agências de Propaganda.

Os jornais passaram a obter 80% de sua receita dos anunciantes. Como mostra Juarez Bahia, "a unidade de medida do crescimento dos jornais e dos outros veículos de comunicação deixa de ser a notícia apoiada nos classificados para ser a publicidade. Ela compreende toda forma de ocupação do espaço administrada por uma tabela de preços calculada em centímetro de coluna ou em frações de tempo no rádio e na televisão" (Bahia, 1990:228).

O aporte de novos recursos permitiu também a modernização gráfica da empresa jornalística, embora isso ocorra mais para o final da década.

Os suplementos literários: novas idéias, velhas idéias

Como esse período é de intensa criatividade e grandes mudanças nos campos cultural e político-econômico, decidimos analisar os suplementos literários dos jornais diários de maior circulação e prestígio na região Centro-Sul do país, esperando encontrar neles a voz dos intelectuais envolvidos no debate que nessa década se travou em torno do modelo de desenvolvimento a ser adotado pela sociedade brasileira. Buscávamos resgatar tanto a produção intelectual de cunho nacionalista, que teve no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) um dos mais importantes centros de elaboração, como também identificar outras correntes de pensamento que mobilizaram a vida intelectual brasileira.

Por intermédio da análise dos suplementos, queríamos também conhecer os momentos significativos da entrada em cena de novas idéias e novos atores, ou a continuidade e permanência de um pensamento social, político e cultural. Isso porque a imprensa tem um duplo papel: ela revela de forma quase imperceptível as mudanças que estão ocorrendo na sociedade, mas, por outro lado, a obriga a acompanhar as transformações. Ela se atualiza para acompanhar as mudanças e ao mesmo tempo introduz novas formas de pensar; ela é parte integrante de todo o processo.

Acreditávamos que os jornais, e especialmente seus suplementos literários, cadernos de debates e/ou de idéias, abrigariam tanto a produção intelectual literária e cultural como a produção sobre o pensamento social

brasileiro e as questões mais controversas que provocavam confrontos e conflitos no meio intelectual.

Uma das razões que nos levou a acreditar que os intelectuais teriam certa exposição pública através da imprensa foi a constatação de que em sociedades como a nossa, em que o intelectual se vê compelido a participar diretamente da política, escrever em jornais seria não só uma oportunidade de manifestação e divulgação de idéias, como também uma forma de legitimação intelectual. Outra razão foi o fato de que a maioria dos intelectuais que buscávamos encontrar nos suplementos estava fora do mundo universitário; logo, existia um limite a mais para que esses intelectuais pudessem atingir a elite ilustrada, aquela inclusive que circulava na área acadêmica. Consideramos que, para divulgar suas idéias, projetos de construção e consolidação da nação, modelos de desenvolvimento etc., os intelectuais não-acadêmicos estariam forçosamente presentes na imprensa e, em especial, nos suplementos, parte do jornal a princípio voltada para a divulgação do novo, das últimas novidades literárias e políticas.

É preciso ainda lembrar que alguns dos intelectuais que organizaram o Iseb divulgaram a versão de que utilizaram as páginas do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, mais exatamente o suplemento intitulado 5ª Página, como instrumento de divulgação de suas idéias iniciais.

Veremos ao longo deste estudo que parte das hipóteses em que nos fundamentamos não se confirmou: os suplementos não foram os veículos privilegiados de divulgação de uma determinada produção intelectual. Mas deve-se acrescentar que outras motivações orientaram a pesquisa: a história desses suplementos é pouco conhecida e seu papel não deve ser negligenciado no que se refere tanto à divulgação das idéias conservadoras, quanto ao espaço aberto para as vanguardas artísticas e culturais que dominaram alguns suplementos a partir da segunda metade dos anos 50.

Para a análise dos suplementos literários, escolhemos trabalhar com os jornais diários do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte, baseando-nos no fato de que essas cidades não só monopolizaram a criação cultural como eram os centros intelectuais e universitários de maior prestígio. Além disso, os jornais de expressão nacional e de maior circulação no país nesse período eram aí publicados.

Um aspecto de imediato chama a atenção do observador da imprensa dos anos 50: o aparecimento de novos suplementos literários em quase

todos os grandes jornais diários. E os jornais que não tinham suplementos literários abriam espaço para temas ligados à cultura através de seções específicas, como é o caso do jornal *O Globo*. Essa década conheceu o auge dos suplementos literários, principalmente no Rio de Janeiro, onde representavam uma tradição do jornalismo literário e apresentavam uma grande variedade de artigos, poemas, crônicas, ensaios, contos.

Ao tomarmos a imprensa diária que editava suplementos de arte e literatura, escolhemos no Rio de Janeiro, para a década, o *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diário Carioca* e *A Manhã*. Em São Paulo selecionamos *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã*, e em Belo Horizonte, *O Estado de Minas*.

Com exceção de *A Manhã*, todos esses jornais já tinham então uma longa existência, tendo atravessado o período de formação ou estruturação do Estado brasileiro, acompanhado a formação do parque industrial, da classe operária e das instituições que hoje dão suporte à nação. Alguns desses jornais foram criados no final do século passado ou início deste século. Assim, temos jornais anteriores à Proclamação da República, como o *Jornal do Commercio*, fundado em 1827, e *O Estado de S. Paulo*, de 1875; imediatamente após a implantação da República, temos o *Jornal do Brasil*, em 1891, e o *Correio da Manhã*, em 1901. Já neste século apareceram *O Jornal*, fundado em 1919, e os jornais da década de 20, como a *Folha da Noite*, de 1921, que deu origem à *Folha da Tarde* em 1924 e à *Folha da Manhã* em 1925. Também em 1925 foi fundado *O Globo*. *O Estado de Minas* e o *Diário Carioca* surgiram em 1928, e o *Diário de Notícias*, em 1930. Em seguida temos *A Manhã*, criada em 1941, mas que teve vida curta, desaparecendo em 1953.³

Alguns suplementos literários tiveram vida irregular, ora aparecendo nos fins de semana, ora quinzenalmente etc. Viviam ao sabor das dificuldades que atingiam quase toda a imprensa.

As dificuldades que muitos suplementos enfrentavam eram de origem e natureza diversas. Para Heráclio Sales, por exemplo, deviam-se ao declínio desse veículo. Sales escrevia no suplemento literário do *Diário de*

³ A história desses jornais se encontra no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983* (1984).

Notícias e, em 1953, em um artigo intitulado "Da decadência dos suplementos literários", explicava que estavam diminuindo os cadernos tradicionais dedicados ao movimento literário do país publicados pelos grandes jornais. Exemplificava com o jornal *Correio da Manhã*, que fora obrigado a transferir a publicação de seu suplemento para os sábados, com menor número de páginas. Em *O Jornal* e no *Diário Carioca*, as matérias dedicadas à arte e à literatura se tornaram escassas. Para Sales, isso era um sintoma da crise que atingia a vida brasileira e indicava as transformações que se operavam na imprensa, que atuava cada vez mais como indústria, sujeita portanto a todos os reflexos do desequilíbrio econômico e preocupada em garantir sua estabilidade financeira. Por outro lado, lembra esse autor, havia um outro aspecto do problema: a crise do papel, que levava muitos jornais a restringir o espaço dedicado a assuntos como arte e literatura ou a artigos de mera especulação.

Ao longo dos anos 50, a imprensa diária sofreu uma reestruturação; muitos jornais viram-se obrigados a reduzir seus cadernos especiais, enquanto outros, ao contrário, ampliavam sua área de atuação. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, lançou em 1953 seu suplemento literário e o *Jornal do Brasil* o fez em 1956. Parece possível dizer que foram exatamente os jornais que passavam por um processo de mudança aqueles que lançaram ou ampliaram seus suplementos, como o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*.

Os suplementos ou cadernos de arte e literatura tinham como marca serem editados aos sábados ou domingos. Para Nelson Werneck Sodré, esse fato indica que a literatura e a arte eram vistas como algo sem importância, já que eram destinadas simplesmente ao "lazer, à pausa, à ociosidade, coisa domingueira, aos dias em que, com a trégua no trabalho, é possível cuidar de alguma coisa sem importância, gratuita, fácil e vazia". Sodré vê esses suplementos como os filmes de faroeste, "nada perturba a santa paz da consciência, não toca nas causas sagradas, não bate com os santuários do pensamento, e também não exige ginástica nenhuma de raciocínio, é tudo muito plano, muito chão, muito domingueiro, muito plácido".⁴

⁴ Sodré, Nelson Werneck. *Última Hora*, abr. 1957.

Sendo editados nos fins de semana, os suplementos atingiam um número maior de leitores, já que as edições dominicais são no Brasil as mais lidas. Desse modo, pode-se dizer que, ao contrário do que afirma Sodré, a edição desses suplementos aos domingos indicava a intenção de divulgar a literatura e a arte. No que toca aos temas, talvez aí Sodré tenha razão: em geral esses cadernos não pretendiam perturbar a santa paz do domingo. Silviano Santiago nos fala que “o jornal criou semanalmente para o escritor e a literatura um lugar muito especial — o suplemento literário”, e explica a lógica desse veículo: “complemento é parte de um todo, o todo está incompleto se falta o complemento. Suplemento é algo que se acrescenta a um todo. Portanto sem o suplemento o todo continua completo. Ele apenas ficou privado de algo a mais. A literatura (contos, poemas, ensaio, crítica) passou a ser algo a mais que fortalece semanalmente os jornais, através de matérias de peso, imaginosas, opinativas, críticas, tentando motivar o leitor apressado dos dias de semana a preencher o lazer do *weekend* de maneira inteligente”.⁵

A origem de alguns suplementos literários se encontra nas páginas ou suplementos femininos, onde se misturavam receitas culinárias, moda, assuntos infantis e poesia, como é o caso do *Jornal do Brasil*, do *Diário de Notícias* e do *Diário Carioca*, entre outros. Os suplementos estavam voltados para a vida familiar; a mulher era ainda nessa década a grande consumidora da produção literária, de poesias, crônicas, romances. Muitos escritores tinham basicamente no público feminino os seus leitores, como Érico Veríssimo.

A estrutura editorial dos suplementos constituía-se de participações diferenciadas e de diversas seções ou rubricas. Uma delas era dedicada à apresentação dos novos lançamentos editoriais. Embora sofrendo mudanças constantes, em alguns jornais essa seção aparecia de forma irregular e em outros era permanente, assim como variava enormemente de denominação (Livros Novos, Livros na Estante, Livros na Mesa, Livros da Semana etc.), mas praticamente em todos os jornais tomava-se conhecimento dos livros publicados. A forma de apresentação podia ser a lista

⁵ Silviano Santiago, em texto apresentado no Seminário Cenários de 22. FGV/CPDOC, 19 e 20-12-1992.

simples, com título e autor, ou outra mais completa, em que se acrescentava o nome da editora e em alguns casos eram feitos comentários e críticas dos livros.

Apesar dessa grande diversidade, pela leitura dos suplementos da década, é possível perceber as editoras que se especializavam na publicação de romances, contos, poesia, ensaios, traduções etc., e identificar quais as mais atuantes no mercado editorial. Nesse caso, sobressai a editora José Olympio, com o maior número de livros indicados para leitura e uma grande variedade de títulos, principalmente de autores nacionais. A Melhoramentos, que nos primeiros anos da década aparecia com um número elevado de publicações infantis, diversificou em seguida sua área de atuação, publicando grande número de biografias. Em 1952, por exemplo, lançou a coleção Os Grandes Nomes das Letras, onde saíram as biografias de Tobias Barreto e Euclides da Cunha, entre outros. A Editora Globo se destacou pelas traduções de autores como Léon Tolstói, Somerset Maugham, Stendhal, e numerosos autores nacionais. A Editora Agir, a Editora Nacional, a Livraria Martins, a Civilização Brasileira, a Editora Saraiva e a Pongetti estão freqüentemente nas páginas dos suplementos, e a partir de 1955 começam a ser divulgados os livros da Difusão Européia do Livro. A Editora do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura apareceu com vários lançamentos, entre eles *Etnias e culturas no Brasil*, de Manuel Diegues Júnior.

Essa seção sobre os lançamentos editoriais também revela os temas que predominavam nos suplementos, como no do *Jornal do Commercio*, por exemplo, onde a história do Brasil e seus personagens de importância ocupavam grande espaço na rubrica Livros Novos. Rui Barbosa era a figura de destaque em 1950, quando foi analisada a edição de suas obras completas. Nessa seção também foram apresentados o livro de Alceu Amoroso Lima, *Manhãs de São Lourenço*, o de Afrânio Coutinho, *Aspectos da literatura barroca*, e o de Fernando de Azevedo, *Sociologia educacional*.

Já o *Diário Carioca* estava mais voltado para a apresentação de jovens poetas, enquanto o *Correio da Manhã* divulgava os mais variados temas, dos livros de história do Brasil aos de literatura e poesia. As editoras José Olympio e Civilização Brasileira eram as mais assíduas freqüentadoras da seção Livros na Mesa, de responsabilidade de Otto Maria Carpeaux e Franklin de Oliveira.

O Estado de S. Paulo foi inovador em seu suplemento literário, principalmente na seção intitulada Notícia Literária, que divulgava os novos lançamentos editoriais. Inicialmente, só eram apresentadas as novidades publicadas na Europa e nos Estados Unidos. Em 1956, Fernando de Azevedo passou a ser o responsável por essa seção e introduziu a resenha de livros nacionais. Convidou a participar como colaboradores professores da USP, como Florestan Fernandes, Maria Izaura de Queiroz, além de nomes como o de Augusto Boal e outros. Foram resenhados livros da área de ciências sociais, como o do antropólogo norte-americano Charles Wagley, *Uma comunidade amazônica*, o de Armand Cuvillier, *Sociologie française*, o de Miguel Frederico Sciacca, *O problema de Deus e da religião na filosofia contemporânea*, o livro do norte-americano T. B. Bottomore e outros, *As classes na sociedade moderna*.

O suplemento literário de *O Estado de S. Paulo* modificou essa seção em 1958, desdobrando-a: além da Resenha Bibliográfica, Wilson Martins passou a dirigir uma outra, dedicada aos Últimos Livros.

Os colaboradores

Os suplementos literários formaram redes de sociabilidade para muitos intelectuais na década de 50, e juntamente com os cafés, os salões, as revistas literárias e as editoras, permitiram a estruturação do campo intelectual. Aí se encontravam grupos de amigos, muitos originários de uma mesma região ou cidade; aí se exerciam influências, se manifestavam antagonismos, rivalidades e ocorriam cisões. Aí se cruzaram várias gerações, nascidas entre 1880 e 1930. A maioria dos jornais abrigou tanto os intelectuais da geração nascida no final do século passado como os das décadas de 10, 20 e 30. Na segunda metade da década de 50, alguns jornais incorporaram colaboradores da geração mais jovem, os nascidos entre 1920 e 1930. Estão nesse caso principalmente o *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, o *Diário Carioca* e o *Estado de Minas*, onde aparecem José Paulo Moreira da Fonseca, nascido em 1922, Saldanha Coelho, de 1926, Paulo Mendes Campos, de 1922, Ferreira Gullar, de 1930. Ao lado desses encontram-se Oswald de Andrade, nascido em 1890, Otto Maria

Carpeaux (1900), Cecília Meireles (1901), Augusto Meyer (1902), Carlos Drummond de Andrade (1902) e Cyro dos Anjos (1906).

As gerações regionais foram extremamente importantes nos suplementos. Rachel de Queiroz lembra do grupo de Alagoas, nordestinos que foram morar em Maceió em 1934/35 e que lá estabeleceram uma grande amizade. Entre eles estavam Rachel, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge de Lima, Waldemar Cavalcante, Raul Lima, Aurélio Buarque de Holanda e Arnon de Mello, um jovem jornalista que vez por outra freqüentava o grupo. Eles vieram depois para o Rio de Janeiro e o grupo nunca se desfez; uns ajudavam os outros a encontrar emprego em jornais e a maior parte desses intelectuais colaborou no suplemento literário do *Diário de Notícias* na década de 50.⁶

Esses intelectuais, assim como freqüentavam outros grupos, também colaboravam em jornais diversos, não sendo portanto necessário, para pertencer a um grupo, ter posições políticas idênticas às dos demais integrantes. Segundo Rachel de Queiroz, os grupos comportavam desde trotskistas, como ela, Barreto Leite Filho e Mário Pedrosa, a escritores de direita, como Adonias Filho.⁷

Outro grupo freqüentado por Rachel era integrado por Pedro Nava, Prudente de Moraes Neto, Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira. Eles se reuniam no bar Recreio, na praça José de Alencar, no bairro do Flamengo, e os mineiros aparentemente predominavam. Os temas que mais provocavam debates apaixonados, em todos os grupos que Rachel freqüentava, eram os ligados à política; só depois vinham os temas literários.⁸

Já para o final da década de 50, nova geração vai surgindo nos suplementos: a dos novos mineiros Otto Lara Resende, Hélio Pelegrino, Fernando Sabino, que ainda guardam relação com a geração de Rachel de Queiroz. Os vanguardistas do movimento concretista, como Ferreira Gullar e outros, passaram a dominar alguns suplementos, mas esse grupo não

⁶ Rachel de Queiroz, em entrevista à autora (Rio de Janeiro, 9-12-1994).

⁷ Idem.

⁸ Idem.

mantinha ligações com o grupo de intelectuais freqüentado por Rachel de Queiroz.

Como já vimos, as amizades e a troca de informações se davam também nos cafés, e entre eles se destacavam, no Rio de Janeiro, o Amarelinho e o Vermelhinho, localizados no centro da cidade. Quanto aos salões literários, no Rio de Janeiro, o de Aníbal Machado tornou-se o mais famoso. A editora José Olympio atuava, segundo Rachel de Queiroz, "como um verdadeiro salão literário". Na sede, reuniam-se semanalmente para conversar escritores e jornalistas, e no restaurante da editora almoçavam uma vez por mês de 20 a 30 intelectuais, convidados por José Olympio.

O suplemento era a forma de inserção dos jovens no mundo literário. Para a publicação dos primeiros textos, o iniciante buscava uma indicação de amigo, parente ou conhecido que o pusesse em contato com um escritor conceituado que colaborasse em suplementos. Na *Folha da Manhã* dessa década pode-se ler: "As páginas literárias dos jornais diários são a única maneira de um escritor estreante ganhar dinheiro com o que escreve. As revistas literárias escasseiam, muitas delas levam anos sem aparecer. As revistas dos moços, quase sempre de vida efêmera, mesmo que cheguem a nível elevado, não conseguem pagar seus colaboradores. As casas editoras queixam-se de crise e não se arriscam a lançar um nome desconhecido. Só ficam mesmo os suplementos".⁹

Quanto aos colaboradores dos suplementos, torna-se necessário explicitar os critérios utilizados para identificá-los como intelectuais. O primeiro passo é saber se o fato de escrever artigos assinados na imprensa indica por si só que se trata de um intelectual. Nesse caso deveríamos identificar todo jornalista como intelectual. Parece, portanto, que este não pode ser o critério para a definição do nosso objeto de estudo. Mas se tomarmos como referência os estudos de Seymour Lipset, encontraremos aí uma definição de intelectual como todo aquele que cria, distribui e faz cultura, que lida com um universo de símbolos, compreendendo a arte, a ciência e a religião. Essa definição levou Lipset a estabelecer a seguinte diferenciação: "Neste grupo, pode-se distinguir dois níveis prin-

⁹ *Folha da Manhã*, 1-1-1950.

cipais: primeiro, um núcleo formado por criadores de cultura — sábios, artistas, filósofos, autores, alguns diretores de jornais e alguns jornalistas; em um segundo nível encontram-se aqueles que distribuem a cultura — executantes das diversas artes, a maior parte dos professores, a maior parte dos jornalistas”. Lipset identifica ainda um grupo periférico, composto daqueles que utilizam a cultura na medida em que a integram em seu trabalho; encontram-se aí os membros das profissões liberais, médicos, advogados etc. (Lipset, 1959:460-86).

Os colaboradores dos suplementos literários dos anos 50 podem ser incluídos entre os chamados “intelectuais criativos” e entre os que Lipset identifica como distribuidores de cultura. Assim, observa-se que havia uma predominância do intelectual escritor, poeta, cronista, ensaísta, crítico e historiador. A forte presença desse tipo de intelectual está ligada ao fato de que os suplementos se voltavam quase exclusivamente para a literatura, a história, a arte, a música, o cinema e o teatro, em detrimento da política e da economia. Além disso, não se deve esquecer que até a década de 50 o escritor brasileiro tinha um enorme prestígio — ele era, no dizer de Ledo Ivo, “protagonista privilegiado da cena cultural”.¹⁰ Ser escritor era algo que tinha valor e significação. Antônio Cândido constata que “as melhores expressões do pensamento e da sensibilidade têm quase sempre assumido, no Brasil, forma literária”. E mais ainda, a literatura no Brasil, para esse autor, “diferentemente do que sucede em outros países, tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito” (Cândido, 1965:156).

A par do intelectual escritor, colaboravam nos suplementos o intelectual jornalista e o jornalista *tout court*. Uma distinção entre esses tipos de colaboradores se torna difícil, na medida em que as fronteiras não são nítidas e todos aqueles que colaboram na imprensa podem ocupar, ao mesmo tempo ou em diferentes momentos, posições que os inserem em uma ou em outra categoria. Mas é possível estabelecer alguma distinção, observando a linguagem como elemento de diferenciação. Do jornalista se exige uma linguagem mais precisa, ele deve estar voltado para

¹⁰ Entrevista à autora em 29-9-1993.

a informação, ao passo que a linguagem literária, como explicita o escritor jornalista Ledo Ivo, é mais criativa, ela é e pode ser ambígua, metafórica. Ambos se servem da palavra, mas com objetivos diferentes. Otto Lara Resende lembra que nossos principais escritores do passado foram homens de imprensa, como Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha. Mas seria uma simplificação chamá-los de jornalistas. Já Álvaro Lins identificava a si próprio, profissionalmente, como jornalista, embora fosse igualmente crítico de rodapé, biógrafo, ensaísta, professor (Resende, 1992).

Muitos escritores foram e continuam sendo homens de imprensa; alguns se identificam profissionalmente como jornalistas, outros, embora escrevendo diariamente nos jornais, não podem ser assim considerados. Basta lembrar de Carlos Drummond de Andrade, que colaborou toda a sua vida na imprensa, sem que se possa por isso dizer que fosse jornalista.

Otto Lara diz que “com uns poucos anos de diferença a mais ou a menos, a geração de Drummond se confunde com a de Graciliano Ramos e a de Rubem Braga. Nenhum deles podia tomar a sério a idéia de viver de literatura. O jeito era o jornal. Daí a literatura de jornal, de que o Rubem Braga é um típico exemplar” (Resende, 1992).

De fato, o intelectual não podia viver da publicação de seus escritos. Nessa década, era comum o escritor, assim como o jornalista, ter uma “sinecura”, em geral um emprego público, que juntamente com a colaboração em dois ou três jornais garantia-lhes o sustento. Assim, os suplementos literários eram um meio importante de sobrevivência dos escritores. Ruy Castro, ao relatar a vida de Nelson Rodrigues, lembra que quase todos os jornalistas e escritores, para aumentar seus rendimentos, arranjavam emprego público; o mesmo é dito por Samuel Wainer em suas memórias (Castro, 1992:220; Wainer, 1988). Uma das transformações que se operam na imprensa no final dessa década é o aparecimento da figura do “profissional da imprensa”, ou seja, o jornalista saído das faculdades de filosofia, dos cursos de jornalismo, com dedicação integral, boa remuneração e com um reconhecimento social da profissão.

A colaboração nos suplementos serviu para alguns de instrumento de reconhecimento social e de legitimidade da função de intelectual, e muitas vezes permitiu a seus colaboradores acesso à universidade, a cargos públicos, a editoras e à política. Os suplementos acolheram também aqueles que não tiveram o reconhecimento universitário e que só podiam se

comunicar com o público através desse veículo. Estão nesse caso os intelectuais folcloristas e regionalistas e os estudiosos da história do Brasil. Foi esse também o espaço que reuniu o grupo de pensadores católicos de maior expressão, como Tristão de Athayde e Gustavo Corção.

Por outro lado, os suplementos abrigavam também, embora com menor participação, os intelectuais voltados para a política, para a formulação de projetos, programas, ideologias, ou para a criação artística enquanto forma de construção política do país, em outras palavras, a *intelligentsia*, isto é, aquele estrato social que se via investido da missão histórica de transformar e modernizar a sociedade. A noção de *intelligentsia* apresenta inúmeras dificuldades de utilização, já que é empregada em situações muito diferentes. O conceito está ligado ao fenômeno original russo do século XIX e, segundo Alleksander Gella, refere-se a "um estrato social alienado de sua própria sociedade e possuidor de um sentimento no mínimo de responsabilidade pela liderança moral da nação" (Gella, 1976:9-34). No caso russo, foram os nobres, as camadas privilegiadas da sociedade, que rejeitaram o *status quo* e se atribuíram a missão de transformar a sociedade russa. A *intelligentsia*, enquanto grupo, é caracterizada por suas atitudes mentais específicas, por sua vontade de engajamento; ela se considera investida de uma missão histórica, de funções emancipadoras. A favor dessa corrente de interpretação encontra-se também Alvin Gouldner, para quem a *intelligentsia* impõe seus interesses à sociedade através do "discurso crítico", através dos "engajamentos morais" e de sua "visão histórica" (Gouldner, 1979). Gouldner indica que uma integração maior entre a *intelligentsia* e a estrutura estatal permite a consolidação do seu poder; mais precisamente, como o Estado desempenha o papel de redistribuição do racional e a sociedade passa a ser controlada pela informação, dá-se a disjunção e o enfraquecimento da coesão da *intelligentsia*.

Entendido dessa maneira o conceito de *intelligentsia*, os intelectuais do Iseb devem ser considerados os mais significativos representantes dessa categoria; no entanto, somente Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier e Guerreiro Ramos estão presentes em alguns suplementos, onde escrevem esporadicamente alguns artigos durante a década. A mesma ausência se nota em relação aos intelectuais que faziam oposição à ideologia do nacional-desenvolvimentismo, como Roberto Campos e Eugênio Gudin, que escreviam nas colunas diárias dos jornais.

A razão dessa ausência prende-se ao fato de o suplemento ser dirigido a um público bem delimitado, aos “pares”, aos “de dentro”, aos “do grupo”, e não pretender atingir o grande público, o que determinava que os temas abordados não fossem abrangentes. Silviano Santiago diz que o suplemento é um espaço especializado — “existem leitores do jornal, existem os leitores do suplemento. Aqueles são multidões, estes são alguns amadores”.¹¹

O cientista também estava ausente dos suplementos, mas por outras razões. Ele tinha uma representação social menos conhecida que a do literato; além disso, o conteúdo dos trabalhos científicos e a linguagem neles utilizada são muito especializados, e só os iniciados têm acesso a sua compreensão, o que não impede que a opinião pública possa identificar a pesquisa científica como altamente importante para o conjunto da sociedade. Essa década foi também aquela em que o cientista começou a se impor nas universidades, tendo início um processo de formação de uma identidade própria, um *status* específico, dado pela qualificação adquirida nas diversas disciplinas científicas. Mas se os escritores, os literatos, os vanguardistas tinham necessidade dos jornais e revistas para adquirir notoriedade ou para difundir seus escritos e suas idéias, não se dava o mesmo com os cientistas; estes procuravam divulgar seus trabalhos entre seus “pares” através das revistas especializadas de cada área, ou nos cursos, congressos, seminários e laboratórios. É verdade que hoje essa situação se alterou, e os cientistas também estão preocupados em divulgar seus trabalhos e suas pesquisas para um público não-especializado.

Deve-se ainda ressaltar que em todos os jornais analisados encontramos um número expressivo de intelectuais que escreviam em vários suplementos. Independentemente da orientação política, ideológica ou mesmo filosófica do suplemento literário, há sempre um núcleo de escritores, poetas, críticos etc. que colaboram regularmente. Nomes como os de Tristão de Athayde, Ledo Ivo, Dinah Silveira de Queiroz, Cyro dos Anjos, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Otto Maria Carpeaux, Brito Broca e Lúcia Miguel Pereira aparecem

¹¹ Silviano Santiago, em texto apresentado no Seminário Cenários de 22. FGV/CPDOC, 19 e 20-12-1992.

com frequência em alguns suplementos e eventualmente em outros (ver tabela 1). O mesmo pode ser dito de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Mário Pedrosa, Tarquínio de Souza, intelectuais voltados para a história, a filosofia, as artes ou questões culturais, que escreviam para os suplementos da década (ver tabela 2).

Interessa-nos aqui olhar com mais cuidado a colaboração do sociólogo Guerreiro Ramos, que, entre os integrantes do Iseb, foi o que teve maior participação nos suplementos literários dessa década, com seis artigos no jornal *A Manhã*, dois no *Jornal do Brasil*, um em *O Estado de Minas* e artigos no *Diário de Notícias*.¹²

Guerreiro Ramos não fez sua carreira profissional na universidade brasileira; destacou-se justamente por suas idéias quanto ao papel que a sociologia deveria desempenhar na sociedade. Ele entendia que essa ciência deveria ser um instrumento de salvação do homem, deveria buscar soluções para os problemas de sua época e de sua sociedade. Cabia à sociologia dar o suporte para a formulação e para a ação de uma política de sentido nacional, ou seja, para uma ideologia nacionalista de desenvolvimento. Essas proposições desencadearam severas críticas por parte da escola paulista de sociologia, liderada por Florestan Fernandes, que tinha preocupação e orientação radicalmente opostas às de Guerreiro Ramos. Florestan trabalhava visando criar um padrão de conhecimento científico para a sociologia, diferenciando-a do saber ensaístico até então dominante (Fernandes, 1977:cap. 3). Estabeleceu-se assim uma oposição entre a sociologia da USP e a do Iseb, esta identificada pelos paulistas como ideológica, não-acadêmica e politicamente engajada.

Mas é essa sociologia que ganhará espaço nos suplementos literários, e não a acadêmica, especializada e científica de Florestan Fernandes, que só entrará no suplemento literário de *O Estado de S. Paulo* no final da década, através de resenhas de livros de autores estrangeiros ou de trabalhos produzidos na própria Universidade de São Paulo.

¹² Guerreiro Ramos colaborou de forma regular no jornal nacionalista *O Semanário*, principalmente a partir de 1958.

Tabela 1

Suplementos literários, 1950-60

Temas literários

Colaboradores	Jornal do Comércio	A Manhã	Diário de Notícias	O Estado de Minas	Diário Cartoca	Correio da Manhã	O Estado de S. Paulo	Jornal do Brasil	Folha da Manhã	O Globo
Afrânio Coutinho	-	-	F	F	-	-	-	-	-	-
Aires da Mata Machado Filho	-	-	F	F	-	-	-	-	-	-
Alvaro Lins	-	-	-	-	-	F	-	-	-	-
Antônio Bento	-	-	-	-	F	-	-	-	-	-
Antônio Houaiss	-	-	-	-	F	-	-	-	-	-
Antônio Olinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	F
Augusto Meyer	-	-	-	-	F	-	E	E	-	-
Carlos Drummond de Andrade	-	-	E	-	-	F	F	F	-	-
Cecília Meireles	-	-	F	F	-	E	E	E	-	-
Cyrol dos Anjos	-	F	-	E	-	E	F	E	-	-
Dalton Trevisan	-	-	F	-	-	-	-	-	-	-
Dinah Silveira de Queiroz	F	F	F	-	-	-	-	-	-	-
Elsie Lessa	-	-	F	-	-	-	-	-	-	-
Enéida	-	-	F	-	-	-	-	-	-	-
Érico Veríssimo	-	-	-	-	E	-	-	-	-	-
Eugênio Gomes	-	-	-	-	-	-	-	F	-	-
Ferreira Gullar	-	-	-	-	E	-	-	F	-	-
Geir Campos	-	-	F	-	-	E	-	-	-	-
Gustavo Corção	-	-	F	-	-	-	-	-	-	-
Homero Homem	-	-	F	-	-	-	-	-	-	-
José Geraldo Vieira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
José Lins do Rego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
José Paulo M. da Fonseca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ledo Ivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lúcia Miguel Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oswald de Andrade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Otto Maria Carpesaux	-	F	-	E	-	-	-	-	-	-
Paulo Mendes Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Ronai	-	-	F	-	-	-	-	-	-	-
Rachel de Queiroz	-	-	F	-	-	-	-	-	-	-
Raimundo Magalhães Júnior	-	-	F	-	-	-	-	-	-	-
Saldanha Coelho	-	-	F	-	-	-	-	-	-	-
Sérgio Millet	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sérvulo de Melo	-	F	-	-	-	-	-	-	-	-
Tristão de Althayde	-	-	F	-	-	-	-	-	-	-
Waldemar Cavalcante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas: F = Frequente; E = Eventual. Na organização desta tabela foram incluídos somente os intelectuais que tiveram participação frequente em um dos jornais analisados, ou que escreveram no mínimo seis vezes em um desses jornais.

Tabela 2

Suplementos literários, 1950-60

Temas: cultura brasileira e história

Colaboradores	Jornal do Comércio	A Manhã	Diário de Notícias	O Jornal	O Estado de Minas	Diário Carioca	Correio da Manhã	O Estado de S. Paulo	Jornal do Brasil	Folha da Manhã	O Globo
Adelino Brandão	-	-	F	-	-	-	F	-	E	-	-
Adolfo Casais Monteiro	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alfonso de E. Tannay	-	-	-	-	F	-	-	-	-	-	-
Augusto Lima Júnior	-	-	F	-	-	-	-	-	-	-	-
Aurelio Buarque de Holanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barbara Heliodora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benedicto Nunes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil Gerson	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brito Broca	-	F	-	F	-	-	F	-	-	-	-
Celso Brant	-	-	-	-	-	-	-	E	-	-	-
Francisco Alvim	-	-	-	-	F	-	-	-	-	-	-
Franklin de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Glauber Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gilberto Freyre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hélio Sodré	-	-	E	-	E	-	-	-	-	-	-
J. Amador Bueno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jaime Cortesão	-	-	-	-	-	-	-	F	-	-	-
José Maria Belo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
José Reis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
José de Castro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Judith Grossmann	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Leandro Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Manuel Diegues Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcos Matos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria de Lourdes Teixeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marisa Lira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mário Barata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mário Pedrosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mozart Monteiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Muniz Bandeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Octavio Targino de Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Francis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Távam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Raimundo de Souza Dantas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renato de Almeida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sérgio Buarque de Holanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Teixeira Soares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Temístocles Linhares	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Virgílio Corrêa Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Wilson Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Yvone Jean	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas: F = Frequente; E = Eventual. Na organização desta tabela foram incluídos somente os intelectuais que tiveram participação frequente em um dos jornais analisados, ou que escreveram no mínimo seis vezes em um desses jornais.

Os temas

As inovações culturais que ocorreram nos anos 50 no Brasil estavam presentes nos suplementos literários, embora em alguns jornais o conteúdo dos textos ainda estivesse voltado para o passado. As diferentes perspectivas são mais bem visualizadas em dois momentos cronológicos.

A década se inicia com uma certa permanência dos temas, formas de expressão e atores que haviam sido centrais nos anos 30-40, ou seja, aqueles que se relacionavam ou estavam preocupados com a construção da nacionalidade. A história do Brasil, o regionalismo, o folclore podem ser indicativos dessa perspectiva. As artes plásticas, por outro lado, estavam referenciadas à atualidade;¹³ foram elas, como indica Wilson Martins, “o centro de gravidade e de gravitação da vida intelectual” na década de 50 (Martin, 1977/78). Sua entrada nos suplementos se deu tanto no nível da crítica, do discurso teórico, como também por meio das mudanças introduzidas nas suas páginas, na apresentação gráfico-visual, como as do Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil* (SDJB). Foram as artes plásticas o lado mais visível da introdução das vanguardas no espaço do jornal. Elas se definiram pelo rompimento com outras linguagens e pela capacidade de impor novas formas de expressão artística e cultural.

Em um segundo momento, a partir da metade da década, assiste-se à implantação de um movimento cultural com forte acento político, que iria dominar a década de 60. O cinema, o teatro, a literatura, a poesia foram as formas de expressão artística por meio das quais a *intelligentsia* pretendia politizar o povo, levá-lo a tomar consciência dos problemas sociais e, em decorrência, agir politicamente.

Também os pesquisadores e os professores universitários, especialmente da Universidade de São Paulo, começaram a participar dos suplementos, mas como divulgadores de um saber científico, como rese-

¹³ Basta lembrar que a arte moderna concreta significou a negação de uma arte figurativa em prol de uma arte construída objetivamente; significou também a necessidade de exprimir, através de uma linguagem estrutural, a complexa realidade do homem moderno. Os concretistas, em grande parte, orientaram seus trabalhos artísticos para as artes gráficas e para o *design*, realidades mais próximas da indústria que se implantava no país. Ver Kornis, 1992.

nhadores de livros da área de ciências humanas. Eles não trouxeram para os suplementos os debates, os confrontos que se manifestavam na área e que eram divulgados através das revistas especializadas.

Assim, além dos temas e de um pensamento político que retomava em muitos casos os postulados da década de 30, os suplementos se abriam também para as novas linguagens artísticas e culturais, coexistindo uma visão cosmopolita das artes e da literatura com uma visão do mundo voltada para questões que no passado tinham sido fundamentais para a construção de uma identidade nacional.

A leitura sistemática dos suplementos dos anos 50 nos permite identificar três grandes grupos temáticos, segundo a importância que receberam nos jornais:

- o literário, dominante em todo o período;
- o dos temas culturais e históricos, que tiveram ampla divulgação; e
- o dos temas políticos relacionados com o desenvolvimento brasileiro, que ocuparam pequeno espaço nos suplementos (ver tabela 3).

Podemos verificar agora como esses temas foram tratados e por que tipos de análises passaram. Na apreciação do tratamento dado aos temas literários, deve-se em primeiro lugar lembrar que os suplementos se estruturaram em torno da divulgação de poesias, crônicas, ensaios e crítica literária. Para fins deste estudo, decidimos apresentar o debate que se travou acerca do conteúdo e do método da crítica literária e sobre sua presença nos jornais. Ela teve seu momento áureo nessa década, e os suplementos abrigaram os mais significativos críticos literários e culturais, como Tristão de Athayde, Antônio Cândido de Melo e Souza, Afrânio Coutinho, Otto Maria Carpeaux, entre outros.

Foi através do suplemento literário do *Diário de Notícias* que Afrânio Coutinho, em sua coluna *Correntes Cruzadas*, divulgou as idéias do *new criticism*, com que tivera contato durante o período em que viveu nos Estados Unidos. Coutinho sustentava que era necessário constituir a crítica literária enquanto campo autônomo da atividade intelectual, e que nesse trabalho dever-se-ia levar em conta antes de tudo a análise propriamente estética da produção literária e que as condições sociais e a história deveriam ser instrumentos auxiliares na compreensão dessa produção. A campanha que

Tabela 3
 Suplementos literários, 1950-60
 Temas: política e desenvolvimento

Colaboradores	Jornal do Comércio	A Manhã	Diário de Notícias	O Jornal	O Estado de Minas	Diário Carioca	Correio da Manhã	O Estado de S. Paulo	Jornal do Brasil	Folha da Manhã	O Globo
Cid Silveira	-	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edmundo Meniz	-	-	-	-	-	-	F	-	F	-	-
Guerreiro Ramos	-	F	E	-	E	-	-	-	E	-	-
Hélio Jaguaribe	F	-	-	-	-	-	E	-	-	-	-
Israel Klabin	E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J. B. Magalhães	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jair Silva	-	-	-	-	F	-	-	-	-	-	-
Jorge Serpa Filho	E	-	-	-	-	-	E	-	-	-	-
José Caó	-	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mário Gomes Barbosa	-	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nirceu da Cruz César	-	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-
San Thiago Dantas	F	-	-	-	-	-	E	-	-	-	-
Vinicius Fonseca	-	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas: F = Frequente; E = Eventual. Na organização desta tabela foram incluídos somente os intelectuais que tiveram participação frequente em um dos jornais analisados, os que escreveram no mínimo seis vezes em um desses jornais.

desencadeou, primeiro através do *Diário de Notícias*, em seguida através da publicação de livros e artigos e em seus cursos na então Universidade do Brasil, visava a renovação dos métodos e processos da crítica literária. A posição de intransigente defensor da crítica literária subordinada a uma metodologia e a uma filosofia da literatura provocou debates e protestos contra suas idéias, a começar pelo próprio suplemento do *Diário de Notícias*, em que Heráclio Sales, em sua coluna intitulada Notas de Leitura, chegou a acusar Afrânio Coutinho de não ter assimilado os postulados do *new criticism*. Temístocles Linhares, Raul Lima e Tristão de Athayde também polemizaram sobre o tema. Esse debate pode ser tomado como expressão de uma nova orientação que começava a se impor no tratamento de determinadas questões culturais, um esforço para divulgar uma nova metodologia de análise, mas que na verdade não cabia nas páginas dos jornais, por ser um debate que se fazia na universidade e em círculos mais restritos.

Ao analisar a situação atual dos suplementos literários, Ledo Ivo considera que a crítica literária desapareceu dos jornais; atualmente, segundo ele, o que existe é a literatura de resenhas. A posição de Afrânio Coutinho teve um papel negativo, pois via a crítica literária como restrita ao debate universitário. Para Ivo isso foi um erro, pois o professor universitário faz um outro tipo de crítica, faz análises que não cabem em um jornal, enquanto o crítico de jornal indicava tendências, ajudava os jovens a ingressar no meio literário.¹⁴ Também Silviano Santiago responsabiliza a Faculdade de Letras pela "expulsão da seriedade com que era produzida e tratada a literatura de jornal", e vai mais longe, afirmando que "se de um lado a produção dos não-especialistas se revelava insuficiente em face das exigências teórico-científicas de uma crítica universitária atualizada, segundo os métodos modernos de leitura, por outro lado, a campanha sistemática contra os não-especialistas, levada a cabo sobretudo por Afrânio Coutinho no próprio espaço do jornal, serviu para esvaziar de vez a grande imprensa de uma contribuição, talvez aqui e ali um pouco manca, mas sempre de boa qualidade".¹⁵

¹⁴ Ledo Ivo, em entrevista à autora em 29-9-1993.

¹⁵ Silviano Santiago, em texto apresentado no Seminário Cenários de 22. FGV/CPDOC, 19 e 20-12-1992.

Rachel de Queiroz afirma que “era a crítica do jornal que fazia o escritor, o que me fez. Eu, quando menina, lá no Ceará, com 20 anos, escrevi um livro, mandei para cá. Por que foi que eu apareci? Porque o Augusto Frederico Schmidt, que era crítico das novidades literárias, e o Alceu Amoroso Lima, em *O Jornal*, me lançaram. Lá em São Paulo, o crítico do *Estado*, o Artur Mota, fez a crítica do livro. Logo depois recebi um telegrama da Editora Nacional me propondo fazer a 2ª edição. A crítica era assim importantíssima. É uma pena porque hoje você publica um livro e só tem resenhas curtas, não tem mais a crítica. Nesse tempo não, você tinha uma crítica especializada no jornal, e que não era ‘mole’, não era compadresca, eles eram duros. O jovem hoje não tem mais crítica. A gente faz prefácio, orelha do livro, para ajudar”.¹⁶

Além da crítica literária e das crônicas e poesias, há nos suplementos forte presença de temas históricos e regionais. As biografias de grandes escritores, poetas, músicos, juristas, personagens da história do Brasil e da história universal ocupavam grande espaço nesses suplementos. Artigos e ensaios sobre acontecimentos políticos do passado eram frequentemente apresentados por historiadores, jornalistas e pensadores.

Essa constatação de que havia uma grande representação dos estudos históricos nos jornais analisados reflete na realidade uma forte predominância da história na produção intelectual da área de ciências sociais como um todo nesse período. O estudo de Gláucia K. Villas Boas (1992) mostra que, dos 872 títulos existentes na Biblioteca Nacional, publicados entre 1945 e 1964, referentes ao campo de conhecimento dessas ciências, 303 eram de história do Brasil. Esse estudo também reforça nossa constatação de que a história política supera todas as demais e de que os estudos biográficos são os de maior destaque na produção historiográfica desse período.

É importante ressaltar que o campo da história foi no Brasil o que teve maior dificuldade em ultrapassar a tradição e aceitar novas formas de abordar o passado; a aproximação com a antropologia, a sociologia, a economia, a psicologia e a crítica literária só se deu muito recentemente, a partir dos anos 80, quando foram criados os cursos de pós-graduação

¹⁶ Rachel de Queiroz, em entrevista à autora (Rio de Janeiro, 9-12-1994).

nas universidades. Mas durante a década de 50 aparecem os primeiros trabalhos que indicam as mudanças que iriam ocorrer mais tarde. As obras de José Honório Rodrigues são o melhor exemplo dessa nova produção que se diferenciava da orientação até então prevalecente, ou seja, aquela que privilegiava o factual, o detalhe, os relatos descritivos, a história discursiva, comemorativa e biográfica. A história que se fazia nos anos 50 estava centrada na descrição dos acontecimentos e nas biografias dos chamados “grandes vultos” do passado colonial e imperial; e as fontes arquivísticas e bibliográficas, além de pouco utilizadas, não sofriam uma crítica metodológica.

Por outro lado, não é demais lembrar que a história contemporânea e a história do tempo presente, na década de 50, ainda não eram objeto de estudo e de pesquisa dos historiadores. José Maria Bello, por exemplo, no prefácio da 1ª edição de seu livro *História da República*, sente-se na obrigação de apresentar aos leitores uma justificativa por estar tratando de temas contemporâneos brasileiros, reconhecendo ser “temerário escrever a história de um regime que mal completa meio século de existência” e que “nos falta perspectiva” para a tarefa. Na 4ª edição do livro, publicada em 1958, ele mais uma vez se justifica por não ter tratado do segundo governo Vargas, alegando que teria de se limitar a uma notícia sumária em estilo jornalístico, o que poderia provocar polêmicas (Bello, 1964). Assim, se a história mais recente ainda não era aceita pelos próprios historiadores, também não tinha espaço nos suplementos.

Outro aspecto que caracterizava o campo da história no Brasil era esta ser uma atividade exercida pelo bacharel em direito, embora médicos, engenheiros e religiosos também a praticassem. Na elaboração de seus estudos, esses profissionais de outras áreas pouco utilizavam arquivos e métodos históricos. Na universidade, os cursos de história davam ênfase à preparação de professores para o nível médio, e a pesquisa praticamente não existia. Desse modo, os historiadores presentes nos suplementos não pertenciam à universidade; eram em geral diletantes ou pertenciam a instituições não-universitárias, como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.¹⁷

¹⁷ Sobre o recrutamento dos primeiros professores universitários de história, ver Westphalen, 1972.

Observa-se, por outro lado, que a história francesa dos *Annales* não tinha a menor repercussão entre os historiadores que freqüentavam os suplementos. Não há qualquer referência, nem mesmo crítica, à concepção de uma história total ou global, tal como a entendiam Fernand Braudel e Marc Bloch, os introdutores e principais defensores dessa nova perspectiva que dominou a historiografia francesa a partir dos anos 30. As críticas que essa escola fazia à história política, à história do acontecimento, à negação do papel do indivíduo como promotor de mudanças sociais e a valorização que esses historiadores atribuíam ao estudo dos fenômenos econômicos e sociais, com ênfase nas estruturas da sociedade, não eram objeto de controvérsias ou debates nesse espaço do jornal.

Nos artigos do *Jornal do Commercio* encontramos Affonso de E. Taunay escrevendo sobre episódios e acontecimentos do Brasil colonial, como proclamações setecentistas, entradas e bandeiras e personalidades políticas e religiosas; encontramos também artigos do ensaísta Virgílio Corrêa Filho, que mostrava o papel de Joaquim Nabuco na vida política brasileira ou o papel de Alexandre Gusmão no Tratado de Madri. Mas o *Jornal do Commercio* também contou com a colaboração eventual de José Honório Rodrigues, que em artigo apresentou uma análise sobre a historiografia brasileira.

Outro historiador que teve participação constante na imprensa foi José Maria Belo, que escreveu vários artigos no jornal *A Manhã* sobre a Revolução de 30, assim como analisou o ambiente do governo de Artur Bernardes e, em outro texto, fez um estudo sobre a abstenção das elites e a deserção das massas, tomando Joaquim Nabuco e a República como referências para discutir esse tema. No jornal *A Manhã* vários colaboradores se dedicaram a exaltar figuras do nosso passado histórico. Destacamos a colaboração do bibliógrafo e ensaísta Brito Broca, que escreveu artigos sobre Alexandre Herculano e André Rebouças, sobre a anedota na biografia dos homens públicos, além de vários outros. A história do Brasil foi ainda divulgada através dos textos de J. Amador Bueno, que apresentou, entre outros, um artigo sobre a oratória parlamentar no Primeiro Reinado e na Regência e sobre o visconde de Cairu; do romancista Alceu Marinho Rego, que trouxe uma discussão historiográfica a respeito do tráfico negreiro para o Brasil; e de Hélió Sodré, que mantinha re-

gularmente uma coluna em que apresentava artigos sobre história colonial e imperial.

Os temas históricos divulgados nos suplementos e o tratamento neles dado aos acontecimentos e personagens de nossa história tinham maior proximidade com a literatura, com a crônica, com o ensaio literário e crítico.

A história tem a função de contar uma história e contá-la bem. A forma de que o historiador dispõe para apresentá-la é a narração, e por isso a “escrita histórica” pode ser considerada pertencente ao gênero narrativo. Quanto à forma, a narrativa histórica pode ser mais descritiva ou mais analítica. Os historiadores da Escola dos *Annales* condenaram a narrativa tal como era praticada pelos historiadores positivistas, sob o argumento de que, ao apresentar as explicações para os acontecimentos, ela deixava de lado aspectos importantes do passado, sem nenhuma problematização. Hoje, historiadores como Paul Ricoeur (1983) mostram que rejeitar o “acontecimento” não faz desaparecer a narrativa e que esse movimento permitiu transformá-la, já que ela pode se apresentar sob formas diversas. A “escrita histórica” está hoje alicerçada em um trabalho teórico que visa a elaboração de conceitos e de generalizações causais. A história não deixou de falar dos fatos e gestos dos homens, de contar, mas passou a fazê-lo de maneira diferente. Por outro lado, como mostra François Hartog (1995), nos últimos anos surgiu uma crítica literária que levou ao extremo as análises de Paul Ricoeur sobre a narrativa, em que a história é vista como um simples gênero literário, perdendo toda a pretensão de ser um discurso da verdade. A questão que se coloca hoje é se as obras históricas não seriam obras de ficção, já que a história é narrativa e esta é em primeiro lugar um gênero literário. Embora a discussão sobre história e ficção não caiba nos limites deste estudo, vale lembrar que se a história não pode ser tomada como ficção, é possível pensá-la a partir da ficção (Bomeny, 1990). Por outro lado, como mostra Roger Chartier, a história não pode ser reduzida a uma atividade literária: “a história é um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da escrita narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados ‘científicos’...” (Chartier, 1994).

Esta digressão teve por objetivo estabelecer uma aproximação entre a narrativa histórica, tal como era “escrita” pelos historiadores brasileiros

na década de 50, e a presença dos estudos históricos nos suplementos literários. Aos leitores dos suplementos, os historiadores ofereciam textos que tinham uma forte relação com a crônica e o romance. Os personagens históricos eram heróis, reis, príncipes, isto é, figuras que tinham se destacado por suas ações, conduzindo guerras, batalhas, ou que tinham sido vencedoras de lutas políticas ou diplomáticas. A narrativa desses textos era em geral linear, o tempo era contado através de uma sucessão de acontecimentos apresentados em ordem cronológica. Talvez a perspectiva positivista desse período, voltada para a descrição das ações dos indivíduos, em um estilo literário e sem a preocupação de construir modelos explicativos ou formular hipóteses, despertasse o interesse do público leitor dos jornais.

O folclore e o regionalismo foram dois outros temas presentes até, pelo menos, a metade da década. Ambos devem ser vistos como associados à questão nacional e à modernidade. Na medida em que os intelectuais se voltavam para o estudo das diferenças regionais e se dedicavam à descrição dos costumes, tradições, festas, crenças etc. do povo, buscavam na verdade preservar a história de uma situação ou fase cultural que estava prestes a desaparecer. Nesse período de transição, esses temas se articulavam com o da passagem para uma sociedade moderna e industrial. Mas o folclore e o regionalismo, ao contrário da sociologia, da antropologia e da história, não faziam parte dos cursos universitários, pois não conseguiram o reconhecimento como disciplina científica. Essa situação levou a uma certa ambigüidade, como aponta Marisa Peirano, quando mostra que de um lado havia todo um esforço para que essa área de estudo não desaparecesse, e de outro uma visão negativa, que passou a caracterizar os trabalhos dos folcloristas como superficiais, demasiadamente empíricos, descritivos e desprovidos de análise teórica (Peirano, 1992).

Por outro lado, não se deve esquecer que o folclore teve grande impulso no pós-guerra, sendo pensado como meio de incentivar a paz entre os povos, por valorizar as especificidades de cada povo, o que permitiria a construção de identidades próprias a cada um deles. A Unesco foi um dos organismos internacionais que mais atuou nessa direção, investindo e estimulando pesquisas nesse campo. No Brasil, sob os auspícios da Unesco, foi criada em 1947 a Comissão Nacional de Folclore, que promoveu,

na década de 50, vários encontros em diferentes cidades brasileiras para discutir o tema (Castro & Vilhena, 1990).

Tudo indica que, na medida em que seus estudos não conseguiram atingir as instâncias universitárias, e que se viam rejeitados por seus colegas das ciências humanas, os intelectuais do regionalismo e do folclore foram levados a procurar os suplementos literários como forma de divulgação de seus trabalhos e, mais do que isso, como instrumento de legitimação no meio intelectual.

Os jornais *A Manhã* e *Diário de Notícias* foram os que se destacaram como canal de divulgação desses temas, e Manuel Diegues Júnior, antropólogo católico, foi um dos colaboradores que mais escreveu a esse respeito. Em *A Manhã*, apresentou estudos sobre a assimilação, a aculturação e a transculturação dos diferentes grupos culturais que migraram para o Brasil, como italianos, espanhóis, japoneses, sírios e libaneses. Escreveu vários artigos sobre as características das diversas regiões brasileiras, ressaltando, por exemplo, como a atividade pecuária, a mineração no Sul do país e as missões jesuíticas influenciaram a formação cultural dos gaúchos. Nessa mesma linha de estudo, escreveu sobre as características culturais do Nordeste, analisou o papel dos engenhos de açúcar e tratou do folclore, da história e da geografia dessa região, de onde era originário.

Outro colaborador freqüente de *A Manhã* foi Leandro Tocantins, que escreveu vários artigos sobre "Paisagens e coisas da Amazônia", nos quais descrevia os aspectos físicos e culturais da região.

O grupo folclorista teve presença constante nas páginas do suplemento do *Diário de Notícias*. Assinaram artigos sobre esse tema: Renato de Almeida, Édison Carneiro, Adelino Brandão, Théo Brandão; destacavam-se principalmente Manuel Diegues Júnior, que mantinha uma coluna intitulada Folclore e História, e Marisa Lira, que assinava a coluna sobre música brasileira centrada no folclore. O regionalismo, o folclore, a necessidade de conhecimento e interpretação da história do país, a busca de uma explicação para a formação da nação brasileira, de sua cultura e identidade foram preocupações de décadas anteriores, principalmente a de 30, o que levou a um número elevado de estudos sobre a história do Brasil (Pontes, 1989). Mas no pós-guerra essas questões já não eram dominantes; a nação já existia e ela se constituía em torno de seus interesses econômicos, sua cultura e sua política. Na década de 50 outras

questões se colocavam, como a da definição de uma política econômica e a da defesa dos interesses da nação contra os interesses estrangeiros. O nacionalismo e o antinacionalismo foram os pontos de convergência e de divergência da política brasileira. A entrada em cena do povo, como sujeito político, colocou outras questões, inclusive no nível da cultura. Mas como esses temas não eram tratados nos suplementos, os intelectuais que lideravam os debates e formulavam idéias a esse respeito estavam praticamente excluídos de suas páginas.

Questões como a intervenção do Estado na economia, a participação do capital estrangeiro em setores básicos da produção, o papel da burguesia industrial e das classes médias na definição e na condução do processo de industrialização, a extensão da escola pública para todos, enfim, os debates sobre a possível modernização do país estavam sendo apresentados nas revistas especializadas que começavam a aparecer — como *Cadernos do Nosso Tempo* (1953), *Revista Brasiliense* (1955), *Anhembi* (1950), *Revista de Educação e Ciências Sociais* (1956), *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (1956) e outras — ou eram divulgados através de cursos, seminários e conferências, fora da universidade.

Mas alguns jornais demonstraram interesse em discutir algumas dessas questões, como o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Em agosto de 1949, o grupo de intelectuais que na metade dos anos 50 criaria o Iseb, pretendeu transformar a 5ª Página do jornal de domingo em um espaço dedicado a “divulgar as análises e formulações que esse grupo estava elaborando e que, em resumo, visavam investigar as nossas próprias posições culturais e o verdadeiro sentido da nossa tendência ao acordo social”, segundo Jorge Serpa Filho, em artigo no *Jornal do Commercio* intitulado “O sentido de um movimento”.

A 5ª Página publicou vários artigos de Oscar Lorenzo Fernandez, numa série intitulada O Problema da Posição Existencial do Homem. Hélio Jaguaribe escreveu uma série intitulada Considerações sobre o Fascismo, e artigos sobre política de clientela e política ideológica. Também escreveu sobre “A existência no regime de massas”, assim como um estudo intitulado “Sobre nossa época”, onde desenvolveu o significado cultural e político dos conceitos “para fora” e “para dentro” (elaborados então pela Cepal), abordando ainda o significado da tradição, da razão, do romantismo e do classicismo. Essas idéias e parte desses artigos foram pu-

blicados mais tarde na revista *Cadernos do Nosso Tempo*. Roland Corbisier, filósofo paulista, escreveu na 5ª Página sobre “ressentimento e cultura”, enfatizando a tendência brasileira de valorizar mais os símbolos ou sinais exteriores da cultura e deixar de lado a própria cultura.

Esses intelectuais, que criaram o Iseb em 1955, marcaram sua rápida passagem pelo jornal escrevendo artigos predominantemente filosóficos e culturais, mas com um enfoque político. As idéias formuladas nesse período e aí apresentadas constituíram o embrião do que seria mais tarde a posição teórica e as teses centrais do projeto de desenvolvimento nacionalista do Iseb.

Outro intelectual que usou o *Jornal do Commercio* para discutir temas da atualidade política e ligados aos debates sobre o processo de desenvolvimento foi San Thiago Dantas. Vale a pena ressaltar o artigo em que ele analisa as idéias de Rui Barbosa a respeito do papel da classe média como foco de inovação, acentuando a permanência e a atualidade dessas idéias — expressões de uma ideologia de reforma da sociedade.¹⁸ Essa reforma, segundo Dantas, tinha como imperativo a ascensão da classe média. O texto apresenta e discute as idéias e orientações que Rui imprimiu à política financeira e econômica durante sua passagem pelo Ministério da Fazenda do Governo Provisório. O autor destaca o sentido social de seu programa, voltado para a libertação das forças novas, que deveriam substituir a “estrutura agrária e feudal do Império por uma estrutura de maior diversificação econômica, em que se distribuisse e estabilizasse a incipiente classe média”. San Thiago Dantas indica que isso não se realizou: “a República voltou pouco depois a ser governada pela classe agrária, que lhe impôs os seus homens representativos, como Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena...”. As bases da industrialização foram lançadas, mas a classe média “não logrou desenvolver no país uma economia pequeno-burguesa, que lhe assegurasse organização e estabilidade”. O que o autor do artigo insiste em demonstrar é que Rui Barbosa foi um modelo das virtudes éticas da classe média, um homem símbolo de uma classe cheia de futuro, o “estadista do progresso”, em um meio

¹⁸ Dantas, San Thiago. Rui Barbosa e a renovação da sociedade. *Jornal do Commercio*, 27-11-1949.

em que predominavam as grandes figuras de homens públicos. As idéias formuladas por San Thiago Dantas eram um dos temas abordados pelo grupo que orientava a 5ª Página, e principalmente por Hélio Jaguaribe. Eles teriam seqüência em outros fóruns e instâncias de debate, durante as reuniões do Grupo Itatiaia e depois no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp).

Esse grupo de intelectuais não conseguiu manter por muito tempo a orientação da 5ª Página. No início dos anos 50 esses intelectuais e esses temas desapareceram do jornal de domingo, perdendo a 5ª Página o seu caráter específico. A partir de 1953, o grupo criou a revista *Cadernos do Nosso Tempo* e o Ibesp, que se tornaram instrumentos de divulgação orientados para um público preciso, ou seja, uma elite burocrática que atuava junto aos centros de poder do Estado, elite que eles queriam influenciar com suas idéias e projetos de desenvolvimento.

Essa não foi a única tentativa de divulgar temas políticos; o jornal vez por outra tratava de questões polêmicas da atualidade, como por exemplo a crônica de Dinah Silveira de Queiroz sobre a eleição de Vargas à presidência da República, em 1950. Nessa crônica a autora se identifica como eleitora do brigadeiro Eduardo Gomes, o opositor mais sério de Vargas, e lamenta sua derrota, pois para ela o brigadeiro “era o herói, o bem-amado candidato de tantos brasileiros e tantas classes sociais...”. Segundo Dinah, “os trabalhadores que votaram no candidato da UDN foram realmente aqueles com esperanças individuais ao acesso, ao desejo de uma vida organizada”. E lembra que a grande imprensa praticamente foi vencida, já que a maioria dos jornais brasileiros estava contra Getúlio Vargas.

O suplemento de *A Manhã* também abria suas páginas de cultura para temas políticos da atualidade; basta lembrar que o pensamento católico, em especial as idéias do frei dominicano francês Louis Joseph Lebreton, tinha grande influência sobre a orientação temática de *A Manhã*. No pós-guerra, as idéias de Lebreton influenciaram uma parcela significativa da intelectualidade católica. Seus trabalhos se inscreviam no campo das ciências humanas e se orientavam para uma ação que visava a transformação do mundo para torná-lo mais justo. Sua produção teórica se dirigia, de um lado, aos militantes engajados no trabalho sindical e, de outro, às necessidades econômicas e ao desenvolvimento dos países sub-

desenvolvidos. Seu projeto cristão centrava-se na modernidade. Com essa perspectiva, Jorge de Lima escreveu artigos sobre a visão cristã do sindicalismo, do ponto de vista de frei Lebrete; e M. Gomes Barbosa e Nirceu da Cruz César apresentaram artigos sobre cooperativismo e sindicato ou sobre individualismo e coletivismo na organização econômica.

Também o *Diário de Notícias*, em seu suplemento literário, apresentou artigos de Tristão de Athayde sobre o socialismo cristão, como alternativa entre o capitalismo e o comunismo, e esse mesmo autor divulgou também a obra e o pensamento do francês Jacques Maritain.

Além disso, o suplemento de *O Estado de Minas* mantinha a seção Oropa, França e Bahia, assinada por Jair Silva, que discutia a política nacional e mineira.

O *Jornal do Brasil* deu muita ênfase aos temas ligados ao cinema, ao teatro e às artes plásticas. Em 1959 foram publicados vários artigos de autoria de Oskar Schlemmer sobre as pesquisas no teatro moderno. Ao mesmo tempo escreviam sobre o tema Bárbara Heliodora, Léo Victor, Léo Gilson Ribeiro. Depoimentos de autores teatrais discutindo a experiência nessa área cultural foram trazidos por Cláudio Melo e Souza. Esse foi um momento de grande investimento no teatro, principalmente por parte do governo de São Paulo, o que permitiu a eclosão de novos textos, autores, diretores e atores e a encenação de peças nacionais e estrangeiras.

Em 1958/59 foram apresentadas as peças *O casamento*, de Ariano Suassuna, *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri, *O diário de Anne Frank*, adaptado por Francis Goodchich e Albert Hackett, *Vestir os nus*, de Pirandello, *Vestido de noiva*, de Nelson Rodrigues, *Um panorama visto da ponte*, *Juventude sem dono*, *A alma boa de Setsuan* etc.

Foi também nesse período que se deu a fusão do Teatro de Arena de São Paulo com o Teatro Paulista do Estudante e surgiu o Teatro Oficina. Tudo isso teve como resultado uma programação de peças com temática social e política dentro de um projeto de "conscientização política". A partir de então e durante a década de 60 se expandiu a preocupação com o teatro popular. A par disso, o teatro brasileiro adotou na montagem e na representação formas mais simples e despojadas. Todos esses temas são encontrados nos artigos do Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil* (SDJB). O mesmo ocorreu com o cinema, que encontrou espaço para a divulgação das novas experiências que então se realizavam. Glauber Rocha, José Lino

Grünwald e Ely Azeredo escreviam sobre o cinema norte-americano, italiano e francês e sobre a nova linguagem cinematográfica brasileira.

As artes plásticas, com Mário Pedrosa, Ferreira Gullar e Benedito Nunes, ocuparam um espaço significativo no suplemento, principalmente nos anos de 1958/59.

Outros temas e outros intelectuais enriqueceram as colunas do suplemento, principalmente na área de ciências sociais, com a contribuição de Guerreiro Ramos, que escreveu dois artigos: um sobre o problema da cultura nacional e outro sobre o modelo teórico da sociologia política.

A mudança da capital para Brasília, tema dos mais polêmicos no período do governo Juscelino Kubitschek, mereceu em 1958 um artigo de Peixoto da Silveira, que discutiu por que, para onde e como mudar a capital federal. Mais tarde, vários arquitetos também opinaram sobre a nova capital nas páginas dos jornais.

Os suplementos literários em resenha

A observação de cada um dos suplementos literários permite-nos estabelecer algumas características desse veículo, principalmente levando-se em consideração os temas que identificamos para análise. Assim, é possível, *grosso modo*, caracterizar para essa década:

- os suplementos que estavam mais voltados para a divulgação de idéias e temas que tinham sido predominantes em décadas anteriores, que estavam mais vinculados ao passado e à tradição — embora alguns reservassem espaço para temas da atualidade política e outros tenham sofrido mudanças ao longo do período. Consideramos inclusos nessa categoria os suplementos dos seguintes jornais: *Jornal do Commercio*, *A Manhã*, *Diário de Notícias*, *O Jornal*, *O Estado de Minas*;

- os suplementos que abriam espaço predominantemente para os movimentos de vanguarda, seja na literatura, nas artes plásticas, no cinema ou no teatro. Estariam aí incluídos: *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*;

- os suplementos cuja orientação era mais de informação do que de divulgação de idéias. Nesse caso incluímos a *Folha da Manhã* e *O Globo*.

A resenha dos suplementos incluídos na primeira categoria deve começar com o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Este sempre manteve uma orientação conservadora, e de 1935 a 1957 foi dirigido por Elmano Cardim. Em 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o jornal foi adquirido por Francisco Clementino de San Thiago Dantas, professor de direito civil da Faculdade Nacional de Direito e político ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro. O jornal se destacou por ser eminentemente informativo e centrado no noticiário das atividades comerciais e industriais, embora em muitos momentos de sua história tenha apoiado abertamente determinadas posições políticas, como a defesa do monopólio estatal do petróleo e a construção de Brasília, para ficarmos só nessas decisões políticas que envolveram grandes debates. É ainda hoje publicado.

Como já vimos, esse jornal, no final dos anos 40 e início dos 50, procurou criar um espaço para o debate de questões ligadas ao desenvolvimento brasileiro.

Na realidade, o dominante nas matérias eram crônicas, artigos e ensaios de jornalistas, escritores, historiadores e pensadores sobre assuntos ligados à história do Brasil ou a personagens que tiveram destaque na política brasileira.

Assim, embora esse jornal tenha tentado trazer para o leitor assuntos políticos da atualidade, não conseguiu se desvencilhar de colaborações (e, por consequência, de uma orientação) mais ligadas ao passado, a questões referentes à formação da nacionalidade. Isso deve ser entendido como parte do processo de transformação modernizadora — ou seja, no momento mesmo em que se fazia a passagem para uma sociedade urbana industrial, era preciso ainda enfatizar e cultivar os valores do passado.

Outro jornal que mantinha um suplemento literário com características próximas às do *Jornal do Commercio* era *A Manhã*,¹⁹ do Rio de Janeiro. Em 1950 seu diretor era Heitor Muniz e sua orientação política era prestar apoio incondicional ao governo do general Eurico Gaspar Dutra, de forte acento anticomunista. Quando Getúlio Vargas se apresentou

¹⁹ *A Manhã*, jornal diário, criado em agosto de 1941 como porta-voz do Estado Novo, sob a direção dos intelectuais escritores Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia. O jornal era de propriedade das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. Foi extinto em 1953.

como candidato à sucessão presidencial, o jornal repudiou a candidatura sob o argumento de que ela representava o atraso, a desordem e a influência comunista. Defendeu abertamente a candidatura de Cristiano Machado, do PSD.

O jornal mantinha aos domingos o suplemento *Vida Política*, orientado por José Caó e coordenado por Ascendino Leite.²⁰ *A Manhã* aparece nesses primeiros anos da década como um suplemento rico quanto à variedade temática. Através dele podia-se acompanhar o debate das questões sociais, políticas e econômicas da atualidade, assim como se inteirar das questões ligadas ao regionalismo, ao folclore e à história do Brasil. Ao contrário dos outros jornais, a crítica literária, a poesia e a crônica também estavam presentes, embora ocupassem menor espaço.

O jornal mantinha um suplemento mensal — *Jornal dos Novos* — dirigido por Dinah Silveira de Queiroz e Fausto Cunha. Nesse espaço reservado aos jovens que se iniciavam na vida literária eram apresentados contos, poesias e teatro.

Com orientação próxima à de *A Manhã* encontramos o suplemento literário do *Diário de Notícias*.²¹ Em 1946 esse jornal lançou seu suplemento literário, publicado aos domingos e dirigido por Raul Lima. Mas o *Diário de Notícias* mantinha desde a sua fundação um suplemento de variedades que incluía assuntos de moda feminina, artigos sobre literatura e ciências sociais. O novo suplemento conservou durante algum tempo a mesma estrutura, com espaços dedicados a moda, palavras cruzadas, homeopatia, além de assuntos culturais. Ao longo dos anos 50, o suplemento foi se concentrando nos assuntos culturais, com ênfase no pensamento católico, nos estudos regionais e folclóricos e, como já vimos, no debate sobre a formação da crítica literária. Contou com a colaboração de escritores, poetas, cronistas — enfim, de intelectuais dos mais conhecidos e prestigiados. Se comparado a outros da época, o suplemento

²⁰ Ascendino Leite foi chefe da censura durante os anos 60.

²¹ O *Diário de Notícias* era um jornal diário, matutino, carioca, criado em 1930 por Orlando Ribeiro Dantas. Deixou de circular em 1974. Caracterizou-se por ser um jornal de opinião, marcadamente anticomunista nos anos 50.

tinha um perfil mais nítido quanto à orientação política, e mais próximo ao do jornal *A Manhã*. O que parece ter ocorrido é que, à medida que *A Manhã* foi se esvaziando ao longo dos primeiros anos da década de 50, seus colaboradores migraram para o *Diário de Notícias*.

Com características também próximas às dos jornais analisados, encontramos *O Jornal*,²² que na década de 50 mantinha um suplemento intitulado Revista, dividido entre temas literários e agropecuários e o cinema. Poesia, contos, ensaios e artes plásticas ocupavam cinco páginas das oito que constituíam o suplemento. Os temas regionais, o folclore e a história do Brasil tinham grande divulgação. Além disso, era o suplemento que divulgava os vencedores dos prêmios literários, tanto nacionais como estrangeiros, principalmente os franceses. No período, foi o jornal que maior espaço deu a novos lançamentos editoriais. Nas seções Roteiro do Leitor e Notícias Literárias encontra-se um grande número de livros, apresentados aos leitores na ocasião de sua publicação.

O suplemento de *O Jornal* teve grande prestígio, não só pelos intelectuais que nele colaboravam, como também pelo fato de suas matérias serem reproduzidas nos jornais de outros estados, uma vez que pertencia à cadeia dos Diários Associados, o que significava ultrapassar o eixo Rio-São Paulo e atingir um público mais amplo.

*O Estado de Minas*²³ não tinha suplemento literário nos primeiros anos de 50; mas aos domingos a página seis era toda dedicada à publicação de ensaios, poesias, contos e comentários políticos. Mais tarde, em 1955,

²² *O Jornal*, diário carioca, foi fundado em 1919 por Renato de Toledo Lopes, que em 1924 o vendeu a Assis Chateaubriand. Foi o jornal que deu início à cadeia dos Diários Associados. Ao ser criado, dedicava-se a assuntos literários e científicos, mas o novo proprietário lhe deu rumos mais políticos. Foi extinto em 1974.

²³ Jornal fundado em Belo Horizonte em 1928 por um grupo de jovens liderados por Pedro Aleixo. Alguns de seus integrantes assumiram posições relevantes na política e na cultura nacionais, como Carlos Drummond de Andrade, José Maria Alkmin, Milton Campos, Negrão de Lima. Aspiravam a introduzir novos padrões no jornalismo mineiro, sem a preocupação de engajá-lo nas lutas partidárias. O jornal procurou manter sempre uma posição moderada diante das crises políticas que o país viveu, postura que se manteve até os dias atuais.

na 3ª seção do jornal de domingo, foi aberto espaço para informações sobre cinema, ciências, página feminina, homeopatia e anúncios comerciais. O jornal incorporou novos colaboradores e os temas históricos foram ampliados. Mas só em 1956 apareceu a seção Letras e Artes, quando foram incorporados novos colaboradores, tanto aqueles que se dedicavam à literatura, como os que escreviam sobre temas culturais, destacando-se o regionalismo, o folclore e a história do Brasil. Durante os anos de 1957/58 essa seção distinguiu-se pela grande variedade temática e pela qualidade de seus colaboradores.

No segundo tipo que identificamos estão os novos suplementos que surgiram ao longo da década, com temáticas que refletem a entrada em cena de novas idéias e novos atores. Os antigos suplementos também sofrem mudanças, reorientam sua linha editorial, incorporando-se ao debate mais atual em curso na sociedade. Está nesse caso o *Correio da Manhã*,²⁴ que mantinha aos domingos o suplemento Literatura e Arte. No início daquela década, estava voltado para a divulgação de crônicas e ensaios sobre acontecimentos históricos ou para biografias de importantes autores e escritores, com ênfase em autores estrangeiros. Ao mesmo tempo, colaboravam regularmente escritores, poetas, artistas, todos intelectuais de grande prestígio.

Em maio de 1951, o suplemento Literatura e Arte, que até então era editado com 11 páginas, passou a ter somente duas, e no final de 1951 deixou de sair aos domingos para aparecer aos sábados, embora continuasse a contar com os mesmos colaboradores permanentes. Ao longo dos anos 50 foi recuperando espaço no jornal, ampliando os temas dos seus artigos e apresentando intelectuais de diferentes orientações políticas e filosóficas. Ao lado do filósofo católico Eduardo Prado de Mendonça escrevia o filósofo Roland Corbisier. Otto Maria Carpeaux tornou-se um dos colaboradores regulares a partir de 1958, dedicando-se a críticas e comentários sobre livros novos lançados no Brasil e no exterior, além de escrever sobre literatura em geral. Jovens poetas, escritores e críticos apa-

²⁴ *Correio da Manhã*, jornal carioca, diário e matutino, fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt e extinto em junho de 1974. Destacou-se como um dos mais importantes órgãos da imprensa brasileira e como um "jornal de opinião".

recem no suplemento: Ferreira Gullar, Thiago de Mello, José Paulo Moreira da Fonseca, Saldanha Coelho (ver tabela 1). O suplemento do *Correio da Manhã* foi alterando as suas características e se tornando um suplemento de vanguarda.

O *Estado de S. Paulo*²⁵ mantinha em suas páginas artigos, crônicas e crítica literária, mas não havia um suplemento específico dedicado às artes, à literatura ou às ciências sociais. Durante os primeiros anos da década de 50 encontramos artigos de intelectuais e escritores sobre diferentes temas, não necessariamente aos domingos nem em uma página específica. A França e a cultura francesa eram objeto de muitos dos artigos publicados, principalmente em 1951/52, como o de Raimundo Menezes sobre a vida de Émile Zola ou vários artigos (traduzidos) que Roger Dion, professor do Collège de France, escreveu sobre a região de Paris e seu crescimento. Paulo Silveira escreveu sobre Baudelaire, Roland Corbisier sobre a significação da literatura francesa, Novais Teixeira sobre a revolução da pintura francesa e Júlio de Mesquita Filho contribuiu com vários artigos intitulados "A Europa que eu vi: a França".

Em dezembro de 1952 surgiu no 3º caderno a seção dominical Literatura e Arte, com nomes de prestígio da literatura brasileira, como Carlos Drummond de Andrade e Cecília Meireles, entre outros. Nos anos seguintes novos colaboradores apareceram e a seção foi se tornando rica em crônicas, poesias e comentários sobre a cultura européia e norte-americana. Por intermédio da seção Jornal Literário, que começou a ser divulgada em agosto de 1953, tomava-se conhecimento dos últimos lançamentos editoriais da Alemanha, França, Itália, Espanha, Inglaterra e Estados Unidos. Em 1956, sob a responsabilidade de Fernando de Azevedo, essa seção passou a apresentar aos leitores também livros nacionais.

²⁵ O *Estado de S. Paulo*, jornal diário e matutino fundado em 1875 com o nome de *Província de São Paulo*, passou à denominação atual com a proclamação da República em 1889. Em 1885 ingressou na redação Júlio César Ferreira de Mesquita, que pouco tempo depois passou a diretor; a partir de então o jornal foi comandado pela família Mesquita, que mantém seu controle até os dias atuais. O *Estadão*, como é chamado, continua a ser um dos jornais mais lidos em São Paulo, tendo boa penetração em outras capitais.

Uma das características dessa seção de *O Estado de S. Paulo* era a colaboração da Universidade de São Paulo, que passou a apresentar resultados de pesquisas, com artigos de seus professores. Estes também faziam resenhas bibliográficas, principalmente na área de ciências humanas. Encontramos aí o cientista social francês Roger Bastide, Egon Schaden, P. E. Sales Gomes, Gilda Melo e Souza, Florestan Fernandes, Maria Izaura Pereira de Queiroz.

A colaboração das primeiras gerações de cientistas sociais formadas pela USP não significou a abertura de espaço para ensaios políticos, nem para artigos sobre os temas sociais e econômicos que provocavam grandes debates na universidade e entre políticos e intelectuais. O que encontramos, por exemplo, são artigos com os resultados de uma pesquisa desenvolvida pelo antropólogo Egon Schaden sobre fenômenos de aculturação no Brasil, ou artigos de Roger Bastide sobre psicanálise e política. Artigos sobre acontecimentos históricos e biografias dos grandes personagens de nossa história, temas dominantes em outros suplementos da época, apareciam secundariamente.

As mudanças introduzidas na seção cultural devem ser creditadas em grande parte ao sociólogo e crítico literário Antônio Cândido, convidado por Júlio de Mesquita Neto a reorganizá-la e dirigi-la. Antônio Cândido aceitou apenas reconhecer e planejar, mas não dirigir; essa função coube a Décio de Almeida Prado, que permaneceu no cargo por muitos anos. Antônio Cândido, ao aceitar o desafio, optou por uma orientação que levava em conta as características intelectuais de São Paulo. Diferentemente do Rio de Janeiro, onde se encontravam os melhores suplementos do país, São Paulo se caracterizava por ter o melhor centro universitário do Brasil. *O Estadão*, em sua nova orientação, deveria refletir essa marca.²⁶ A seção cultural de *O Estado de S. Paulo*, reformulada como suplemento, foi concebida, segundo palavras de Antônio Cândido “como uma espécie de cruz entre o suplemento e a revista literária, isto porque São Paulo não tinha uma boa revista literária”. Ao estruturar o suplemento, Antônio Cândido declinou como base a criação de setores fixos,

²⁶ Antônio Cândido, em entrevista à autora (Rio de Janeiro, 4-1-1994).

como um rodapé literário semanal sobre letras estrangeiras, literatura etc. Deveria contar de seis a oito páginas e ter uma apresentação gráfica moderna. Foi então chamado Henrique Bianco, que elaborou o projeto. Quanto ao conteúdo e aos colaboradores, Antônio Cândido queria um jornal de vanguarda, e não de “medalhões”. Indicou Wilson Martins para o rodapé literário, João Cabral de Mello Neto para a seção de letras espanholas, Lauro Escorel para as letras italianas, Egon Schaden e Anatol Rozenfeld para as letras alemãs, Brito Broca para as letras francesas, Edgar Cavalheiro para notícias curtas. Pensou também em introduzir resenhas científicas, mas isso não se concretizou.

Para o sucesso do projeto, Antônio Cândido considerou fundamental a remuneração dos colaboradores em níveis acima da média dos outros jornais, principalmente em relação ao Rio de Janeiro. A família Mesquita aceitou todas as propostas de Antônio Cândido, viabilizando assim um trabalho de qualidade, com grande variedade de temas, seções e colaboradores.

O *Diário Carioca*²⁷ mantinha aos domingos a 3ª seção: Literária, Feminina e Infantil. Em setembro de 1950 já encontramos a 3ª seção intitulada Suplemento Dominical (Domingo no Lar, Matas, Campos e Fazendas). Trabalhamos nesta pesquisa com a seção Letras e Artes, para a qual colaboravam regularmente nomes de prestígio da literatura e da cultura (ver tabela 1). Por meio dessa seção era possível identificar as tendências da pintura, das artes, da poesia e da literatura, tanto nacionais como estrangeiras. Eram freqüentes os artigos de Otto Maria Carpeaux nessa direção.

Esse suplemento foi a seguir ampliado, dando grande ênfase à divulgação das revistas literárias, comentando seu conteúdo e seus colaboradores. Em junho de 1955 sofreu nova reestruturação: nas duas primeiras páginas o espaço era inteiramente dedicado ao resumo das notícias políticas, econômicas e internacionais da semana. A seção Letras e Artes, antes ocupando duas páginas, passou a ter somente uma, sendo aumentada

²⁷ O *Diário Carioca* foi criado em 1928 por José Eduardo de Macedo Soares, com a finalidade de fazer oposição ao governo de Washington Luís. Foi um jornal orientado essencialmente para a política. Deixou de circular em dezembro de 1965.

a seção sobre lançamento de livros. Desapareceu a colaboração dos escritores, poetas, cronistas etc. A partir de então, Saldanha Coelho passou a assinar semanalmente a crônica literária e foi dando a ela um conteúdo político. Em 1958, o suplemento incluiu como colaborador Paulo Francis, que escrevia principalmente sobre temas ligados ao teatro.

Os artigos e os colaboradores do *Diário Carioca* parecem antecipar ou mesmo estar na origem do Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*, na medida em que o jornal valorizava temas e autores jovens e de vanguarda, como os concretistas, o teatro e o cinema novo.

O *Jornal do Brasil* teve em Reinaldo Jardim o responsável pela criação, em 1956, do Suplemento Dominical. Começou misturando vários assuntos, mais como um jornal "feminino", com receitas de cozinha e temas voltados para a mulher, além de poesias. Em seguida Reinaldo Jardim chamou para trabalhar nesse suplemento o poeta Mário Faustino, o escritor Ferreira Gullar, Oliveira Bastos e outros, dando início ao suplemento literário, que ficou conhecido como SDJB. A reforma por que posteriormente passou o *JB* teve origem no suplemento (Ferreira, 1993). Ele abriu espaço para novos autores, cineastas, artistas, poetas e cronistas e deu muita ênfase aos temas ligados ao teatro, ao cinema e às artes plásticas. Ao final de 1956 foi lançada a exposição nacional de arte concreta e o SDJB deu grande cobertura ao acontecimento, o que trouxe grande projeção ao jornal. Em 1957 os poetas concretistas lançaram o seu "Manifesto" no *JB* e no ano seguinte apresentaram o "Plano piloto para a poesia concreta".

Poesia, romance, crônica e história nunca estiveram ausentes das páginas do Suplemento Dominical, sendo que a poesia concreta teve aí um de seus mais importantes espaços de divulgação. Os irmãos Augusto e Haroldo de Campos, Décio Pignatari e José Lino Grunewald divulgaram nesse espaço a "função poética da forma". Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade, Ledo Ivo, José Lins do Rego, Walmir Ayala, Lígia Fagundes Teles, Murilo Mendes foram outros dos grandes poetas e escritores que apareceram no suplemento.

A crônica no Rio de Janeiro teve na década de 50 grandes nomes que se firmaram nesse gênero literário; no SDJB apareceu e se destacou o cronista José Carlos de Oliveira.

Uma seção sobre novos lançamentos editoriais também constava do suplemento; nela eram comentados principalmente livros sobre poesia e literatura, publicados no Brasil e no exterior.

Finalmente, temos o terceiro tipo de suplemento, o informativo. Nesse caso encontramos a *Folha da Manhã*,²⁸ que em 1950 apresentava, aos domingos, um suplemento com diversas seções: Página Feminina, Modas, Decoração, Pediatria, Cinema, informes culturais e uma seção sobre lançamentos de livros. Em maio desse ano, o suplemento passou a sair em forma de tablóide, com maior variedade de artigos, contos, crônicas, crítica de cinema etc. (ver os colaboradores nas tabelas). Havia também a *Folhinha da Manhã*, uma página infantil onde se liam fábulas e biografias de personagens da história do Brasil. O barão de Itararé era o responsável por essa seção. José Reis assinava a seção No Mundo da Ciência. Este foi o início de um trabalho de divulgação científica que se ampliou ao longo da década.

O suplemento não se destacava pelo número de artigos literários, predominando a apresentação da programação cultural e artística de São Paulo.

Em 1951 desapareceu o suplemento dominical e em seu lugar surgiu o caderno Atualidades e Comentários, mais voltado para o esporte, o lazer, as comemorações. Nessa nova forma os anúncios comerciais tomavam um grande espaço. Em julho do mesmo ano, amplia-se a divulgação das exposições de artes plásticas, peças de teatro, concertos e apresentações musicais e notícias sobre ciência. O caderno torna-se mais informativo, e os contos, crônicas, poesias e ensaios praticamente desaparecem. Em 1958, uma nova mudança: o caderno dominical passa a denominar-se Assuntos Culturais, ampliando o espaço para o teatro, o cinema, a música

²⁸ Jornal de São Paulo, matutino que teve origem na Empresa Folha da Manhã S.A., criada em 1921 por Olívio Olavo de Olival Costa, que criou a *Folha da Noite*. Em 1924 foi proibido de circular devido a problemas políticos, o que levou seus diretores a substituir esse título pelo de *Folha da Tarde*. Em 1925, o mesmo grupo criou a *Folha da Manhã*. As *Folhas*, como eram chamadas, mudaram de direção em 1945, quando a empresa passou às mãos de José Nabantino Ramos, que imprimiu ao jornal um caráter mais moderno. Esse jornal continua em circulação.

e as artes plásticas. A crítica aos novos livros, inclusive estrangeiros, passa a ser feita regularmente. Tristão de Athayde, que se ausentara de suas colunas, volta a escrever, e O Mundo da Ciência, seção dirigida por José Reis, ganha uma página inteira.

Com características semelhantes encontramos *O Globo*.²⁹ Desse jornal, na década de 50, não se pode dizer que tivesse um suplemento literário; mas contava com seções dominicais dedicadas às artes e à literatura. Assim é que são encontradas nas edições dominicais seções como O Globo na Música, assinada por O. Bevilacqua; O Globo nos Teatros, por Gustavo Dória; O Globo nos Cinemas; Arte, Ciência e Cultura; O Globo na Sociedade; O Globo Feminino; O Globo nas Letras (assinada por Antônio Olinto); *Globe Trotters*, assinada pela cronista Elsie Lessa; O Globo nos Discos Populares, por Sílvio Túlio Cardoso, e a seção E a Vida Continua, assinada por Euclides Caldas.

Essas seções, na verdade, prestavam serviços, isto é, informavam sobre as peças de teatro e os filmes em cartaz, conferências, exposições, homenagens, livros publicados, discos lançados etc. Mas havia também críticas e comentários sobre livros, feitos em geral por Antônio Olinto. Em E a Vida Continua, Euclides Caldas escrevia artigos que analisavam a política nacional e internacional. O escritor José Lins do Rego também colaborava, escrevendo crônicas e artigos sobre a política e os políticos.

Considerações finais

Este estudo parece indicar que os suplementos literários dos anos 50 não foram o lugar de recepção de um discurso ideológico e político

²⁹ Jornal carioca, inicialmente vespertino, mais tarde matutino, fundado por Irineu Marinho em 1925. Continua em circulação. Ao ser fundado, preocupou-se em defender questões populares. Seu fundador morreu 21 dias após o lançamento do jornal, mas a família Marinho mantém até hoje seu controle. Durante a década de 50, pautou-se por uma posição anticomunista e de defesa da linha liberal para a economia brasileira. Destacou-se, a partir dos anos 50, pela aquisição de equipamentos modernos para a feitura do jornal. *O Globo*, a Rede Globo de Televisão e a Rádio Globo pertencem à Empresa Jornalística Brasileira S.A. O jornal é hoje um dos mais lidos no estado do Rio de Janeiro.

de esquerda, nem dos debates travados pelos universitários a respeito de temas relativos ao encaminhamento do processo de desenvolvimento do país. A discussão sobre o futuro do país entrava por outra porta, através das vanguardas culturais e artísticas, por meio da divulgação do cinema crítico, do teatro engajado, da poesia concretista, das artes plásticas, da música etc.

Os suplementos foram um espaço público que acolheu diversas linguagens, abrigou os mais significativos nomes da geração de escritores, poetas, contistas, ensaístas e críticos dessa década, e acolheu os intelectuais das áreas de ciências humanas que não tinham aceitação na universidade brasileira.

Uma nova configuração foi se impondo aos jornais e aos jornalistas na década de 50. Novas técnicas de produção e de administração foram introduzidas e uma nova linguagem se fez presente, dando prioridade à notícia em detrimento da opinião. Essas mudanças se aceleraram durante os anos 60, com a chegada da televisão. Por outro lado, as redações dos jornais foram sendo ocupadas por um outro tipo de jornalista — os que tinham uma formação especializada, que acabavam de concluir os recém-criados cursos de jornalismo. Tudo isso configurou um novo estágio da imprensa, ao qual o tipo de informação, de linguagem e de propostas representado pelos suplementos não se adequava perfeitamente.

Os suplementos deixaram de ser o espaço de veiculação da crítica literária, perderam a função de analistas da qualidade de um livro quanto a sua forma e conteúdo e se transformaram em meros divulgadores de novos lançamentos editoriais. Os intelectuais, escritores, poetas e artistas foram cedendo lugar ao jornalista profissional, especializado em resenhar obras recém-editadas.

Referências bibliográficas

Bahia, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo, Ática, 1990. (História da Imprensa Brasileira.)

Bello, José Maria. *História da República (1889-1954)*. 5 ed. São Paulo, Nacional, 1964.

Bomeny, Helena. Encontro suspeito: história e ficção. *Dados*, 33(1):83-118, 1990.

Cândido, Antônio. *Literatura e sociedade*; estudos de teoria e história literária. São Paulo, Nacional, 1965.

Castro, Maria Laura Viveiros de & Vilhena, Luis Rodolfo Paixão. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Estudos Históricos* (5), 1990.

Castro, Rui. *O anjo pornográfico*; a vida de Nelson Rodrigues. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Chartier, Roger. A história de hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, 7(13):97-113, 1994.

Couto, André Luis Faria. O suplemento literário do *Diário de Notícias* nos anos 50. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983. Coordenação de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense Universitária, FGV/CPDOC-Finep, 1984.

Fernandes, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977.

Ferreira, Marieta de Moraes. Imprensa e modernização dos anos 50: a reforma do *Jornal do Brasil*. *Anuário Brasileiro da Pesquisa em Jornalismo*. São Paulo (2):141-9, 1993.

Gella, Aleksander. An introduction to the sociology of the intelligentsia. In: ——— (ed.). *The intelligentsia and the intellectuals theory, method and case study*. California, Sage, 1976.

Gouldner, Alvin. *The future of intellectuals and the rise of new class*. New York, Seabury Press, 1979.

Hartog, François. L'art du récit historique. In: *Passés recomposés*; champs et chantiers de l'histoire. Direction de Jean Boutier et Dominique Julia. Paris, Autrement, 1995.

Kornis, Mônica. As vanguardas artísticas: seu compromisso com a modernidade. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992. 7p. mimeog.

Lins da Silva, Carlos Eduardo. *O adiantado da hora*; a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo, Summus, 1991.

Lipset, Seymour Martin. American intellectuals: their politics and status. *Daedalus Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, Summer 1959. p. 460-86.

Martins, Wilson. *História da inteligência brasileira (1933-1960)*. São Paulo, Cultrix, USP, 1977/78. v. 7.

Nosso século 1945/1960. São Paulo, Abril, 1980.

Peirano, Marisa. As ciências sociais e os estudos de folclore; a legitimidade do folclore. Seminário Folclore e Cultura, Ibac, 1992.

Pontes, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e "coleções Brasileira", nas décadas de 30, 40 e 50. In: Miceli, Sérgio et alii. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice, Revista dos Tribunais, Idesp, 1989.

Resende, Otto Lara. Escritor e jornalista. *Folha de S. Paulo*, 23-8-1992.

Ricoeur, Paul. *Temps et récit*. Paris, Seuil, 1983.

Villas Boas, Glauca Kruse. *A vocação das ciências sociais (1945-1964)*; um estudo da sua produção em livro. São Paulo, USP, 1992. (Tese de Doutorado.)

Wainer, Samuel. *Minha razão de viver*; memórias de um repórter. Rio de Janeiro, Record, 1988.

Westphalen, Cecilia. In: I Seminário de Estudos Brasileiros, 1972. *Anais...* São Paulo, 1972.

A imprensa nacionalista no Brasil

Introdução

Com exceção do período da ditadura de Floriano Peixoto e do Estado Novo, o nacionalismo brasileiro — entendido aqui não apenas como movimento político e de idéias, mas como manifestação politicamente articulada de um mais largo “sentimento nacional” — foi marcado por compromissos relativamente fortes com um ideal de liberdade. Tal é a imagem que se impõe da observação do único canal de comunicação e divulgação que o nacionalismo teve no país: a imprensa escrita (pois os temas nacionalistas nunca alcançaram as redes de rádio e televisão). Assim, entende-se o interesse de uma leitura atenta daqueles jornais em que o nacionalismo teve expressão privilegiada. Neles, podemos observar como se elaboraram e debateram questões importantes da vida nacional. Mais que isso, eles propiciam um entendimento mais profundo do papel histórico da imprensa e de suas especificidades como meio de expressão e como formadora de opinião pública.

Escolhemos como período a ser acompanhado as décadas de 40-50 — época em que o país e a imprensa já iniciam um processo de franca modernização, vivendo a redemocratização pós-Estado Novo. Coerentemente com as transformações sociais e econômicas e com a situação brasileira no novo contexto internacional (Segunda Guerra Mundial e, após o conflito, a Guerra Fria), o nacionalismo marcará o cenário político e ideológico bra-

sileiro principalmente nas discussões sobre o tipo de inserção do país na política internacional, e o modelo e posição econômica a serem interna e externamente adotados.

Chamamos então de "imprensa nacionalista" o conjunto dos periódicos nos quais são veiculadas as idéias e propostas mais direta e explicitamente afinadas ou comprometidas com a defesa dos interesses nacionais brasileiros — vistos estes como potencial ou efetivamente contrários a outros interesses nacionais ou internacionais, ou ameaçados por eles. Entendida nesse sentido, a imprensa nacionalista que nos interessa observar começou a ganhar força justamente na segunda metade dos anos 40. Ela surgiu de fato no decorrer dos debates travados na Constituinte de 1946, com a chamada "campanha do petróleo", e que culminou na promulgação da Carta de 18 de setembro, na qual dava-se forma jurídica às posições de líderes como Artur Bernardes (PR-MG), Euzébio Rocha (PTB-SP), Hermes Lima (PSB-PE) e Agamenon Magalhães (PSD-PE), favoráveis à detenção, pelo Estado, do monopólio da exploração do petróleo em território brasileiro.

Vários fatores combinaram-se na época para garantir o sucesso dos esforços nacionalistas em favor do monopólio estatal do petróleo. Em 1946, o general Salvador César Obino reelegeu-se presidente do Clube Militar e transformou a entidade num centro privilegiado de discussões, na ocasião em que se enfrentavam as teses do general Juarez Távora, favorável à participação da iniciativa privada nacional e estrangeira,¹ e as defendidas pelo general Júlio Caetano Horta Barbosa, engajado na defesa do monopólio estatal. Além disso, em julho de 1947, durante a realização do XI Congresso Nacional dos Estudantes, Roberto Gusmão, da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes e incorporou a UNE na campanha nacionalista. O envolvimento de parlamentares, universitários e militares deu à questão do petróleo e às idéias nacionalistas um caráter ímpar, pelo grau de engajamento e mobilização que provocou.

¹ O argumento básico de Távora era que o agravamento da Guerra Fria, já em plena progressão na Europa, exigia do Brasil mais dinamismo no aproveitamento de suas reservas naturais de óleo combustível.

Pode-se dizer que o nacionalismo que tomou impulso no Brasil a partir do término da Segunda Guerra Mundial, e que marcou o início da redemocratização subsequente à derrubada do Estado Novo, teve conotações específicas, diferentes daquelas dos anos 20, as quais estavam mais associadas a tentativas de dominar o cenário político — muitas vezes, inclusive, com recurso às experiências do fascismo mussoliniano na Itália, que influenciaram certa ala do movimento tenentista de 22. O nacionalismo de pós-guerra, ao contrário, repudiava o autoritarismo e estava consciente de que a expansão do movimento condicionava-se à consolidação do regime democrático. Em um ponto fundamental estavam afinadas as várias correntes militares, estudantis e parlamentares que formavam aquilo que denominamos, de modo abrangente, “movimento nacionalista”: a inconformidade com a influência de capitais ingleses e norte-americanos nos setores básicos da economia nacional, considerados o principal foco de atraso no desenvolvimento brasileiro.

Faltavam jornais que divulgassem a campanha pela nacionalização do petróleo, uma vez que a maioria dos órgãos conservadores aceitava as teses do general Távora. Esse espaço, à margem da grande imprensa conservadora, foi preenchido pelos jornais nacionalistas. Assim, a imprensa pôde efetivamente se tornar um dos canais mais importantes e representativos de discussão dos problemas nacionais.

O debate sobre o petróleo provocou exaltação e deu margem a pronunciamentos apaixonados; as pressões e reivindicações se fizeram cada vez mais impositivas. A posição dos partidários do monopólio estatal passou mesmo a ser interpretada como cumplicidade com a estratégia comunista, cujo objetivo, dizia-se, era dificultar a obtenção dos recursos considerados indispensáveis ao fortalecimento das potências do Ocidente.

Como veremos a seguir, todas essas questões aparecem, com maior ou menor explicitação e ênfase, nos periódicos voltados para a divulgação e o debate de idéias nacionalistas. A seguir, acompanharemos a trajetória daqueles jornais mais representativos do contexto e da atuação da corrente nacionalista. São eles: o *Jornal de Debates*, a *Revista do Clube Militar*, o *Popular*, *Emancipação* e *O Semanário*.

Esse jornal, de tiragem semanal, em formato tablóide, começou a circular em 28 de junho de 1946, sob direção de Matos Pimenta, Plínio Catanhede e Mário de Brito, com Lourival Coutinho no cargo de redator-secretário. No cabeçalho da primeira página, vinha transcrita esta sentença de Voltaire, uma síntese da filosofia liberal e do espírito iluminista que, em fins do século XVIII, apagou os vestígios da velha ordem feudal: "Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até à morte vosso direito de dizê-lo". No rodapé da primeira página, vinha expressa esta mensagem: "Defendam através do *Jornal de Debates* as idéias de seus partidos políticos. A tribuna é livre e gratuita".

Ainda na primeira página o jornal expunha seu programa, questionando a autenticidade da liberdade de imprensa então vigente e acrescentando que os meios de comunicação "se encontram em mãos de classes sociais e de partidos políticos, fechados a todas as manifestações contrárias aos interesses daqueles grupos".

E completava:

"Este jornal apresenta-se como uma tribuna absolutamente livre que agasalha toda e qualquer idéia, manifestada com toda proficiência sobre assuntos políticos, sociais e econômicos, não importando a cor política, escola filosófica ou credo religioso de seus autores. Não abriga, porém, ataques pessoais, diretos ou indiretos, nem injúrias, claras ou veladas, porque idéias só se destroem com idéias."

Assim, embora o jornal sustentasse suas opiniões, Matos Pimenta assegurava que o *Jornal de Debates* não era um "jornal de opinião". Aos poucos, foi crescendo o número de colaboradores que apoiavam as posições nacionalistas de Pimenta. A predominância dessa tendência se manteve até 1954, quando o periódico deixou de circular.

Na edição inaugural de 28 de junho de 1946, o *Jornal de Debates* publica entrevistas de Hermes Lima, em que este assevera a viabilidade

de a Esquerda Democrática² se converter em partido político; de Aliomar Baleeiro, que nega a possibilidade de sobrevivência do PTB; e de Jorge Americano, reitor da Universidade de São Paulo, que mostra a impossibilidade de se praticar a democracia sem liberdade de ensino. Durante o mês de julho, o jornal reproduz na íntegra um discurso pronunciado no Teatro Municipal de São Paulo pelo pensador Alceu Amoroso Lima, destacando para manchete o seguinte trecho: "Hoje é a burguesia que se retira para dar lugar ao proletariado". Em entrevista, Raul Pilla defende o parlamentarismo e inicia uma série de artigos e pronunciamentos afirmando a conveniência de se instituir no país um governo de união nacional.

A partir de agosto, começam a ganhar evidência as matérias mais polêmicas. Pimenta escreve uma série de artigos exaltando a criação da siderúrgica de Volta Redonda. Omer Mont'alegre condena a proposta de se vender a Fábrica Nacional de Motores (FNM), iniciada no governo de José Linhares, que substituiu Vargas após o golpe de 29 de outubro de 1945.³ Américo Barbosa de Oliveira defende a elaboração imediata de uma política de reforma agrária para o Brasil.

Ainda em agosto o *Jornal de Debates* trata de temas como divórcio e aborto, criação de um Partido Católico Progressista (proposta pelo senador Hamilton Nogueira), tráfego urbano no Rio de Janeiro, especulação

² A Esquerda Democrática era formada por um grupo de intelectuais e políticos, de tendência predominantemente socialista, que se uniram nos primeiros meses de 1945 para consolidar num só movimento a oposição comum ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Tinha por objetivo a organização de um partido político que expressasse os ideais do socialismo conjugados com a prática da democracia. Apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Em 1947, passou a denominar-se Partido Socialista Brasileiro (PSB). A Esquerda Democrática defendia a função social da propriedade e uma gradual e progressiva socialização dos meios de produção, e advogava os princípios do regime representativo, de origem popular, com voto direto e secreto. Embora tivesse algumas afinidades com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ela se distinguia pelo repúdio ao stalinismo e pela oposição à linha oficial do PCB, que nesse período defendia a aproximação com Vargas (ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*, 1984).

³ A FNM foi transformada em empresa de capital misto (sociedade anônima) em janeiro de 1946, no governo Dutra.

capitalista e carestia de vida, perigo de uma terceira guerra mundial, questão habitacional no Brasil, e discussões a respeito da União Soviética como potência imperialista.

Em outubro, o jornal realiza entre parlamentares uma enquete sobre "a Constituição de 46 e o sentido renovador do mundo". De outubro a dezembro, destaca os seguintes assuntos: competição entre PTB e PCB para a conquista de prestígio junto às camadas populares, participação dos empregados nos lucros das empresas, existência ou não de uma literatura brasileira, direitos da mulher, preconceito racial no Brasil, popularização do esporte de massa (especialmente a natação).

O jornal inicia o ano de 1947 formulando previsões quanto aos resultados das eleições diretas para os governos estaduais (realizadas em 19 de janeiro e as primeiras após a redemocratização), admitindo que o povo consagraria os candidatos apoiados pelo líder comunista Luís Carlos Prestes e por Getúlio Vargas.⁴

Pimenta, sempre dando projeção à liderança de Prestes, defende o apoio do então senador comunista à candidatura de Almeida Prado (UDN) ao governo de São Paulo.⁵

No primeiro semestre de 1947, Pimenta intensifica seus ataques à empresa de eletricidade Light, enfocando os péssimos serviços prestados à população do Rio de Janeiro; no plano político, comenta sobre a or-

⁴ O PCB apoiou naquele pleito os seguintes candidatos vitoriosos: Walter Jobim, no Rio Grande do Sul; Milton Campos, em Minas Gerais; Ademar de Barros, em São Paulo, e Otávio Mangabeira, na Bahia. Além disso, formou no Distrito Federal ampla maioria na Câmara Municipal, com a eleição de 18 vereadores. Mas em São Paulo o candidato ao Senado, Cândido Portinari, perdeu as eleições para Roberto Simonsen (PSD), e no Distrito Federal João Amazonas foi derrotado por Mário de Andrade Ramos (PSD). Entretanto, o apoio do PCB só teve influência decisiva em São Paulo e para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em Pernambuco, o partido lançou a candidatura própria do engenheiro Pelópidas Silveira, que venceu espetacularmente em Recife, Olinda e Jaboatão. Entretanto, Getúlio perdeu em Minas, onde apoiou Bias Fortes; em São Paulo, onde pediu votos para Hugo Borghi, e mesmo no Rio Grande do Sul, onde lançou Alberto Pasquallini. Venceu em Pernambuco, com Barbosa Lima Sobrinho, com uma diferença para o segundo colocado, Neto Campelo Jr., que não chegava a 600 votos.

⁵ Prestes, no entanto, preferiu encaminhar seus votos para Ademar de Barros.

ganização deficiente dos partidos de esquerda no Brasil e censura a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro pelo Superior Tribunal Eleitoral.

Em abril, Mário de Brito escreve longo artigo defendendo o monopólio estatal do petróleo. Em junho, Matos Pimenta critica a posição de Juarez Távora, assumida em conferência pronunciada no Clube Militar; Antônio Rollemberg sustenta que "a indústria do petróleo deve ser obra do capitalismo nacional".

O problema do petróleo, portanto, que já havia sido motivo de agitados debates na Constituinte, começa a tomar importância como matéria de preocupação dos setores mais ativos da vida nacional, em especial entre estudantes, militares, intelectuais e lideranças partidárias. A tese nacionalista conquista hegemonia naquela área e a vontade de participação cresce em todo o país. Como a imprensa conservadora, em sua quase unanimidade, apóia a tese de Juarez Távora, favorável às concessões ao capital estrangeiro, os nacionalistas têm como única alternativa o espaço oferecido pelo *Jornal de Debates*. À medida que as discussões alcançavam o grande público, o periódico de Pimenta se tornava conhecido como porta-voz da corrente comprometida com o monopólio estatal. É essa constatação que nos permite concluir que o *Jornal de Debates*, embora não tendo sido fundado com a intenção de formar uma opinião nacionalista no país, teve, em determinado momento, de ceder à pressão de seus leitores. Verificaremos mais adiante que fenômeno semelhante acontecerá com *O Semanário*, já no início do governo de Juscelino Kubitschek.

Foi 1948 sem dúvida alguma o ano que assinalou a entrada decisiva do *Jornal de Debates* na campanha do petróleo — campanha que sintetizava então toda a efervescência das discussões nacionalistas. Matos Pimenta rompe o ano atacando a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Inicia também violenta ofensiva contra as empresas estrangeiras que comercializavam no Brasil os derivados de petróleo, denunciando e condenando suas tentativas de impedir a construção de refinarias no país.

Em 1948 foi fundado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP),⁶ designando-se Artur Bernardes para a presidência da entidade. A União Nacional dos Estudantes, sob a presidência de Roberto Gusmão, realiza a primeira manifestação de rua no Rio de Janeiro, que provocou o congelamento, no Congresso, da mensagem de Dutra que instituía o Estatuto do Petróleo e que refletia principalmente a posição do deputado Odilon Braga (UDN-MG). Por outro lado, o general Dutra, numa espécie de retificação da posição assumida na elaboração do Estatuto, toma as primeiras providências para a montagem das refinarias de Cubatão (SP) e Mataripe (BA), além da compra de navios para a formação de uma frota nacional de petroleiros. O *Jornal de Debates* inclui em sua diretoria os nomes de Gentil Fernando de Castro, Osório Borba e Rafael Corrêa de Oliveira. No Congresso, a tese nacionalista ainda ficava restrita a um número reduzido de parlamentares, cujos destaques não iam muito além de Bernardes, Euzébio Rocha e da bancada socialista, composta dos deputados Hermes Lima, João Mangabeira e Domingos Velasco.

Ainda em janeiro, o periódico de Pimenta faz uma enquete entre deputados. Vários deles, de indiscutível renome, como Prado Kelly e Vieira de Melo, por exemplo, divagam sem muita objetividade sobre a perda ou inexistência da capacidade nacional de assumir os encargos de uma

⁶ Associação civil fundada em 21 de abril de 1948, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP) foi criado com o objetivo de promover uma "larga campanha de esclarecimento da opinião pública, através de artigos, conferências, debates, comícios, caravanas e demais meios constitucionais e democráticos, visando a congregação dos brasileiros que pugnavam pela tese nacionalista de exploração das jazidas pelo monopólio estatal". Em fevereiro de 1949, saiu o primeiro número do jornal *Emancipação*, principal divulgador das atividades do Centro (sobre esse jornal, ver seção específica, adiante). Em setembro do mesmo ano, por sugestão de Raimundo Sampaio, a entidade passou a denominar-se Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen). Logo após sua criação, iniciou uma campanha contra o projeto do Estatuto do Petróleo, apresentado à Câmara dos Deputados pelo governo do general Eurico Gaspar Dutra, em fevereiro de 1948. Se aprovado, o projeto lançaria as bases para a admissão do capital privado, nacional ou estrangeiro, na exploração do petróleo. Com a criação da Petrobras, em 1953, o Centro perdeu parte de sua ação. Passou a concentrar suas atividades na fiscalização da atuação da Petrobras (cf. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1984).

responsabilidade (a exploração do petróleo) cuja tecnologia era dominada pelas grandes potências e negada a outros países menos desenvolvidos.

Pimenta, entretanto, não diminui a impetuosidade de sua pregação. Ao longo do ano, abre espaço em seu jornal para os pronunciamentos do embaixador Osvaldo Aranha e dos generais Góis Monteiro, Raimundo Sampaio, Estevam Leitão de Carvalho e José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, e para uma extensa conferência de Bernardes, proferida no Clube Militar. Dá ainda plena cobertura à campanha para escolha da "rainha do petróleo", e também à generosidade simples de repentistas do interior, que enviam versos ardorosos em exaltação ao general Horta Barbosa.

As câmaras municipais de várias capitais e de cidades importantes do interior votam moções de solidariedade à luta pelo monopólio estatal e remetem para o *Jornal de Debates* os textos aprovados, que são publicados com destaque.

O jornal passa à condição não declarada, mas vigente de fato, de órgão oficial do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. Pimenta não nega espaço às matérias relativas ao Centro, reservando uma seção permanente com o título de Movimento Nacional Pró-Defesa do Petróleo.

Em 1949, a campanha vai-se tornando mais intensa. A conquista de adesões de militares, grande parte deles de posição conservadora, chega a preocupar o governo, levando o ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, a proibir pronunciamentos públicos de oficiais da ativa, sob pena de indiciamento como agentes deliberados do enfraquecimento dos rituais disciplinares do Exército.

Durante muito tempo predominaram na imprensa periódica nacionalista expressões que, mesmo quando não criadas pelos articulistas e colaboradores, tiveram grande aceitação e difusão nas matérias publicadas pelo *Jornal de Debates*: "lacaio do imperialismo", "cavalo de aluguel dos trustes", "entreguista", "agente de Wall Street", além de outros termos e frases pejorativas, que refletiam a radicalização da campanha e aos quais a imprensa conservadora respondia, qualificando os adeptos do monopólio de "comunistas", "subversivos" ou tarefeiros profissionais "a soldo do ouro de Moscou".

Esse tipo de linguagem perdurou ao longo dos anos, especialmente nos órgãos nacionalistas — inclusive, nesse caso, nos jornais comunistas

— assim como na maioria das publicações favoráveis à iniciativa privada, que desejavam ter voz ativa na futura política brasileira de petróleo. O debate manteve seu nível de confrontação até 1964, quando o golpe militar impôs suas posições e eliminou as contestações nacionalistas. A partir de então, esse tipo de uso de expressões pejorativas se exauriu, com o predomínio, pela força, da versão conservadora — conservadora, agora, não mais em relação ao petróleo, mas à economia como um todo —, a qual, protegida pela censura e pela repressão ao dissenso, deixou de ser questionada.⁷

O primeiro número do *Jornal de Debates* no ano de 1949 divulga artigo de Pimenta denunciando a “preponderância descabida de alguns comunistas” na orientação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (artigo que foi contestado com uma réplica de Moacir Werneck de Castro, publicada na *Folha do Povo*, contra a interferência de Pimenta na conduta do CEDP). Pimenta volta à carga em 7 de janeiro, alegando que interferirá “sempre que julgar necessário a fim de evitar que o mesmo [i.e., o CEDP] caia nas mãos discricionárias de qualquer partido, facção, grupo ou pessoa”. Recebe, como reforço, a solidariedade do presidente do Centro, engenheiro Luís Hildebrando Horta Barbosa. No dia 11 de janeiro, o jornal anuncia a eleição da jornalista baiana Petronilha Pimentel, escolhida como “rainha do petróleo”; no mesmo número, Rafael e Osório Borba escrevem os primeiros comentários sobre a sucessão presidencial, que ocorreria em 3 de outubro do ano seguinte. Pimenta volta a atacar as posições de “alguns comunistas” na direção do Centro, no que é apoiado por Artur Bernardes e pelos generais Raimundo Sampaio e Leitão de Carvalho, presidentes de honra da entidade. A íntegra de um discurso de Bernardes na Câmara, combatendo o tratado de internacionalização da Amazônia, ocupa mais de uma página do periódico.

Agravam-se as dissensões entre o *Jornal de Debates* e o grupo dirigente do CEDP, e no dia 2 de fevereiro é lançado o periódico *Emancipação*,

⁷ Também nesse sentido vê-se a especificidade da imprensa nacionalista dos anos 40 e 50, pois pode-se dizer que o debate nacionalista não retomou as antigas características (isto é, à maneira como se deu na época do *Jornal de Debates*) após a abertura política e a democratização que encerrou o regime militar instaurado em 1964.

que começa a circular sob a direção dos coronéis Artur Carnaúba, Hildebrando Pelágio e Felicíssimo Cardoso. A nova publicação tem o evidente propósito de fortalecer a vanguarda militar do movimento, e dela falaremos mais adiante. No dia 18 do mesmo mês, sob a presidência do deputado Domingos Velasco (PSB-GO), o CEDP oficializa as expulsões de Pimenta e Rafael, que voltam, nas edições subsequentes do *Jornal de Debates*, a publicar ataques violentos contra o Centro, visando sobretudo o deputado socialista goiano e o coronel Carnaúba. Osório Borba afasta-se da direção do periódico, que, a partir daí, procura atrair pronunciamentos de grandes nomes da política nacional em apoio às causas que defendia. Em 14 de abril, toda a primeira página dá destaque a uma entrevista de Osvaldo Aranha favorável ao monopólio estatal. Em 20 de maio, Armando Pacheco, de São Borja, obtém entrevista de Vargas na qual o ex-presidente salienta textualmente: "Sou pela socialização progressiva das fontes da riqueza nacional". Em junho e julho o governador Walter Jobim (PSD-RS) e o senador José Américo (UDN-PB) manifestam-se pela reforma agrária, ao mesmo tempo em que aumenta a agressividade de Pimenta e Rafael contra as empresas norte-americanas exploradoras de petróleo. A linguagem toma características panfletárias. Rafael, em dois artigos publicados no mês de agosto, declara que "a Standard Oil é uma quadrilha de piratas internacionais" e, depois, que "é um caso de polícia". Pimenta conclama a "união nacional contra a Standard" e Rafael escreve um artigo intitulado "Entre as provocações da Standard e o silêncio dos homens públicos".

Nos últimos dois meses de 1949, os assuntos mais abordados nas edições do *Jornal de Debates* passam a ser os antecedentes da campanha eleitoral que se aproxima, explorando-se sempre as posições dos prováveis candidatos com referência ao problema do petróleo. A grande maioria dos colaboradores do interior é partidária da candidatura de Vargas. Rafael, no entanto, procura mostrar que nenhum deles daria para a questão do petróleo uma solução nacionalista mais justa do que o brigadeiro Eduardo Gomes. Por sua influência, Wilson Leite Passos, brigadeirista ferrenho, mas participante da campanha pelo monopólio estatal, fundou o Movimento Nacional Popular Pró-Eduardo Gomes e conseguiu uma página inteira no *Jornal de Debates* para propaganda eleitoral do candidato da UDN.

Durante o ano de 1950, o jornal fez questão de conservar sua linha de neutralidade em relação às candidaturas que disputavam a sucessão de Dutra. Rafael Corrêa de Oliveira, companheiro de partido e adepto entusiasta de Eduardo Gomes, passou a ocupar uma página inteira do periódico, intitulada *À Volta de um Mundo Só*, em que predominavam seus agressivos artigos contra a Standard Oil. De modo geral, os textos nacionalistas escritos pelos colaboradores permanentes do jornal dão a impressão de pretender pressionar os candidatos a assumir compromissos mais firmes com as propostas do nacionalismo.

Na edição de 20 de janeiro, Samuel Wainer publica no *Jornal de Debates* uma entrevista concedida por Vargas em São Borja, cujo título proclama: "Intervenção de Wall Street na política interna do Brasil". No mesmo número, Matos Pimenta escreve: "Intervenção americana na política do Brasil". As dúvidas quanto à posse de Vargas (que no início do ano não era sequer candidato) agitam o meio político, a imprensa e a área militar.

A nacionalização da Light passa a ser reclamada com apreciável insistência. Apesar da página de Rafael, aberta e integralmente a favor da candidatura de Eduardo Gomes, as manifestações favoráveis a Vargas são as que predominam nos artigos publicados.

O antiamericanismo cresceu consideravelmente no ano da sucessão presidencial, com ataques continuados à empresa Standard Oil e em defesa da tese do general Horta Barbosa.

Durante os anos de 1951 e 1952, a conduta nacionalista do *Jornal de Debates* desdobrou-se em duas facetas, que aparentemente se aproximavam em seus objetivos, mas apresentavam características bastante distintas. No primeiro ano do governo Vargas, os artigos, tanto dos diretores quanto dos colaboradores externos do jornal, orientavam-se no sentido de pressionar o presidente da República a definir a política petrolífera, ao mesmo tempo em que persistiam, com intensidade crescente, no ataque ao governo dos Estados Unidos e às empresas norte-americanas de petróleo.

Naquela fase, os artigos de Pimenta expressam confiança quanto à disposição de Vargas de cumprir suas declarações de campanha, enquanto Rafael, por seu lado, põe em dúvida a confiabilidade do chefe do governo. Além disso, Pimenta escreve sobre o perigo de desnacionalização da siderúrgica de Volta Redonda, ameaçada, segundo ele, pelos interesses da

United States Steel. A possível indicação de Juraci Magalhães para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo é fortemente reprovada e censurada em editorial. Novos colaboradores incorporam-se ao jornal, tornando-se presenças constantes na sua composição redatorial: Fernando Corrêa de Sá e Benevides, Cleto Seabra Veloso, Alcindo Noleto Rodrigues e Renato de Alencar. Dois discursos pronunciados por Vargas logo após sua posse são reproduzidos na íntegra, apresentados pelo *Jornal de Debates* como reiteração de compromissos anunciados durante a luta eleitoral.

Ainda como consequência da ruptura do CEDP com Pimenta e Rafael, Artur Bernardes, juntamente com os generais Leitão de Carvalho e Horta Barbosa, além do engenheiro Luís Hildebrando Horta Barbosa, lançam manifesto condenando o que denominam desvio das finalidades do Centro, que deveriam segundo eles restringir-se exclusivamente à campanha pelo monopólio estatal do petróleo.⁸

“Dispersar as atividades em outras campanhas — acrescenta o manifesto — por mais nobres e justas que possam ser, trará como consequência o esmorecimento geral, a dissidência e o afastamento de numerosas e velhas adesões que com elas não venham a concordar.”

A nacionalização do petróleo no Irã, de iniciativa do primeiro-ministro Mossadegh, tem reflexos no jornal. A notícia é publicada em box na primeira página, com excepcional destaque.

Em junho, os artigos de Pimenta já não demonstram a certeza anterior quanto ao caminho que Vargas tomaria para a fixação da política

⁸ O pronunciamento oficial da entidade, encabeçado por Bernardes, referia-se à ampliação de suas atribuições, que levaram a sua transformação em Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen). Acontece que tal denominação havia sido sugerida pelo próprio Bernardes e por Raimundo Sampaio em 26 de agosto de 1949. A dedução que se impõe é que as atividades e posições do Centro se estenderam muito, passando a contemplar outros setores e temas da vida econômica nacional, e que isso de certo modo conflitava com a visão de alguns conservadores influentes, cujas concepções nacionalistas diziam respeito apenas ao monopólio estatal do petróleo, não se estendendo a outros tópicos polêmicos.

petrolífera. O jornal apóia a reeleição da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa para o Clube Militar e denuncia envolvimento da Standard Oil para favorecer a Cruzada Democrática,⁹ que venceu o pleito com a dupla Alcides Etchegoyen-Nelson de Melo (dois antigos chefes de polícia do Estado Novo).¹⁰ Em julho, uma longa conferência de Bernardes contra o projeto de internacionalização da Amazônia, proferida no Clube Militar, ocupa página e meia do jornal.

Em 14 de dezembro de 1951, Pimenta contesta a legitimidade da mensagem de Vargas enviada no dia 6 daquele mês ao Congresso Nacional, na qual se propunha a criação da Petrobras em regime de economia mista, com o governo controlando 51% das ações. Escreve Pimenta: "A política petrolífera defendida pelo sr. Getúlio Vargas em sua recente mensagem enviada ao Congresso não é a mais conveniente aos interesses nacionais". Nas edições de 21 e 28 de dezembro, o general Horta Barbosa e o engenheiro Lobo Carneiro fazem declarações contra a mensagem presidencial. Lobo Carneiro considera "o projeto de lei encaminhado à Câmara dos Deputados pelo sr. Getúlio Vargas uma mistificação da primeira à última linha".

Em 16 de maio de 1952, Osvaldo Aranha, referindo-se ao monopólio estatal do petróleo, declara ao *Jornal de Debates*: "Não encontro outra solução fora da ação exclusiva do poder público".

Na edição de 6 de junho de 1952 o jornal aplaude com entusiasmo a apresentação do substitutivo Bilac Pinto, que conduz ao monopólio integral em todas as suas fases, exceto, a da distribuição de derivados. A manchete de primeira página diz: "Curva-se a UDN à vontade soberana do povo brasileiro". E no subtítulo: "Íntegra do substitutivo da UDN instituindo, no Brasil, o mais irrestrito monopólio petrolífero estatal".

⁹ Movimento organizado em março de 1952 com o objetivo de concorrer às eleições para a presidência do Clube Militar, marcadas para maio daquele ano. Constituída por oficiais da ala conservadora das Forças Armadas, dirigiu o clube entre 1952 e 1956, retornando ao poder em 1962 (ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1984).

¹⁰ Quanto a esse episódio e ao Clube Militar em geral, ver adiante.

No segundo semestre de 1952, os assuntos prioritários são as críticas ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, assinado em 15 de março de 1952 pelo chanceler João Neves da Fontoura e pelo embaixador dos EUA, Herschell Johnson.¹¹

Entre 2 de janeiro e 8 de maio de 1953, quando seu último número é publicado,¹² o *Jornal de Debates* trata quase exclusivamente do acordo militar entre Brasil e Estados Unidos, sempre associando-o ao perigo que representaria para a aprovação do monopólio estatal do petróleo.

No primeiro número de janeiro, Hílio de Lacerda e Fernando Corrêa de Sá e Benevides criticam as posições do general Cordeiro de Farias e da escritora Rachel de Queiroz, favoráveis ao acordo militar; é também publicado um longo discurso do senador Landolfo Alves (PTB-BA) contrário à mensagem governamental que propunha a constituição de uma empresa de economia mista para a exploração de petróleo. Entre 16 e 30 de janeiro, o jornal acusa Vargas de alienar as reservas de manganês do Amapá; também publica entrevista do coronel Salvador Corrêa de Sá e Benevides e transcreve discurso feito na Câmara pelo deputado Euzébio Rocha, condenando o acordo militar. Em 13 de fevereiro, as matérias mais importantes são um artigo do general Valério Braga abordando o acordo militar e um discurso do deputado Euvaldo Lodi, proferido em Belo Horizonte, no qual acentua que "brasileiros inadvertidos concorrem para descreditar a função econômica e social da indústria".

A partir do dia 27 de março, sem qualquer esclarecimento aos leitores, Matos Pimenta, Plínio Catanhede e Mário de Brito afastam-se da direção do jornal, passando a figurar no cabeçalho os nomes de Gentil Fernando de Castro como diretor-responsável e Permínio Asfora no cargo de redator-chefe.

¹¹ O Acordo Militar Brasil-Estados Unidos tinha por objetivo garantir a defesa do hemisfério ocidental. Por ele, ficou estabelecido o fornecimento de material norte-americano ao Exército brasileiro em troca de minerais estratégicos. Foi denunciado em março de 1977, deixando de vigorar um ano depois (ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1984).

¹² Nessa edição final não consta nenhuma comunicação ao público a respeito da interrupção da publicação.

A 3 de abril, Tito Fleury, de São Paulo, escreve saudando a eleição de Jânio Quadros para a prefeitura da capital paulista. No dia 10, o coronel Benevides tece considerações sobre o acordo militar com os EUA no contexto de questões mais amplas como a Guerra Fria, os interesses da indústria armamentista e o enquadramento das Forças Armadas brasileiras no sistema tático do Exército norte-americano; ele menciona, a propósito, uma advertência de Abraham Lincoln, feita durante a Guerra de Secessão norte-americana:

“Se o governo da República não for capaz de pôr cobro ao crescente poderio econômico das grandes corporações, não nos devemos admirar de que, dentro de pouco tempo, elas estejam elegendo o presidente e ditando a política deste país.”

No número de 17 de abril, Valério Braga formula explicitamente a conexão entre as duas questões básicas do período: “Ratificado o Acordo Militar, nosso petróleo seria imediatamente entregue aos trustes norte-americanos”.

O número 353, de 8 de maio — o último publicado — transcreve artigo de Valério Braga sobre o acordo militar (artigo anteriormente publicado no diário *O Popular*,¹³ de Domingos Velasco e Francisco Mangabeira) e um discurso do senador Atílio Vivacqua (PR-ES) intitulado “Libelo contra o pacto infamante”.

A experiência do *Jornal de Debates*, inspirada no conceito voltairiano de que a liberdade de informação deve sobrepor-se aos antagonismos ideológicos, não teve prosseguimento após a extinção do jornal. Ao contrário: as publicações nacionalistas que depois surgiram pugnaram sempre pela unilateralidade de suas posições. Os jornais conservadores, com o poder assegurado por sua estrutura empresarial, sua tradição e a aceitação que haviam alcançado junto à opinião pública, não dependiam dos atrativos (ou mesmo dos artifícios) do debate, da polêmica e da competição. Dadas essas condições, era natural que os jornais nacionalistas, por seu turno,

¹³ Ver a seção específica sobre essa publicação.

ao invés de fomentarem o debate em suas páginas (como o fizera o *Jornal de Debates*), tentassem preservar seu espaço editorial exclusivamente para os adeptos das posições nacionalistas. E foi isso que efetivamente aconteceu daí em diante.

A Revista do Clube Militar

O Clube Militar foi fundado em 1887 como organização da oficialidade das forças de terra e mar, capaz de responder e servir de veículo às aspirações de participação política da classe. Nesse sentido, não deixava de ter, intrinsecamente, caráter reivindicatório.

O primeiro número da *Revista do Clube Militar* circulou em 15 de novembro de 1926, quando era presidente do Clube o general João de Deus Mena Barreto. Apesar do papel que o Clube desempenhava na articulação e representação da oficialidade, as matérias publicadas na revista, no período que vai até 1930, resumiam-se a exaltações das datas nacionais e dos grandes vultos militares. Foi nos anos 30 e 40 que vários eventos, afetando a área militar e com inequívocas ressonâncias no meio político, vieram a contribuir para a mudança de orientação da revista, mudança que podemos descrever resumidamente como uma tendência a se concentrar na abordagem dos problemas considerados vitais na elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional das indústrias de base.

A ativa participação de militares no debate sobre a questão da posse e uso dos recursos minerais e hídricos — questão relevante do ponto de vista estratégico e de segurança nacional — certamente estimulou a revista do Clube a substituir a glorificação dos ídolos e das datas comemoradas nos quartéis pela tentativa de apreciação concreta de projetos que interessassem à independência econômica do país.

Dessa forma, a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda constitui matéria de relevo nas edições de número 66 e 73 da revista, referentes, respectivamente, aos períodos de julho/agosto de 1942 e setembro/outubro de 1943. No número 72, de julho/agosto de 1943, é publicado um artigo do coronel Edmundo de Macedo Soares a respeito da “industrialização do Brasil e a grande siderurgia”. O presidente do Clube na ocasião era o general José Meira de Vasconcelos, militar conservador

ligado à mais alta cúpula dirigente do Exército, à frente da qual figuravam, com ascendência quase absoluta, os generais Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que haviam tido papel central no fortalecimento do Estado Novo.

Em 1944, quando a derrota militar do nazismo na Europa já começava a ser dada como certa, a principal preocupação política no setor militar brasileiro — com reflexos diretos na posição do Clube — deixou momentaneamente de ser o nacionalismo e passou a concentrar-se na derubada do Estado Novo. Após o período de relativa coesão na oposição à ditadura e a união nos escalões da FEB no *front* italiano, diferenças mais acentuadas quanto às questões candentes da vida nacional começaram aos poucos a se manifestar na oficialidade do Clube Militar. O nacionalismo ressurgiu no contexto da Constituinte, ganhando maior incremento em 1947, quando a campanha do petróleo passa a movimentar outros setores da opinião pública, com destaque para o papel de liderança da União Nacional dos Estudantes.

O meio militar estava dividido quanto à forma ideal ou preferível de estabelecer a indústria petrolífera que ainda estava por ser instalada. O general Horta Barbosa, partidário do monopólio estatal, pregava como primeira etapa do projeto a construção de refinarias nacionais, a fim de evitar o gasto de divisas na importação de derivados. De outro lado, o general Juarez Távora argumentava a favor da abertura ao capital privado (estrangeiro), com a tese da necessidade premente de se iniciar a exploração petrolífera e do preparo insuficiente da administração pública brasileira para assumir o empreendimento. Távora tomava como premissa a inevitabilidade de um terceiro conflito mundial e o compromisso do Brasil em apoiar as grandes potências do Ocidente.

A questão petrolífera não se desenrolou nem se decidiu de modo tão sereno quanto a questão da siderurgia. O encaminhamento dado à implantação da indústria siderúrgica não provocara controvérsias: havia sido deliberado por grupos e setores relativamente isolados da sociedade, com censura e controle de informação. Além disso, as aspirações brasileiras haviam sido apoiadas pelos EUA, cujo governo estava mais preocupado em ter o Brasil na retaguarda de um esforço de guerra norte-americano do que propriamente em proteger, pelo menos temporariamente, grupos privados descontentes com a ajuda ao grande projeto de Vargas. Já a cam-

panha do petróleo, ao contrário, suscitava debates, levava multidões às praças públicas e contrariava interesses internacionais poderosos.

Em vista de tudo isso, a política do presidente do Clube, general Salvador César Obino,¹⁴ era não envolver o Clube e a revista em nenhum dos lados em desacordo. Assim, para não parcializar a posição do Clube e da revista, tanto os auditórios do Clube quanto as páginas da revista ficaram à disposição dos adeptos de Horta e dos que compartilhavam das idéias de Juarez Távora.

Távora proferiu conferências no Clube Militar em 6 de maio de 1947 e 23 de junho de 1948. Horta Barbosa falou em 30 de julho e 6 de agosto de 1947. Os dois, sem dúvida alguma, polarizaram as posições dos militares em torno da questão, o que evidentemente se refletiu nas eleições do Clube e na orientação da *Revista do Clube Militar*.

A economista Elisa Muller, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em recente trabalho elaborado sobre a *Revista do Clube Militar*,¹⁵ assim analisa essa nova fase de atuação da entidade e de sua publicação oficial, quando a questão do petróleo já está no centro dos acontecimentos:

“Em maio de 1947, iniciam-se as conferências. O general Juarez Távora, o primeiro a falar, define os pontos que devem orientar a exploração do petróleo no país, baseados: 1) na concessão de grandes áreas territoriais às empresas estrangeiras para que estas explorem petróleo; 2) na organização de empresas mistas

¹⁴ Obino era comandante da 3ª Região Militar, e venceu as eleições para a presidência do Clube Militar apoiado pelo mesmo grupo que apoiara o presidente anterior, José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Este, adversário declarado do Estado Novo, derrotara espetacularmente nas eleições do Clube o general Valentim Benício da Silva, que recebera apoio da dupla Dutra-Góis Monteiro.

¹⁵ Muller, 1991. Trabalho apresentado no 16º Simpósio Nacional de História sobre o tema “Memória, História e Historiografia”, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 26 de julho de 1991, sob o patrocínio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História.

com 40% de capitais estrangeiros, 40% de capitais nacionais e 20% de capitais do governo.

Para rebater a proposta de Juarez Távora, o general Obino convidou o general Horta Barbosa para participar do ciclo de conferências. Na sua apresentação, o general Horta Barbosa defende o monopólio estatal sobre todas as fases: pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte e distribuição de petróleo, afirmando ser inadmissível repassar a capitais privados o controle de uma riqueza fundamental para a segurança nacional."

No pleito para a direção do Clube, em 17 de maio de 1950, duas chapas enfrentaram-se nas urnas: a amarela, encabeçada pelos generais Estillac Leal e Horta Barbosa, e a azul, liderada pelos generais Cordeiro de Farias e Emílio Ribas Júnior. Nessas eleições, embora a radicalização não tivesse um aprofundamento muito significativo, dois princípios fundamentais estavam em jogo: a legitimidade da posse de Vargas, cuja vitória já era dada como certa, e a solução estatal para a exploração do petróleo brasileiro. Ambos eram abertamente defendidos pela chapa Estillac-Horta (que saiu vencedora), enquanto Cordeiro e Ribas, por seu lado, embora não se colocassem ostensivamente contra a posse de Vargas e a favor da participação estrangeira na política brasileira de petróleo, também não estavam comprometidos com tais princípios.

Foi só no mês seguinte à posse de Estillac na presidência do Clube que se deu o choque entre as duas correntes. A polêmica desencadeou-se de forma eletrizante e tempestuosa, com a edição, em agosto de 1950, do número 107 da revista, que estampou editorial denominado "Considerações sobre a guerra da Coréia". Essa matéria precisa ser abordada de maneira mais minuciosa, pois teve desdobramentos importantes para a crise que atingiu em 24 de agosto de 1954 seu momento mais dramático.

O editorial da edição de agosto seguramente não dá nenhuma indicação visível de tomada de posição por parte da revista em relação ao conflito. O texto expõe as idéias com habilidade e sutileza de linguagem, como querendo convencer pela aparência da imparcialidade. O

articulista refere-se diretamente a um texto do periódico francês *La Tribune des Nations*, do qual se depreendia que a guerra deixara de ser um problema interno das duas Coreias e se transformara num perigo de conflagração mundial, a partir da maciça intervenção militar norte-americana.

O editorial da revista assume, no entanto, tom veemente quando passa a procurar demonstrar a impropriedade dos intentos que levavam a imprensa conservadora a afirmar que os compromissos militares do Brasil com as potências ocidentais impunham a obrigação de enviar tropas ao Extremo Oriente para tomar parte na invasão da Coreia do Norte.

Nelson Werneck Sodré (1967) ressalta os trechos mais importantes do editorial, nos quais o tema é focalizado de um ponto de vista que exprime clara discordância:

"A crônica passava a considerar a hipótese, de que a imprensa tratava diariamente, de nossa participação naquele conflito asiático, com o envio de tropas. Mostrava que tal intervenção não correspondia 'às exigências do interesse nacional, aos sentimentos de nossa gente, à tradição bem brasileira de respeito à soberania das nações e de não interferência em assuntos internos de outros povos, à letra e ao espírito de nossas Constituições de 1891, de 1934 e de 1946, infensas a toda ação militar que não seja em defesa de nosso território, e, em consequência, à própria missão de nossas Forças Armadas: assegurar a integridade do nosso solo, zelar pela criação dos meios e das condições necessárias à efetiva defesa nacional e à efetiva soberania da Pátria, garantir o respeito aos direitos e garantias democráticas consignadas em lei'."

A matéria sobre a guerra da Coreia não é, na verdade, a única matéria potencialmente polêmica do número 107 da *Revista do Clube Militar*. Essa edição também transcreve uma conferência, pronunciada em fevereiro de 1949 no Instituto de Engenharia de São Paulo pelo

general Raimundo Sampaio, chamando a atenção do governo para o esgotamento de nossas reservas de monazita, cuja exportação estaria sendo efetuada “em benefício exclusivo de um grande truste estrangeiro, a Duperial, que se utiliza, para esse fim, de testas-de-ferro nacionais”. Além disso, dava-se nesse número continuidade aos artigos de um certo capitão X, autor dos “Comentários à margem do anteprojeto do Estatuto do Petróleo”. É também publicada conferência do engenheiro Rodrigues Monteiro, realizada em 5 de abril de 1950 no auditório do Clube Militar, sobre “o problema da eletricidade no Brasil”, reprovando privilégios concedidos à Light, que exercia o monopólio do setor no eixo Rio-São Paulo.

O artigo sobre o conflito coreano, todavia, era o que mais próximo estava de alimentar uma tendência já configurada e generalizada de agitação político-militar, pois se desenhava com nitidez a possibilidade de, mediante uma campanha intensa e bem organizada, incompatibilizar a revista e, por extensão, a diretoria do Clube, com as obrigações internacionais assumidas pelo Brasil.¹⁶

As reações ao artigo impressionam pelo tom e estilo enérgico e mesmo audacioso, mas foram, a nosso ver, integralmente coerentes com as razões e motivações históricas que haviam levado ao surgimento do Clube Militar. De início, houve pedidos de demissão de dois oficiais do Conselho Deliberativo da entidade: Euler Bentes Monteiro e Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior. Em seguida, por influência dos respectivos comandos, chegam de quase todas as importantes unidades do país manifestações, coletivas ou individuais, que expressam estranheza quanto ao fato de o

¹⁶ Referimo-nos a obrigações assumidas por ocasião da assinatura, em 1947, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), votado na conferência de Quitandinha e sacramentado, em nome do governo Dutra, pelo chanceler Raul Fernandes. O tratado foi assinado pelas repúblicas americanas e estabelecia basicamente que todo ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um país americano seria considerado um ataque contra todos os demais Estados do continente. Ao mesmo tempo, definia os princípios, obrigações e mecanismos que deveriam ser postos em ação em caso de necessidade. O tratado procurava dar forma permanente às afirmações de solidariedade hemisférica expressas em encontros interamericanos anteriores, especialmente a Conferência do México, dois anos antes (1945). (Ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1984.)

ministro da Guerra, presidente licenciado do Clube, não ter repreendido seus companheiros de diretoria, responsáveis pela orientação que a revista vinha mantendo.¹⁷

O número 108 complementa os estudos do general Sampaio, contrário ao esvaziamento das reservas de minérios estratégicos, e do capitão X, de combate ao Estatuto do Petróleo. Além disso, sai um artigo reclamando o aceleração da aprovação do Código de Vencimentos e Vantagens e, de novo, a matéria intitulada “Uma lição de Caxias”, na qual reproduz-se texto em que o patrono do Exército sugere que a doutrina tática brasileira não deveria inspirar-se em modelos estrangeiros, mas buscar soluções de ajustamento à realidade do país.

A matéria de Caxias tinha claro sentido de crítica aos critérios de padronização dos equipamentos militares brasileiros, resultante de proposições determinativas do Estado-Maior e que mais tarde seriam incorporadas ao texto do Acordo Militar Brasil-EUA.

O número 109, de setembro de 1950, festeja a data da Independência, assinalando que a luta pela autonomia “continua a ser a tarefa das gerações de hoje, como foi a dos que viram o dia luminoso de 1822”. Por outro lado, transcreve um discurso de Bernardes na Câmara, condenando o aval do governo Dutra a um empréstimo de Cr\$1,8 bilhão junto ao Eximbank, pleiteado pela Light. Também é reproduzido um artigo publicado pelo vespertino *A Noite*, que enfatizava a devastação que a guerra da Coreia vinha causando nos dois países divididos pelo paralelo 38 e terminava com a seguinte observação: “Decididamente, os coreanos não amarão os norte-americanos, mesmo quando acabar a guerra”.

¹⁷ Um dos que se manifestaram individualmente foi o coronel Humberto de Alencar Castelo Branco, que escreveu a carta mais longa e mais contestadora de todas, insistindo na afirmação de que não competia aos militares discutir a validade de compromissos internacionais, que era uma responsabilidade exclusiva do governo. Diga-se, a propósito, que todos os oficiais que se manifestaram discordando dos editoriais da revista estavam, direta ou indiretamente, envolvidos em conspirações que visavam a interrupção do mandato legal e constitucional de Vargas. Mas na questão dos acordos internacionais — cujas cláusulas justificavam, segundo eles, a participação do Brasil na guerra da Coreia — o respeito ao governo que desejavam depor era firmemente invocado.

O editorial do número 110, de outubro de 1950, denominado "Processo democrático", defendia a legalidade da posse de Vargas, em sinal de acatamento a uma decisão que o povo tomara nas urnas. Um artigo de Moacir Paixão, publicado no *Digesto Econômico* — "Capitais estrangeiros dominam a economia nacional" —, é reproduzido, bem como outro trabalho, do economista Salviano Cruz, publicado no *Correio da Manhã*: "Monopólio ilegal no mercado do café".

Embora no meio militar as manifestações exteriores de agitação perdessem um pouco a intensidade, na imprensa conservadora os ataques sistemáticos ao Clube e a sua revista recrudesceram. Em face disso, Estillac autorizou a suspensão temporária da circulação da revista, fato ao qual os analistas deram as interpretações mais variadas. Fazemos nossas as palavras de Elisa Muller (1991):

"O fechamento da *Revista* já estava previsto para ser algo momentâneo, sendo parte do jogo político e da preparação de Estillac Leal para a futura pasta do Ministério da Guerra de Vargas, sem maiores restrições por parte da oficialidade conservadora."

Quando a *Revista do Clube Militar* voltou a circular, em março de 1951 (número 111), Vargas já era presidente da República e Estillac Leal seu ministro da Guerra. João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores e de orientação política oposta à de Estillac, preparava a agenda da IV Conferência de Chanceleres Americanos, que seria realizada naquele mês em Washington. Em resposta aos objetivos do encontro, a revista publica editorial vibrante — "Nossa pátria é o Brasil" —, dando destaque a uma afirmativa de Rui Barbosa, associando ao princípio da soberania a integral preservação das liberdades públicas. Publica vários dispositivos da Constituição de 1946, definindo as condições nas quais o Brasil poderia recorrer à guerra, e um artigo do engenheiro Descartes Garcia de Paula, "Petróleo e minerais estratégicos em face da economia brasileira".

O número 112, de abril de 1951, traz como destaque um artigo do coronel-aviador Salvador Corrêa de Sá e Benevides — "Defendamos o Brasil" —, no qual salienta que na Conferência dos Chanceleres "não

só será posta à prova a nossa disposição de preservar a neutralidade do Brasil num conflito internacional que já está em gestação e para o qual forças poderosas estão tentando nos arrastar, como também será posta à prova nossa disposição de defender nossas riquezas naturais, contra as crescentes pretensões dos trustes norte-americanos ávidos de matérias-primas para suas indústrias de guerra”.

Em maio de 1951 vem a público o número 113 da revista, cuja matéria mais ardorosa é um artigo do major Tácito Lívio de Freitas, no qual qualifica de “simples trapo de pano” a bandeira da ONU que deu cobertura à ação norte-americana na Coréia e conclui: “Pela Bandeira do Brasil? Sim, iremos lutar, se formos agredidos, seja por quem for! Por essa bandeira internacional? Não, jamais lutaremos!”

Benevides volta ao ataque, com violência, no número 114, de junho/julho de 1951, cujo artigo “Os trustes estrangeiros e a *Revista do Clube Militar*” não apenas suscita forte censura por parte da imprensa conservadora, como ainda amplia as dissensões entre os militares. Por injunção de chefes militares graduados — entre eles Juarez Távora, Canrobert Pereira da Costa, Eduardo Gomes e Cordeiro de Farias —, foi criada a Cruzada Democrática, articulada sob forma de movimento político-partidário dentro das Forças Armadas e com características de afluente militar da UDN, e que já naquela ocasião anunciava sua chapa para as eleições de maio de 1952, encabeçada pelos generais Alcides Gonçalves Etchegoyen e Nelson de Melo, ambos antigos companheiros de Estillac nas campanhas tenentistas dos anos 20. Em seguida, o mesmo grupo tomou a iniciativa de fazer circular entre a oficialidade um *memorandum* convocando uma assembléia de sócios para discussão pública das posições que a revista vinha adotando. Vargas, porém, para evitar que oficiais das três forças viessem a discutir aberta e publicamente assuntos que eram considerados de competência restrita do governo, proibiu (até certo ponto, para alívio dos dois lados) a realização da assembléia.

É interessante observar que o endurecimento da “Cruzada” contra o Clube se verificava mais agudamente quando a revista tratava da guerra da Coréia e condenava a participação de tropas brasileiras no conflito. Com habilidade, ela não exagerava no ataque ao monopólio estatal do

petróleo, talvez por entender que a defesa da tese de Juarez Távora não renderia muitos dividendos eleitorais.¹⁸

O número 115 da revista, embora não tocando diretamente no assunto (talvez por cautela), fortaleceu a luta nacionalista interna. A divulgação do livro do general Estevam Leitão de Carvalho, *Petróleo, salvação ou desgraça do Brasil* — que Elisa Muller afirma ter sido “carinhosamente” designado por alguns militares como “Cartilha Cívica” —, é a matéria mais relevante desse número, seguida de um artigo de Artur Bernardes contra o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.

Em outubro de 1951, o número 116 entra em circulação, trazendo como novidade a substituição, na direção da revista, do major Humberto Freire de Andrade pelo coronel Henrique Lima. Petróleo e Amazônia são os temas de destaque, mantendo-se ainda os pronunciamentos do ex-presidente Bernardes, considerado figura exponencial das lutas nacionalistas daquele tempo.

A situação se complica em dezembro de 1951, quando Vargas envia ao Congresso o Projeto nº 1.516, autorizando a União a criar a Petróleo Brasileiro S.A., sob regime de economia mista, na qual o governo deteria 51% das ações. O Clube Militar não concordou com a proposta governamental, e sua posição ficou clara no número 117 da revista, que saiu no Natal. Nesse número foi publicada uma entrevista em que o general Artur Carnaúba, presidente em exercício do Clube, rejeitava o projeto. Nesse mesmo número, a criação do Instituto Internacional da Hiléia volta a ser ventilada, ao mesmo tempo em que o general Raimundo Sampaio torna a abordar a questão dos recursos minerais estratégicos.

¹⁸ A oficialidade era sensível ao problema. Uma coisa era ser favorável à exploração do petróleo pelo governo brasileiro; outra era arriscar-se ao debate de temas relacionados com a política internacional, no entendimento de que discordar de cumprir tratados de aliança militar com os Estados Unidos equivalia a uma tomada de posição ao lado da União Soviética e, por decorrência, do comunismo. Poucos analistas sentiram que, mesmo entre a oficialidade que votou na “Cruzada”, a defesa do monopólio estatal do petróleo não implicava adesão ao bloco comunista.

Os números 118 (janeiro de 1952) e 119 (fevereiro de 1952) são marcados pelo relevo dado ao monopólio estatal do petróleo. O número 118 publica os artigos do coronel-aviador Salvador Corrêa de Sá e Benevides, "Petróleo e o projeto 1.516", e do capitão Itagiba Novais, "Monopólio estatal, única solução", além de uma entrevista do general Raimundo Sampaio sobre o mesmo tema. O número seguinte traz dois artigos importantes: o do general Horta Barbosa, "Apontando o inimigo do Brasil", e o do general Valério Braga, "Defendamos o petróleo brasileiro".

Nesses dois números a *Revista do Clube Militar* chega mesmo a modificar a forma com que apresenta e representa os artigos publicados.¹⁹ A matéria do general Sampaio (número 118) é ilustrada com um desenho no qual a figura que representa o Clube Militar escorraça um rato, a simbolizar os trustes. A matéria do capitão Itagiba mostra uma fortaleza militar em estado de alerta, preparando-se para a ofensiva do inimigo. No artigo de Horta Barbosa (número 119), a ilustração apresenta um dedo indicador que surpreende um animal, aparentemente um urso, tentando derrubar uma torre de petróleo. A ilustração do artigo do general Valério Braga é mais expressiva: um soldado do Exército brasileiro defende, com os braços abertos, um conjunto de torres de petróleo ameaçadas por forças contrárias.

As ilustrações, inegavelmente, eram muito semelhantes às *charges* utilizadas nos jornais comunistas para representar a presença dominadora de empresas americanas na América Latina e, de modo especial, no Brasil. Essa semelhança, provavelmente uma negligência editorial, não só abastecia os estoques municionadores da "Cruzada", como enfraquecia a posição do general Estillac, que era ao mesmo tempo ministro da Guerra e presidente licenciado do Clube Militar. E o fato de estar licenciado não o livrava dos ataques dos oponentes nem o tornava menos vulnerável a eles.

Em março, Estillac afinal demite-se do Ministério da Guerra e dá entrevista ao *Diário da Noite*, na qual afirma que não foi consultado du-

¹⁹ Ver a propósito a parte final do trabalho de Elisa Muller (1991).

rante as conversações conduzidas por João Neves e Góis Monteiro para a elaboração do texto do Acordo Militar Brasil-EUA.

O número 120 da revista circula no mês de março — último da gestão de Estillac — e tem por matéria de fundo o relatório da diretoria que cumpriu mandato no período 1950-52. Estillac e Horta tentam a reeleição, mas são derrotados por Etchegoyen e Nelson de Melo. Entrevistado por jornalistas após a eleição, Etchegoyen declarou que sua vitória fora determinada pela grande parcela da oficialidade que considerava insuportável a repetição, na revista, dos mesmos temas tratados pela diretoria anterior. A direção da *Revista do Clube Militar* passou a ser exercida pelo tenente-coronel Moziul Moreira Lima, da "Cruzada Democrática".²⁰

Depois de 11 de novembro de 1955, a "Cruzada" perdeu todas as eleições no Clube Militar. Em 1956, foi eleito o general Segadas Viana e, nos dois períodos subseqüentes, a chapa Justino Alves Bastos-Oromar Osório foi a escolhida pela maioria da oficialidade associada.

A partir de 1956, a orientação da revista passou a ser mais discreta. O grupo de Estillac, que não desejava reabrir crises nem repetir os erros do passado, afastou-se deliberadamente de participação mais ativa. O diretor do Departamento Cultural do Clube, ao qual estava subordinada a revista, era o major Newton Lemos, oficial de reconhecida posição nacionalista (veio a ser cassado em 1964), mas de uma geração mais recente, sem vínculos mais fortes com o grupo de Estillac.

²⁰ A campanha não foi tranqüila para os partidários da chapa Estillac-Horta. Antes das eleições, três inquéritos policiais militares foram instituídos com a finalidade de apurar delitos de "incitamento à indisciplina", visando atingir os oficiais ligados à chapa Estillac-Horta, especialmente aqueles que angariavam votos nas guarnições do interior. Esses inquéritos eram presididos no Exército pelo coronel Amauri Kruehl; na Marinha, pelo almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, e na FAB pelo tenente-coronel Ademar Scaffa. (Todos os três, algum tempo mais tarde, aderiram ao movimento de 11 de novembro, desencadeado pelo marechal Lott. Apoiaram o governo de Juscelino Kubitschek, a posse de João Goulart e, com exceção de Kruehl, colocaram-se em posição contrária ao golpe de 1964. Kruehl manteve-se durante algum tempo no comando do II Exército, mas Suzano e Scaffa foram cassados.) Por ocasião dos inquéritos, vários oficiais foram presos e alguns condenados a mais de dois anos de reclusão, além de excluídos dos quadros das Forças Armadas.

Com o movimento de 1964, a *Revista do Clube Militar* desapareceu definitivamente como órgão de formação nacionalista dos oficiais das Forças Armadas, e não mais recuperou o prestígio que havia conquistado em fins dos anos 40 e início da década de 50.

O Popular

Lançado em 3 de julho de 1951 pelo senador Domingos Velasco e o professor Francisco Mangabeira, esse jornal não tem relação com o diário do mesmo nome, que começou a circular em setembro de 1937. O único vínculo entre ambos era a identidade do inspirador das duas iniciativas, que tiveram como principal fundador e diretor o deputado, e posteriormente senador, Domingos Velasco.²¹

Em 9 de setembro de 1937, chegara às bancas o primeiro jornal de Velasco, tendo como objetivo o apoio à candidatura de José Américo para as eleições presidenciais que deveriam se realizar em janeiro de

²¹ José Domingos Velasco nasceu em Vila Boa de Goiás, então capital do estado, em 1899. Veio para o Rio de Janeiro, e a partir de 1920, quando saiu como segundo-tenente da Escola Militar de Realengo, começou a exercer intensa atividade jornalística e política. Foi eleito em 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte pelo estado de Goiás; nessa ocasião, apoiou propostas tenentistas de centralização política e de reforço dos poderes intervencionistas do governo federal na área política, econômica e social. Após a promulgação da nova Constituição, em 1934, foi eleito deputado federal por Goiás. Foi preso em março de 1936, junto com outros deputados, entre eles João Mangabeira, por sua atuação contra a repressão policial aos membros e simpatizantes da Aliança Libertadora Nacional. Durante o período do Estado Novo atuou de forma discreta contra o regime. No início do processo de redemocratização do país, participou da criação da União Democrática Nacional (UDN), fundada em abril de 1945. Nesse partido formou-se uma dissidência liderada por um grupo de tendências socializantes, a chamada Esquerda Democrática, que defendia o aprofundamento das conquistas sociais do governo de Vargas. Velasco foi um dos articuladores desse grupo, ao lado de João Mangabeira. A Esquerda Democrática deu origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Velasco foi eleito deputado constituinte em dezembro de 1945, e como a Assembléia Constituinte foi transformada em Congresso ordinário, Velasco teve seu mandato estendido até janeiro de 1951. Nas eleições de outubro de 1950, Velasco foi eleito senador de Goiás pelo PSB.

1938.²² Mas o outro *O Popular*, do qual trataremos neste trabalho, foi de propriedade da Editora Independência, da qual faziam parte Domingos Velasco, Calmar de Paula Velasco, Cleone de Paula Velasco, Orlando Vieira Dantas, deputado federal pelo Partido Socialista de Sergipe, João Pedreira Filho e Francisco Mangabeira. Tinha oito páginas, com oito colunas de cinco centímetros, e tiragem diária declarada de 25 mil exemplares. O jornal era vespertino e sua redação funcionava à praça da República, nº 63.

A manchete da edição inaugural dá idéia do que seria a orientação política do jornal: "Insultuosa à nossa soberania a solicitação de tropas brasileiras para lutar na Coréia". "Nossa mensagem" é o título do editorial, que exprimia o pensamento político do grupo que aparentemente mantinha a publicação:

"Somos pela colaboração do capital estrangeiro que, mediante remuneração razoável, queira ajudar-nos a desenvolver nossas possibilidades econômicas. Seria uma estultícia que, no grau incipiente do nosso desenvolvimento, tivéssemos o complexo contra ele. Entretanto, quase todos os capitais estrangeiros que para aqui têm vindo não limitaram suas ambições mas, ao contrário, monopolizaram as fontes fundamentais de nossas riquezas e exaurem o país sorvendo todo o caldo e deixando-nos apenas o bagaço."

Ainda na primeira página, uma entrevista do engenheiro Ildeu Lima, na qual afirma que "o Conselho Nacional do Petróleo cede ante a pressão da consciência nacional". Ele se refere a uma tomada definitiva de posição do órgão, em favor do monopólio estatal. Um artigo do médico socialista Dante Costa, "Alimentação e reforma agrária", é a matéria nobre da terceira página.

O jornal, sem dúvida alguma, abria espaço preferencial para as colaborações de membros do Partido Socialista Brasileiro, que aceitavam

²² As eleições foram canceladas, com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que iniciou o regime do Estado Novo.

uma nova linha proposta ao partido, desligando-o da condição, na qual vinha até então se acomodando, de agremiação tributária da UDN, de onde na realidade havia surgido. Velasco desejava demonstrar que se planejava um golpe militar reacionário contra Vargas, que, naquele momento, ao contrário de 1937, representava a defesa da legalidade democrática. A idéia era muito difícil de se aceitar. Os antecedentes do ex-ditador não o qualificavam para uma reconciliação plena com a prática do regime representativo. Desse ponto de vista partilhavam Osório Borba, Rubem Braga, Joel Silveira e Alípio Corrêa Neto, muito mais próximos da UDN do que da doutrina socialista. Sobre Velasco pairava a suspeita não declarada de que se apoiava em recursos proporcionados pelo deputado Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Essa tendência a associar o governo Vargas à sustentação da ordem democrática passa, ainda a partir de julho, a constituir um traço permanente da orientação do jornal, e que faz frente ao crescimento dos ataques da imprensa conservadora à conduta de Estillac no Ministério da Guerra e na presidência do Clube Militar. Essa prioridade dada à questão militar talvez se deva ao fato de Domingos Velasco ter sido militar de carreira, reformado no posto de coronel do Exército (embora já naquela época fosse detentor de um mandato parlamentar por Goiás) e ter-se inspirado politicamente no grupo tenentista que aderiu à Aliança Nacional Libertadora.

Estillac Leal — que Domingos Velasco abertamente apoiava —, evidentemente não aderira ao movimento nos anos 30; ao contrário, tomara parte na repressão à revolta, integrando o contingente destacado pelo general Dutra para desentocar os amotinados do quartel do III R.I. da Praia Vermelha. Mas Estillac, inquieto por temperamento, e dotado de uma agilidade intelectual analítica e discursiva, militante, começa a aparecer no início da década de 50, aliado a vários componentes das correntes que combatera 15 anos antes, muitas vezes inclusive os suplantando, graças ao vigor de seus pronunciamentos e ao pouco apego que tinha ao formalismo dos mandamentos disciplinares que condicionam o convívio nos quartéis. Por isso mesmo, era alvo de ataques encarniçados dos adversários, que se voltavam contra ele com uma fúria própria dos inimigos mais ferozes, refletindo as divisões e recalques irreconciliáveis que marcavam a atmosfera das Forças Ar-

madras brasileiras daqueles tempos. Por tudo isso, compreende-se que a intensidade do debate e o grau da mobilização suscitada também se reflitam no lado nacionalista, identificado com Estillac Leal, como é o caso de *O Popular*.

Os primeiros números do jornal, de julho de 1951, dedicam-se a enumerar as promessas que Vargas fizera durante a campanha eleitoral e que não estavam sendo cumpridas: elas incluíam tanto os compromissos mais amplos com o nacionalismo, quanto os que se referiam às reivindicações populares mais corriqueiras, como por exemplo a fixação do preço da carne e o reajuste do salário mínimo de acordo com o níveis do custo de vida.

"Governo sem convicção" é o título de uma entrevista do professor João Mangabeira, presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro, apontando a contradição de um ministério que mantém o general Estillac Leal ao lado de Horácio Lafer e João Cleofas.²³

O jornal protesta contra as tentativas — sem êxito, por sinal — da polícia política de impedir a realização do II Congresso Nacional do Petróleo (edição de 5 de julho) e adverte sobre os perigos de remessa de tropas brasileiras para a Coréia (edição de 10 de julho).

A nota oficial explicativa da reunião do Conselho de Segurança Nacional, que apreciou um pedido da ONU no sentido do envolvimento

²³ Horácio Lafer, empresário paulista e deputado pelo Partido Social Democrático (PSD) em 1945, foi ministro da Fazenda de Getúlio Vargas entre 1951 e 1953. Em sua gestão, defendeu uma política econômica favorável à intervenção do Estado nos setores em que a iniciativa privada se mostrasse desinteressada; ao mesmo tempo, procurou atrair investimentos estrangeiros para os projetos básicos de desenvolvimento. Juntamente com o ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, sustentou que o Brasil deveria tirar proveito do envolvimento dos Estados Unidos na guerra da Coréia, e exigir em troca do apoio político, e eventualmente militar, brasileiro aos EUA a construção de fábricas de material bélico no país, bem como a concessão de créditos bancários a médio e longo prazos para um programa de industrialização e obras públicas. João Cleofas, político pernambucano e dono de usina de açúcar em Pernambuco, participou em 1945 da criação da UDN, sendo eleito deputado constituinte. Com a volta de Vargas ao poder, em 1950, foi convidado para ministro da Agricultura. O convite significou uma tentativa de conciliação de Vargas com a oposição.

militar do Brasil na guerra da Coréia,²⁴ é fortemente criticada pelo jornal (edição de 12 de julho), em virtude de sua dubiedade: de um lado, destinava-se, segundo *O Popular*, a tranquilizar a sociedade brasileira, majoritariamente contrária ao envolvimento do país; de outro, previa disfarçadamente a possibilidade de cooperação armada.

A empresa de eletricidade Light, um dos alvos secundários das campanhas nacionalistas do jornal, é acusada (14 de julho) de exigir do governo consentimento para majorar as tarifas dos bondes, sem a contrapartida de melhoria salarial dos motorneiros.

O general Estillac, sempre no centro das prioridades editoriais do jornal, concede entrevista exclusiva (26 de julho), na qual afirma textualmente:

"As Forças Armadas estão seriamente convencidas de que determinadas riquezas essenciais ao desenvolvimento econômico do país, à defesa nacional e à melhoria de vida do povo não podem estar a serviço do interesse particular que, por definição, visa apenas o lucro e não o bem-estar social."

²⁴ Ao longo do primeiro semestre de 1951, os norte-americanos pressionaram o governo brasileiro para que este concordasse em enviar uma divisão militar à Coréia, onde os Estados Unidos estavam envolvidos numa campanha militar contra o regime comunista da Coréia do Norte. O Brasil, por outro lado, insistia na obtenção de empréstimos para investimento no desenvolvimento industrial. Em junho de 1951, João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores, insistiu com Vargas para que este fizesse um pronunciamento público abordando a questão da Coréia e se declarasse "ao lado do mundo ocidental e contra a ameaça externa e interna do comunismo". Com esse pronunciamento, Neves da Fontoura esperava melhorar as perspectivas dos auxílios financeiros que vinham sendo negociados com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Nessa ocasião, a *Revista do Clube Militar* vinha fazendo intensa campanha contra a intervenção norte-americana na Coréia, e principalmente contra a participação brasileira no conflito. No final do mês de junho de 1951, o governo brasileiro recebeu nota da Secretaria da Organização das Nações Unidas solicitando o envio de tropas brasileiras à Coréia. Foi realizada uma reunião do Conselho de Segurança Nacional sobre o assunto, e ficou decidido enviar uma nota oficial à embaixada norte-americana, afirmando que o Brasil tinha interesse em colaborar, mas que seriam necessárias novas negociações para definir o tipo de colaboração a ser prestada. Nesse momento, o governo americano propôs o estabelecimento de um acordo secreto que desse prioridade à defesa continental e à preparação das tropas que ficariam à disposição da ONU para intervir não só na Coréia, mas onde se fizesse necessário. Para estabelecer essas negociações, foi criada no início de 1952 uma comissão, presidida por Neves da Fontoura. O ministro da Guerra, Estillac Leal, teve participação secundária na condução do acordo militar. As negociações desse acordo provocaram nas Forças Armadas um sentimento de desconfiança quanto ao comprometimento do governo. A assinatura do acordo, em 15 de março de 1952, provocou o pedido de demissão de Estillac Leal, que alegou ter sido marginalizado de todo o processo.

O esforço da "Cruzada Democrática" para convocar uma assembléia geral extraordinária de associados do Clube Militar, com o intuito de reformular a posição da revista do Clube, é definido em *O Popular* como ensaio preparatório de um golpe militar destinado à derrubada do governo Vargas. A matéria, editada no último dia de julho, refere-se à "deposição de Getúlio", à "instauração de uma ditadura reacionária" e à disseminação da "intriga política no seio do Exército".

Quando aludia ao governo Vargas, o jornal não revelava a menor condescendência para com os demais membros do Ministério, reservando apenas a Estillac um tratamento positivo. A política sindical, à frente da qual se achava o ministro Danton Coelho, era severamente combatida; o ministro da Marinha, Renato Guillobel, foi várias vezes alvo de denúncias de aplicações ilícitas de recursos em sua pasta; e o chanceler João Neves era tratado com um desprezo que, por extensão, atingia também João Cleofas e Horácio Lafer.

O Popular inicia o mês de agosto com presságios aziagos e alarmantes sobre a vida política brasileira, seguindo a já firmada tradição ou hábito das especulações supersticiosas com que se prevêem jocosamente episódios catastróficos durante o "mês do desgosto".

Durante o período em que o Clube Militar foi afetado pela pressão cada vez mais intensa dos jornais conservadores, e em que a *Revista do Clube Militar* deixou de circular,²⁵ a defesa enérgica e impetuosa das manifestações políticas de Estillac prosseguiu inalterada em todas as edições de *O Popular*. Outro episódio polêmico envolvendo Estillac Leal deu-se a propósito da anistia a militares. O Decreto-lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945, não concedia anistia ampla, geral e irrestrita, como aquela que em 1931 beneficiara Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias e Juarez Távora, punidos por sua participação nas revoltas tenentistas de 22 e 24. Segundo a nova lei de 1945, a reintegração ao serviço ativo ficava sujeita ao parecer de comissões militares nomeadas pelo presidente da República, e estas impugnavam sistematicamente todos os pedidos de reenquadramento na tropa. No segundo governo Vargas, o efeito limitado desse decreto-lei foi

²⁵ Ver seção referente à *Revista do Clube Militar*.

discutido no Senado, que, nesse sentido, encaminhou consulta a Estillac. O general optou pelo corretivo daquela limitação, o que, o expôs, como ministro da Guerra de Vargas, a uma nova sucessão de ataques e re-provações.

A suspeita de que o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Góis Monteiro, estaria negociando o envio de fuzileiros navais brasileiros para lutar na Coréia provoca novos protestos na primeira página do jornal (9 de agosto). *O Popular* exige do ministro da Marinha a confirmação ou o desmentido dessa versão, que fora passada ao jornal por informantes militares do próprio jornal e que, verificou-se afinal, não tinha procedência.

Em 11 de agosto, na cerimônia comemorativa do 21º aniversário de fundação da Escola Técnica Nacional, Estillac pronunciou um discurso, que foi integralmente reproduzido em *O Popular*, e do qual extraímos a seguinte passagem:

"A energia deve ser nossa, sendo gerada por queda d'água, petróleo ou carvão, pouco importa, mas inteiramente nossa. Os meios de comunicação, de transporte e outros problemas vitais para a nacionalidade devem ser tratados em primeiro lugar, antes mesmo de adquirirmos máquinas de guerra, pois não possuímos elementos para mantê-las nem condições técnicas para renová-las, necessitamos de técnicos para impulsionar nossas indústrias, dotando-as de todos os recursos para que possamos formar nossa auto-suficiência."

O golpe militar para a deposição de Vargas, que estaria em processo de preparação acelerada e para o qual a presença de Estillac no Ministério da Guerra constituía um fator de desestímulo, continuava a dominar as sombrias apreensões manifestadas pelo jornal de Velasco e Mangabeira. A edição do dia 18 adverte:

"A substituição do general Estillac Leal seria a primeira etapa [para o golpe]. Empolgado pelos conspi-

radadores, o Ministério da Guerra e os comandos-chaves, o sr. Getúlio Vargas seria forçado a escolher uma dessas soluções: ou se submeteria a um plano de governo ultra-reacionário, como imaginavam o sr. Assis Chateaubriand e outros jornalistas do mesmo padrão, ou seria imediatamente deposto para a formação de uma ditadura militar do tipo das que foram impostas à Colômbia e à Venezuela.”

O jornal transcreve matéria da *Folha da Manhã*, de São Paulo, em que se apontava a participação, na campanha contra Estillac, de alguns empresários que tiveram seus negócios fraudulentos atrapalhados por força da intervenção do Ministério da Guerra (18 de agosto).

Na edição do dia 20 de agosto, dá-se destaque dramático aos supostos sintomas de que grupos financeiros poderosos estariam se mobilizando para a compra de grandes jornais no Rio, a fim de colocá-los a serviço do golpe:

“Noticiou-se que o *Correio da Manhã* havia sido comprado por um grupo financeiro cujo capital se elevava a 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros, tendo como testa-de-ferro o sr. Horácio Lafer. Esse grupo, que teria também adquirido a emissora Cruzeiro do Sul e algumas indústrias desta capital, recebera a missão de cobrir, ideologicamente, a inversão de capitais norte-americanos no país, protegendo-o contra o *nacionalismo* que é hoje um fenômeno mundial, mais exacerbado em toda a América Latina.”

A manchete que corresponde à notícia, estampada com alarde na primeira página, foi arrojada: “Dólares para comprar jornais e homens públicos”.

O Clube Militar continua sendo o assunto constante e definidor da linha política do jornal naquela fase. Ele constitui o motivo básico das cogitações a respeito de movimentos golpistas que visariam demolir as

instituições e substituir o governo Vargas por uma ditadura controlada pela "Cruzada Democrática".

O jornal combate a sugestão de convocação de uma assembléia geral do Clube Militar, que teria por finalidade reformar os estatutos da entidade e, com isso, arrefecer a discussão dos temas nacionais abordados pela revista. Estillac também reage e, no dia 30 de agosto, anuncia sua determinação de presidir a Assembléia, caso esta viesse a se realizar, e com esse intuito reassume a presidência do Clube, de que havia se afastado.

Para *O Popular*, o Clube era um organismo que, desde sua fundação, significava essencialmente um centro natural de debates sobre assuntos políticos de cujo conhecimento a oficialidade não podia se abster. Assim, tendo como causa ou pretexto a natureza polêmica dos assuntos debatidos na *Revista do Clube Militar*, toda a matéria editorial do mês de setembro se concentra na divisão das Forças Armadas.

Um artigo de Francisco Mangabeira (3 de setembro) denuncia a interferência da Standard Oil na campanha contra o Clube; na mesma edição, outra matéria assinala que a convocação da assembléia ocultava um "objetivo político-partidário para efetuar a queda de Estillac". O jornal acompanha de perto a evolução da crise, e menciona fontes exclusivas segundo as quais se realizara uma reunião sigilosa de generais e coronéis no Ministério da Guerra para pressionar Estillac e a *Revista do Clube Militar*. Vargas intervém com um apelo à pacificação ("Não sirvam de instrumento aos sediciosos"), e chega a circular o boato de que o Clube seria fechado. Finalmente, Estillac reassume a presidência do Clube e adia a assembléia, que afinal não chegou a se realizar.

A partir do primeiro dia de outubro, observa-se uma nítida tendência, da parte do jornal, de intensificar o uso do termo *nacionalismo*, sem no entanto deixar seu discurso em favor do regime democrático.

Um claro exemplo é a polêmica que o senador Velasco abre com o Partido Comunista, ao criticar uma entrevista de Luís Carlos Prestes, em que o líder comunista previa para 1954 a proclamação da "democracia popular" no Brasil. O parlamentar socialista, diretor de *O Popular*, assim se manifesta, em artigo denominado "A encruzilhada" e publicado na terceira página do jornal:

“Ou nos enveredamos pela realização de uma política arejada, atenta às aspirações populares, que tem no nacionalismo a sua expressão mais patriótica, e fazemos as transformações da economia capitalista pacificamente, por processos democráticos, num regime de liberdade, o que constitui realmente uma obra difícil de arte política, que exige inteligência e coragem — ou seguiremos pela estrada longa e fácil do regime do contra tudo e contra todos, levados pelo medo ou pela cobiça, escudados no egoísmo e na burrice, e então estaremos fazendo o jogo dos comunistas e trabalhando pela implantação da República Popular por meio da violência e do ódio.”

Estillac e o Exército, no entanto, continuam como objeto privilegiado das matérias políticas publicadas pelo jornal, onde aparecem vistos sob o prisma do nacionalismo. “Intervenção americana no Clube Militar” é o título de um artigo de Francisco Mangabeira, publicado no dia 3 de outubro, abordando declarações de Estillac feitas nos Estados Unidos, onde recusa, sem meias palavras, a participação de tropas brasileiras na guerra da Coreia. Mangabeira salienta que, após aquele pronunciamento, a imprensa conservadora, depois de prolongada calma, recrudescia sua agressividade contra o ministro da Guerra.

“O nacionalismo do Exército, barreira contra a dominação do Brasil pelos trustes” (8 de outubro) vem a propósito de uma declaração do coronel Costa Braga, da “Cruzada Democrática”, admitindo que nenhum militar poderia ser totalmente indiferente ao nacionalismo, mas considerando que o tema estava sendo tratado “de modo inconveniente” pela *Revista do Clube Militar*. O *Popular* não perde a oportunidade de contestar o coronel, nem deixa de promover mais uma de suas exaltações entusiásticas da figura do ministro da Guerra do governo de Vargas:

“O general Estillac Leal, que ora é atacado pelo *Time* e pelos eduardo-macedo-soares, assis-chateaubriand, carlos-lacerda, roberto-marinho, costa-rego etc.,

que são homens que o coronel Costa Braga sabe que não são dignos de limpar suas botas, é também atacado pela Imprensa Popular e por todos os jornais comunistas com igual virulência.”

Durante os meses de outubro e novembro, Estillac, o Clube e o nacionalismo aparecem com menor frequência nas páginas do jornal. As matérias mais destacadas abordam o aumento do preço do leite e das passagens de bonde; o salário mínimo; a habitação popular; irregularidades no atendimento prestado nos hospitais cariocas; greves dos aeroviários e dos marítimos, e ataques à política sindical do ministro Segadas Viana, do Trabalho.

Em 4 de dezembro, o jornal denuncia a participação de Horácio Lafer e de Augusto Frederico Schmidt na elaboração sigilosa de um anteprojeto de constituição de uma empresa de economia mista para executar a política do governo no setor petrolífero, e acrescenta que Osvaldo Aranha (com quem o jornal não simpatizava) seria o presidente da companhia.

Entretanto, a 7 de dezembro, o comentário de *O Popular* a respeito da mensagem presidencial enviada na véspera ao Congresso é ameno e benevolente:

“Contudo, dado o rumo tomado e a apresentação da mensagem ao Congresso, é, a nosso ver, necessária uma emenda proibindo as chamadas ‘pessoas jurídicas de direito privado’ de adquirirem ações da Petróleo Brasileiro S.A. Porque essas ‘pessoas jurídicas’ são as sociedades anônimas, as companhias como a Standard e a Shell.

Se as ações da Petróleo Brasileiro S.A. ficarem na porcentagem de 51% com a União, como está no projeto, e as 49% restantes divididas igualmente entre as pessoas de direito público interno (Institutos, Caixas Econômicas etc.) e as pessoas físicas brasileiras, segundo emendas que poderão ser feitas; se a lei for aprovada assim, emendada, teremos dado um passo grande na defesa das nossas riquezas minerais.”

Em 1953,²⁶ na edição do dia 10 de junho, *O Popular* publica o texto de um pronunciamento do senador Álvaro Adolfo (PSD-PA) no Congresso, em que o parlamentar criticava a forma com que as obrigações relativas ao acordo militar foram impostas ao Brasil, tendo sido omitidas pelo chanceler João Neves durante seus entendimentos com as autoridades diplomáticas norte-americanas. Acrescenta ainda a matéria a existência de um clima de insatisfação no meio militar, que estaria sendo transmitido aos quartéis através de documentos reservados.

Dois dias depois, uma pesada carga de protestos é lançada contra a prisão de oficiais partidários da chapa Estillac-Horta, que se achavam encarcerados, sem julgamento, havia mais de um ano, por força de uma manobra que visava prejudicá-los na contagem de tempo e nas provas de mérito indispensáveis para alcançar as promoções na carreira.

A 28 de junho, a folha corrida de Vicente Rao, indicado para ministro do Exterior, é apresentada em seus aspectos menos abonadores: autoria da Lei de Segurança Nacional, do estado de Guerra e da criação do Tribunal de Segurança Nacional, instrumentos através dos quais, em 1936, suspendera-se a imunidade parlamentar de quatro deputados e um senador — entre eles o então deputado Domingos Velasco — para em seguida levá-los à cadeia.

A nomeação de Rao ainda provocaria novas manifestações de indignação. Em 3 de agosto *O Popular* denuncia que o ex-ministro da Justiça de 1934-36 fora indicado para o Itamarati pela família Mesquita, dona de *O Estado de S. Paulo* e adversária incondicional de Vargas. O órgão de Velasco e Mangabeira garante que Vargas fora ludibriado e que Rao seria, dentro do governo, um “espião do [jornal *O*] *Estado [de S. Paulo]*”. Segundo Velasco, a versão corrente era que Rao fora sugerido a Vargas pelo governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, mas o chefe do Executivo paulista a desmentiu.

²⁶ Nas coleções da Biblioteca Nacional, que foram as fontes principais de nossas consultas para este trabalho, não constam as edições de 1952 e as de janeiro-maio de 1953.

O ano de 1953, notadamente em seu segundo semestre, é marcado por uma série de fatos e episódios que dão indícios muito transparentes de que a derrubada de Vargas vinha sendo articulada, com impressionante desembaraço, nos estabelecimentos militares e nas cidadelas da UDN, inflamados pelos artigos e pregações de Carlos Lacerda. A matriz local do movimento contra Vargas era a Escola Superior de Guerra, onde se agrupavam os coronéis que fracassaram em 1954, mas que, já ungidos pelos bordados do generalato, vieram a triunfar 10 anos mais tarde.

O inquérito da *Última Hora* foi a primeira fagulha que fez se desencadear o incêndio.²⁷ A “udenização” do Exército estava quase completa. Dos antigos generais dutristas do Estado Novo, já não restava nenhum de projeção, com exceção do general Canrobert, cuja sobrevivência política dependia de sua associação à frente militar udenista. O jornal de Velasco e Mangabeira compreendeu isso melhor do que os jornais comunistas, cujos ataques a Vargas facilitavam enormemente o êxito da conspiração adversária. Velasco e Mangabeira escreveram longos artigos, na tentativa de provar que o alvo mais atingido pelos disparos do golpismo era o

²⁷ Ao ser criado, em junho de 1951, por Samuel Wainer, o jornal *Última Hora* visava servir de respaldo ao getulismo junto à opinião pública. Wainer obteve apoio financeiro, entre outros, do Banco do Brasil, do empresário Walter Moreira Sales e de Euvaldo Lodi, industrial mineiro, presidente da Confederação Nacional da Indústria. Em 1953, os demais órgãos da imprensa desencadearam uma intensa campanha contra o jornal, denunciando os empréstimos do Banco do Brasil. Wainer foi acusado de obter ilicitamente o financiamento. Em abril de 1953, foi instaurada na Câmara dos Deputados uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as transações efetuadas por *Última Hora*. A CPI na verdade buscava elementos para envolver o presidente Vargas na concessão do empréstimo do Banco do Brasil, e com base nessa relação pedir o *impeachment* do presidente. Entretanto, ao final dos trabalhos, a CPI concluiu, em 18 de dezembro de 1953, que a concessão do empréstimo se fizera mediante a caução de contratos de publicidade e contra descontos de títulos avalizados por Samuel Wainer, e que o financiamento concedido se realizara à margem das condições normais, violando dispositivos legais, estatutários e regulamentares. Mas a CPI não comprovou nenhum envolvimento de Vargas.

nacionalismo, que os golpistas atacavam sob o pretexto de combater o comunismo.

A defesa de Vargas passou a ser, então, o centro das atenções editoriais de *O Popular*, para maior desapontamento daqueles socialistas que atuavam como batedores nos desfiles udenistas. É assim que vamos encontrar a orientação do jornal diante das excitações político-militares que incandesciam aquele segundo semestre de 1953.

O ambiente político continuava propício à fomentação de crises. Ainda em agosto, o *New York Times* publica longo editorial, acusando Vargas de tentar a implantação no país de uma "república sindicalista", utilizando para esse fim as atividades do ministro do Trabalho, João Goulart, junto aos organismos de representação sindical. *O Popular* assume mais uma vez a tarefa de denunciar e reproduz na íntegra (7 de agosto) um discurso do senador Landulfo Alves (PTB-BA), que menciona o editorial daquele jornal nova-iorquino como espécie de senha para o recrudescimento da campanha oposicionista contra Vargas. No dia seguinte, publica uma nota sobre a reunião ministerial realizada na véspera, na qual o governo condenara a veiculação de notícias alarmantes, tendentes a criar repercussões negativas no exterior, e ratificara sua confiança na gestão de Goulart à frente do Ministério do Trabalho. No mesmo dia, o general Zenóbio da Costa, comandante da Zona Militar Leste, emite comunicado oficial, frisando que "as Forças Armadas estão atentas para a garantia do regime e da Constituição".

"Euvaldo Lodi desmascara Bilac Pinto na Câmara", é o título dado ao longo discurso com que o presidente da CNI contesta acusações do representante udenista de Minas Gerais, negando que, em reunião recente, na Federação das Indústrias de seu estado, teria feito ataques violentos a magistrados, militares e parlamentares pelas tentativas de seu envolvimento no inquérito da *Última Hora*.

No Senado, Velasco defende Vargas, Lodi e Goulart, que, segundo ele, vinham sendo vítimas preferenciais de um processo golpista em andamento nas áreas políticas e militares ligadas à oposição.

A 28 de agosto, o destaque do noticiário político é o parecer do deputado Lúcio Bittencourt (PTB-MG) contrário às emendas do Senado que desfiguravam o monopólio estatal, inclusive a de número 32, do senador Ismar de Góis, que propunha a adoção dos contratos de risco. No

dia seguinte, a matéria mais significativa é uma entrevista do ministro Osvaldo Aranha, declarando que o capital estrangeiro, da maneira como estava entrando no país e da forma como era aplicado, "não convém aos interesses do Brasil".

Velasco faz longo discurso no Senado, reafirmando as afinidades democráticas do nacionalismo brasileiro, cuja mensagem, segundo ele, não escondia nenhuma espécie de prurido totalitário.

Ao longo de todo o período em que circulou, *O Popular* não alterou os rumos políticos que, desde sua fundação, decidira trilhar.

O Exército, visto como instrumento de propagação política do nacionalismo, era tratado pelo jornal com deliberada preferência, dada a afinidade de Velasco e Mangabeira com a posição assumida por Estillac, tanto no Ministério da Guerra quanto na presidência do Clube Militar.

Nesse particular, Velasco e Mangabeira foram mais prudentes do que a corrente que constituía a frente democrática e nacionalista do Exército brasileiro. *O Popular* criticava alguns atos administrativos do governo e fazia advertências, não muito severas, aos deslizes de Vargas, como quando teve de aceitar o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos para poder, em troca, resguardar a intangibilidade do monopólio estatal do petróleo. Enquanto os militares nacionalistas atacavam de modo bastante áspero a política compensatória de Vargas, que desafiava o inimigo poderoso para, em seguida, oferecer-lhe uma contrapartida contemporizadora, Velasco e Mangabeira entendiam que, se com Vargas era impossível obter garantias plenas de execução de uma política nacionalista inflexível, da parte de seus inimigos nada mais se poderia esperar além da ameaça da inflexibilidade e da intolerância.

Vargas carregava, em prejuízo de sua confiabilidade política, 15 anos de um governo arbitrário, em que ficaram sepultados todos os valores que dão consistência à estabilidade da democracia. Era difícil fazer acreditar, naquele final de 1953 e início de 1954, que a sorte do regime democrático e a do governo de Vargas eram indissociáveis. O jornal de Velasco e Mangabeira aceitou o risco de defender esse vínculo desacreditado, que os acontecimentos de 24 de agosto vieram mais tarde confirmar.

O tipo de conduta política na qual o jornal sempre perseverou baseava-se na convicção de que o nacionalismo era, antes de tudo, uma proposição de responsabilidade essencial do setor militar que se vinculava, em 1950 e 1952, às campanhas comandadas por Estillac e Horta. O que aconteceu em 1952, com a vitória da chapa Etchegoyen-Nelson de Melo, e em 1954, com a eleição de Canrobert-Juarez, teria sido, no entender dos responsáveis por *O Popular*, consequência de um momento inevitável de desabamento das instituições democráticas, fomentado por interesses imperialistas.

Nesse período, porém, *O Popular* nunca deixou de divergir da política sindical de Vargas, dominada pelos mesmos vícios que subordinavam as lideranças trabalhistas ao controle do Ministério do Trabalho, que continuou intocado mesmo depois da queda do Estado Novo.

O Popular teve, como nenhum outro órgão na mesma posição, o cuidado de separar esses dois fatores. O governo era heterogêneo na sua composição; conseqüentemente, não seria uniforme e coerente em seus atos e medidas. Hostilizado pelas elites políticas, militares e empresariais, Vargas não tinha condições de, efetivamente, delinear com êxito uma política ao mesmo tempo nacionalista e trabalhista.

Contra o nacionalismo, os grupos de oposição — políticos, intelectuais, jornalistas, empresários — argumentavam que as sanções previstas para as empresas monopolistas norte-americanas que operavam no Brasil seriam uma forma maliciosa de promover o enfraquecimento econômico dos EUA na América Latina e, com isso, atender ao interesse da URSS e impulsionar o avanço do comunismo no continente. Já o trabalhismo, na opinião conservadora, não produziria consequência diferente, apenas diferiria em aparência: operaria através da proclamação de uma república sindicalista, substituindo os partidos e o Congresso pelas entidades de classe dominadas pelo Ministério do Trabalho.

Assim, apertava-se o cerco ao governo Vargas, e o sistema defensivo do presidente gradualmente entrava em decomposição.

Naquele início de 1954, o jornal deu cobertura diária à luta pelo aumento de 100% no salário mínimo, que veio a ser concedido por Vargas em 1º de maio. Ao mesmo tempo, o jornal cobria e estimulava os mo-

vimentos grevistas que agitaram o país naquele período e envolveram marítimos, bancários e trabalhadores de indústrias de transportes e alimentação.

Por ocasião da X Conferência Interamericana de Caracas (março de 1954),²⁸ *O Popular* exorta a delegação brasileira a não se comprometer com os objetivos de Foster Dulles, secretário de Relações Exteriores norte-americano, de punir o governo de Jacobo Arbenz na Guatemala. O jornal também reproduz os discursos comoventes do chanceler Guilherme Toriello, pronunciados na capital venezuelana como uma espécie de antecipação da intervenção militar, e publica entrevista exclusiva do embaixador Arriola, chefe da representação diplomática guatemalteca no Rio, explicando como funcionavam livremente em seu país o governo, o Congresso, o Poder Judiciário, os partidos políticos e as organizações sindicais.

Na terceira página, destinada ao noticiário político, receberam destaque os acordos realizados nos estados em que os partidos faziam alianças eleitorais com os socialistas, dando-se bastante destaque à candidatura de Jânio Quadros, então prefeito da capital paulista, e à sucessão do go-

²⁸ Entre 1º e 28 de março de 1954, um ano após a desapropriação de 255 mil acres pertencentes à empresa norte-americana United Fruit pelo presidente da Guatemala, Jacobo Arbenz, como parte de seu programa de reforma agrária, realizou-se em Caracas a X Conferência Interamericana. Enquanto os países latino-americanos viam no encontro uma oportunidade de fixar os preços internacionais das mercadorias, aumentar seu acesso aos mercados norte-americanos e obter assistência econômica e tecnológica para seu desenvolvimento, os Estados Unidos pretendiam única e exclusivamente obter apoio para uma resolução condenando o governo guatemalteco. Ao final da conferência, com o apoio de 17 países, foi aprovada uma resolução que considerava o eventual controle de algum Estado americano pelo movimento comunista internacional como uma ameaça à soberania e independência de todos os demais países do continente. Justificava-se assim a convocação, em cada caso concreto, de uma reunião de consulta para exame das medidas cabíveis. Em que pese às tentativas do conjunto dos países latino-americanos de adotar resoluções de caráter econômico-social, não houve apoio dos EUA nesse sentido. Três meses depois, em junho de 1954, Carlos Castillo Armas, com a ajuda da CIA, derrubou o governo Arbenz e estabeleceu na Guatemala um regime anticomunista simpático aos Estados Unidos (ver Cunha, 1994:215-6).

vernador Lucas Nogueira Garcez, com apoio do PSB, do qual Velasco e Mangabeira faziam parte.

Com a entrada do ano de 1954, intensifica-se o comprometimento progressivo do jornal com o esquema político do governo. Publica-se integralmente o discurso pronunciado por Vargas na passagem do ano, durante um banquete com o qual foi homenageado pelos oficiais gerais das três forças, e no qual fez um apelo para que as eleições, marcadas para 3 de outubro, fossem realizadas dentro do calendário fixado pela Constituição.

O jornal dá apoio a uma declaração de João Goulart, favorável ao aumento de 100% do salário mínimo (12 de janeiro) e, na mesma edição, Francisco Mangabeira escreve um artigo no qual afirma que o desenvolvimento econômico dependia da fixação de salários justos para os trabalhadores.

Ainda em janeiro, o jornal aponta, num episódio judicial — o deferimento, por um juiz de São Paulo, de mandado de segurança impetrado por proprietários de veículos que se recusavam a pagar à Petrobras certas taxas estabelecidas por lei e cobradas no abastecimento de carros —, o efeito de uma propaganda subliminar das empresas estrangeiras, interessadas no enfraquecimento financeiro da empresa estatal. A sentença teve ressonância no Congresso. Em represália, os senadores Landulfo Alves (PTB-BA) e Kerginaldo Cavalcanti (PSP-RN) apresentaram projeto propondo a nacionalização do sistema de distribuição de derivados de petróleo.

O jornal de Velasco e Mangabeira se preocupa em esclarecer as diferenças entre nacionalismo e comunismo, e publica (30 de janeiro) uma entrevista em que Wladimir Toledo Piza ataca a imprensa conservadora, que seria a seu ver a responsável pela divulgação da noção errônea de uma identidade entre as duas correntes, e critica por outro lado a imprensa comunista, contrária à incorporação das taxas de abastecimento ao preço da gasolina, como forma de capitalização da Petrobras.

A perspectiva de sanções militares contra a Guatemala — implícita, segundo *O Popular*, na agenda norte-americana para a conferência de Caracas — permanece como tônica das preocupações do jornal. Lúcio Bitencourt faz advertências à delegação brasileira, tendo em vista as posições que iria tomar diante das imposições de Foster Dulles (3 de fevereiro).

Alberto Pasquallini, no Senado, nega à conferência autoridade para se reunir com o fim de tratar de problemas específicos, como era o caso guatemalteco (5 de fevereiro), enquanto Brígido Tinoco, socialista fluminense, considera que "nosso dever é evitar qualquer precipitação no caso da Guatemala" (7 de fevereiro).

Na ocasião, ferviam no meio político boatos segundo os quais João Goulart, por pressão dos militares e do empresariado paulista, vinha sendo forçado a pedir demissão do Ministério do Trabalho (17 de fevereiro). Na edição de 18 de fevereiro, o jornal tenta minimizar a importância do "Manifesto dos coronéis" (redigido na Escola Superior de Guerra pelo tenente-coronel Golbery do Couto e Silva), não obstante ter ele provocado a queda de Goulart e a derrubada do general Ciro do Espírito Santo Cardoso do Ministério da Guerra. Um editorial intitulado "Antijanguismo" traz o seguinte pensamento:

"Combatendo João Goulart, a reação está combatendo, na verdade, os trabalhadores. Mesmo porque a imprensa dos trustes não iria combatê-lo se ele estivesse também contra os trabalhadores. O inimigo é quem, muitas vezes, nos aponta os que estão do nosso lado."

Na mesma edição, o jornal noticia que o deputado Magalhães Melo (PSD-PE) enviara na véspera requerimento de informações ao Ministério da Viação pedindo à Comissão Técnica de Rádio esclarecimentos sobre a possibilidade da existência de uma emissora clandestina nas proximidades do aeroporto de Guararapes, no Recife, operada por oficiais inferiores do Exército norte-americano.

Na manchete de primeira página do dia 21 de fevereiro, uma declaração de João Goulart anuncia a iminência de seu afastamento do Ministério do Trabalho (que se deu efetivamente no dia seguinte): "Não seria e não serei capaz de trair o operariado". E, em seguida: "Prefiro ser ministro com os trabalhadores a ser titular da pasta com os reacionários". O jornal afirma que Goulart pediria demissão no dia seguinte, levando consigo em seu despacho o decreto do salário mínimo,

a extensão da legislação trabalhista ao setor rural e o congelamento dos preços.

O "Manifesto dos coronéis" é objeto de referência e discordância do general Estillac Leal, comandante da Zona Militar Centro, com sede na capital paulista. Estillac salienta que o manifesto "fere as normas do comportamento militar" (23 de fevereiro). Ele admitia que o precedente aberto seria extremamente perigoso, porque poderia ser imitado por maiores, capitães, tenentes e até sargentos, com prejuízos reais para os princípios básicos da hierarquia e da disciplina.

No dia seguinte, 24 de fevereiro, o ministro Ciro do Espírito Santo Cardoso transmite o cargo ao general Zenóbio da Costa, comandante da Zona Militar Leste, sediada no Rio de Janeiro. Nos discursos dos dois chefes militares não há menção à crise político-militar em franca propagação. Ela é substituída por referências aos anseios permanentes da classe: o reaparelhamento e a modernização do material bélico do Exército.

No dia 7 de março, o principal alvo dos ataques de *O Popular* é a revista norte-americana *Time*, que chamara Zenóbio de "oficial de cavalaria e fanfarrão", atribuíra a Goulart a qualificação grosseira de "sublevador da canalha" e terminara sugerindo aos militares brasileiros que afastassem Vargas do poder.

A iniciativa do governo de enviar ao Congresso mensagem presidencial propondo a criação da Eletrobrás e instituindo o Plano Nacional de Eletrificação recebe aplausos incondicionais do jornal de Velasco e Mangabeira. Na edição de 1º de abril, destaca-se esse trecho do editorial:

"A conveniência de o Estado empreender a produção de energia e, conseqüentemente, operar as usinas já construídas vem sendo reconhecida pelo Congresso ao consignar vultosos recursos com essa finalidade nos orçamentos dos últimos exercícios. O Executivo carece, porém, dos instrumentos de ação indispensáveis ao cumprimento desses encargos."

A crise política no entanto prossegue num ritmo avassalador, com a oposição em crescente ofensiva, em busca de um bloqueio terminal do governo de Vargas. O novo episódio que se segue tem como pivô o ex-chanceler João Neves da Fontoura, substituído em junho de 1953 no Ministério das Relações Exteriores pelo professor Vicente Rao, da UDN paulista e ligado ao *Estadão* (*O Estado de S. Paulo*). Para entendermos esse episódio, é preciso lembrar que, naquela primeira metade dos anos 50, a diplomacia americana nos países do Cone Sul tinha como meta a derubada da ditadura peronista na Argentina. Contra o regime de Perón também faziam carga contundente todas as correntes brasileiras de opinião que gravitavam em torno dos objetivos da UDN e partidos agregados.

Foi assim que João Neves sentiu-se estimulado a conceder uma entrevista a *O Globo*, pomposamente anunciada na véspera, exibindo o texto de um discurso que Perón teria pronunciado em Buenos Aires acusando Vargas de não ter compartilhado, conforme prometera, das conclusões do Pacto do ABC (entre Argentina, Brasil e Chile) — pacto que teria como objetivo a criação de um dispositivo de enfrentamento às imposições norte-americanas na América Latina.

A embaixada argentina no Rio desmentiu a existência do discurso. O Itamarati expediu nota no mesmo sentido, e Lourival Fontes, chefe da Casa Civil, confirmou a improcedência da denúncia. *O Popular*, por seu turno, não deixou, mais uma vez, de confirmar sua solidariedade política ao governo. Na edição de 6 de abril, criticou com indignação a entrevista de João Neves, obtendo ainda declarações contrárias de Lúcio Bittencourt, Amaral Peixoto, Aziz Maron e Lourival Fontes.

Dois dias depois, a nota oficial do Itamarati suscita a seguinte manchete de oito colunas na primeira página de *O Popular*: “Vargas arrasa João Neves”. Subtítulos: “Em nota oficial, o Itamarati desfaz de uma vez por todas a trama urdida pelos defensores dos trustes no caso das relações brasileiro-argentinas”. Ainda no dia 8 de abril, o editorial da terceira página, intitulado “Nova agitação”, procura enlaçar todos os fatos que formam o conjunto da estratégia oposicionista de desarticulação dos elementos defensivos do governo:

“A nota do Itamarati a respeito do caso do discurso atribuído ao general Perón lança a pá de cal sobre mais

uma tentativa dos trustes internacionais para convulsionar a vida política do país.

Não se pense, porém, que a campanha está finda. Os trustes, sempre advertimos, não dormem. O caso Estillac Leal, o caso da *Última Hora*, o caso João Goulart, o caso da maioria absoluta, o caso Perón constituem uma seqüência que ainda não terminou."

E continua:

"É possível que surja agora outro caso: o da licença para processar os deputados Lutero Vargas e Euvaldo Lodi. Não podendo processar o pai, hão de querer processar o filho. O sr. Lutero Vargas cometeu um grave crime: avalizou uma nota promissória que foi paga no vencimento. É um crime terrível esse, do sr. Lutero.

O crime do sr. Euvaldo Lodi ainda é, porém, muito pior. Ele tem tomado posição nacionalista em defesa da indústria brasileira. Teve o agravante de dizer aos diretores da Standard Oil, em Nova York, que era contrário à concessão da exploração do petróleo às empresas estrangeiras. Este é o seu crime."

A manchete da edição de 20 de abril é ainda de louvor às atitudes políticas do presidente da Confederação Nacional da Indústria e deputado federal pelo PSD mineiro: "Defender o Brasil: o crime de Lodi". Naquele dia, o relator da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Daniel de Carvalho (PR-MG), deveria emitir parecer sobre a concessão de licença para processar Lutero e Lodi.²⁹ O *Popular* lembra que Lutero endossou um empréstimo de Cr\$10 milhões à *Última Hora*, "pagos no vencimento".

²⁹ A Câmara rejeitou o pedido.

O jornal insiste no assunto, e na edição do dia 28 de abril a matéria principal da terceira página traz o seguinte título: "Dedo dos tristes no processo contra Lodi".

"Reação provoca o Exército" é a manchete da edição de 5 de maio, que acusa as classes conservadoras de incentivar os militares ao veto da duplicação do salário mínimo. O cuidado de não afetar o Exército era uma preocupação constante do jornal. Na verdade, o Exército já havia se manifestado contra a medida, com o lançamento, em fevereiro, do chamado Memorial dos Coronéis.

Igualmente cauteloso é o comentário ao atentado da rua Toneleros, que vitimou o major Vaz na porta do edifício onde residia Carlos Lacerda. O editorial de 8 de agosto, "Nova agressão", deplorou o assassinato do major, mas advertiu Lacerda que contivesse "seus processos de difamação", que poderiam servir para dar publicidade à *Tribuna da Imprensa*, "mas também podem custar as vidas de outros pais de família".

O suicídio de Vargas provoca novas reprovações do jornal. No editorial de 25 de agosto, comenta o órgão de Velasco e Mangabeira:

"A proclamação que escreveu, antes de ir para a eternidade, é um documento que ficará para sempre em nossa História. Quem vai morrer não tem mais necessidade de iludir a ninguém. Quem espera o julgamento final quer o coração limpo. O sr. Getúlio Vargas lega ao povo a bandeira nacionalista que, por várias vezes, empunhou com galhardia. E deixa também o ferrete indelével no rosto dos que vendem o Brasil."

E conclui:

"Este jornal nunca foi getulista, enquanto viveu e foi poderoso o sr. Getúlio Vargas. Hoje, ele o é, pelo pensamento nacionalista que nos deixa e que sempre foi a nossa bandeira de luta."

Na edição de 6 de outubro, Velasco festeja a eleição do general Caiado de Castro como senador pelo Distrito Federal. Na verdade, o resultado das urnas não foi favorável aos ideais de Vargas, conforme se esperava. Cordeiro de Farias derrota Cleofas para o governo de Pernambuco e, no Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti vence Alberto Pasquallini. Em São Paulo, Jânio Quadros, candidato dos socialistas e democratas cristãos, apoiado por *O Popular*, derrota Ademar de Barros; e o PTB, que se dividiu em três dissidências, tem votação insignificante para seu candidato, Wladimir Toledo Piza.

Em 28 de agosto, a nomeação de Hélio Beltrão para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo é criticada com severidade, e o jornal o qualifica de "cidadão com fortes indícios entreguistas".

"Enquanto os trustes manobram na sombra, todos os atos do atual governo são suspeitos", afirma o jornal em sua manchete de primeira página, deflagrando sua tenaz campanha de oposição a Café Filho e seus ministros.

"Esta República de Agosto de tal maneira está impregnada do vírus do entreguismo que a opinião pública recebe com a maior suspeita todos os atos do governo que aí está. E não é para menos. O sr. Café Filho fala e logo manifesta que é pela entrega do petróleo ao capital estrangeiro. O sr. Gudin fala e lá vem o entreguismo. O *Financial Times* de Londres deita editorial e informa que a pressão dos trustes americanos de petróleo (Standard Oil) aumenta sobre o governo brasileiro que, por sua vez, está doidinho para lhe entregar tudo. A revista *Time* diz a mesma coisa e nos ameaça com o poderio dos trustes. Infelizmente, a imprensa dos trustes está aí embandeirada em arco, comendo dinheiro da Standard Oil. O governo é manobrado por Carlos Lacerda, que é manobrado por José Nabuco, que é advogado da Standard Oil e da Shell, no consórcio para abocanhar as riquezas minerais do Brasil."

Em 10 de outubro, a manchete informa que "A *Tribuna da Imprensa* também deve ao Banco do Brasil". A notícia é sintética, precisa e taxativa: "Vamos falar claro e deixar de farsa e puritanismos falsos. Até agora, o sr. Carlos Lacerda não se preocupou em pagar os dois milhões que deve e conseguiu por intermédio de Danton Coelho".

O número de 10 de outubro é o último da coleção organizada pela Biblioteca Nacional, mas não podemos nos arriscar a afirmar que foi efetivamente o número final de *O Popular*. Seja como for, sua trajetória de cerca de três anos de circulação é muito significativa, sobretudo pelo fato de ter sido um jornal diário, o único entre todas as publicações nacionalistas que circularam no Brasil após a restauração democrática que sucedeu ao fim do Estado Novo.

Velasco e Mangabeira, fundadores e editores do jornal, não se preocuparam, conforme se pode verificar, com a purificação da linguagem e com o aperfeiçoamento do estilo nas matérias que publicaram. A comunicação com o público foi a mais simples possível, sem todavia es-corregar para a vulgaridade panfletária.

Mas *O Popular* não foi, positivamente, um jornal de grande penetração e influência na opinião pública. A *Última Hora*, pela qualidade de sua apresentação gráfica, aliada ao plantel profissional de alto nível — o mais bem pago do Rio de Janeiro — e com capacidade de cobrir jornalisticamente todos os setores — político, esportivo e de assuntos do cotidiano — tornara-se imbatível na preferência do público que *O Popular* pretendia alcançar.

Velasco e Mangabeira nunca foram jornalistas profissionais. Por isso, a nossa interpretação é que *O Popular* foi um jornal criado para um momento de transição política — crivada de incertezas, de crises e de insatisfações — e que procurou, dentro de suas limitações, cumprir sua missão de formar e informar a opinião pública, enriquecer o debate e fortalecer a corrente nacionalista.

Se a receptividade de *O Popular* não foi das mais expressivas, é porque a opinião pública da época não estava, nem de longe, propícia ao favorecimento do nacionalismo, principalmente quando não se podia dissociá-lo de seus compromissos com a preservação da legalidade que Vargas, criador do Estado Novo, agora encarnava.

O Emancipação

Ligado oficialmente ao Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e à Liga de Emancipação Nacional,³⁰ o jornal *Emancipação* lançou o primeiro número em 2 de fevereiro de 1949, circulando semanalmente. O jornal tinha como objetivo estender a luta antiimperialista a setores que ela até então só atingira circunstancialmente e de maneira um tanto superficial.

O intenso engajamento dos nacionalistas na questão do petróleo concorria para colocar em posição secundária outras questões, como a internacionalização da Amazônia, a ausência de controle das exportações de minérios estratégicos, as concessões desordenadas para a exploração das jazidas de ferro, e o controle das fontes produtoras de energia elétrica por parte de empresas estrangeiras (questão agravada pelas crises sucessivas no abastecimento das grandes cidades).

O *Emancipação* julgou acertado englobar todos esses problemas, dispensando-lhes tratamento semelhante ao dado à campanha do petróleo.

O fato de ter surgido em fevereiro de 1949, no momento em que ocorria o rompimento do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo com o grupo do *Jornal de Debates*, sinaliza o esforço do grupo dominante do CEDP para escorar-se em outro periódico, mais fechado e rígido nas matérias que editava, sem aberturas e sem concessões a colaboradores que não fossem aqueles previamente consentidos pela direção do jornal. Essa mesma postura, como veremos, seria adotada mais tarde por Osvaldo Costa na direção de *O Semanário*.

³⁰ Liga de Emancipação Nacional: sociedade civil fundada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 5 de abril de 1954, por iniciativa do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (sobre o Cedpen, ver nota 6). A Liga da Emancipação Nacional (LEN) tinha por objetivo defender as liberdades democráticas e lutar pelo desenvolvimento e independência econômica do país. Suas atividades eram veiculadas pelo jornal *Emancipação*. Ela tentou desempenhar o papel de coordenadora das lutas nacionalistas, e seu surgimento não significou o fim das atividades do Cedpen. A LEN foi fechada por decreto do presidente Juscelino Kubitschek em junho de 1956.

Para sustentar o radicalismo dessa linha, o *Emancipação* não fez a menor questão de prestigiar o jornalismo profissional em suas colunas. Maria Augusta Tibiriçá, em seu livro *O petróleo é nosso* (Miranda, 1983), aponta essa determinação:

"De fevereiro de 1949 a dezembro de 1956, desinteressadamente, economistas, técnicos, membros do Centro do Petróleo e personalidades ligadas à vida pública do país constituíam uma equipe de colaboradores, permanentes ou não."

Os militares estavam à frente do comando do jornal, apesar da presença de alguns jornalistas profissionais em seu conselho editorial. A direção estava a cargo dos coronéis Artur Carnaúba, Hildebrando Pelágio e Felicíssimo Cardoso. O redator-chefe era o capitão Joaquim Pessoa de Andrade. É possível que tal expediente tenha sido propositalmente escolhido pela Liga para dar impressão de uma "proteção bélica" a cercar a publicação.

No primeiro número, o artigo de maior destaque era o do general Raimundo Sampaio, sob o título "Pela preservação das riquezas minerais do país". Esse número obteve ainda colaborações de grande prestígio, escritas por civis e militares com atuação marcante nas lutas políticas; entre elas podemos citar: "A polícia viola a Constituição", do senador Domingos Velasco; "Pátria e petróleo", do comandante Alfredo de Moraes Filho; "Defender o petróleo é lutar pela soberania brasileira e a paz", de Alice Tibiriçá; "Os povos cristãos e os indígenas", do engenheiro Luís Hildebrando Horta Barbosa; "As indústrias de álcalis no Brasil, a ação dos trustes e o entreguismo", do engenheiro químico Jorge da Cunha; "Energia elétrica, problema nacional", do engenheiro Rodrigues Monteiro, e "Atentado à cultura jurídica", do deputado Euzébio Rocha.

O general Raimundo Sampaio, colaborador de destaque do primeiro número, tomara parte na derrubada de Vargas e nunca deixou de revelar suas convicções conservadoras. Na ocasião em que os expedicionários brasileiros retornaram das frentes de combate na Itália, ele comandava a 4ª Região Militar, com sede em Juiz de Fora, Minas

Gerais, e não permitiu que os comunistas participassem dos festejos em homenagem aos heróis da cidade. Todavia, jamais transgrediu a sua fé no nacionalismo, por mais que lesse nos jornais afirmações de que o nacionalismo não passava de um disfarce local do comunismo, que o Centro do Petróleo era a frente legal do PCB, e que os nomes das pessoas com as quais convivia na campanha do petróleo já freqüentavam, de muito tempo, os robustos calhamaços que se empilhavam nas prateleiras do Dops. Apesar de tudo isso, Sampaio nunca deixou de participar das atividades do Centro, nem de assinar colunas no *Eman-cipação*.

“Nesta ordem de idéias, objetivando a proteção geral dos nossos recursos minerais — escreve o general Sampaio —, parece que, ao lado da campanha em curso, da defesa do petróleo, seja empreendida, desde já, uma ação sistemática no sentido de preservar do perigo da exaustão não só as jazidas de minérios radioativos em geral, como, principalmente, as dos minérios uraníferos e toríferos, cuja exportação, sem o mínimo de controle técnico, se vem realizando, com ampla liberdade, já há vários anos.”

Durante o ano de 1950, o jornal dirigia seus ataques mais violentos contra o governo Dutra e contra as medidas e os atos que este promovia: Estatuto do Petróleo, Lei de Segurança Nacional, Instituto Internacional da Hiléia, assim como repetidas ações violentas da Polícia Especial, permanentemente mobilizada para dissolver comícios da oposição. O *Eman-cipação* não definiu posição com respeito à sucessão presidencial, para a qual concorriam Getúlio, Eduardo Gomes e Cristiano Machado. Limitou-se o jornal a indicar aos militantes da campanha do petróleo as candidaturas de Lobo Carneiro, para deputado federal, e de Henrique Miranda, para vereador, ambos sob a legenda pouco representativa do Partido Republicano Trabalhista.

No ano seguinte, os temas anteriormente tratados pelo jornal continuavam a merecer suas preferências editoriais, sendo além disso acrescentadas denúncias a respeito dos objetivos da Conferência dos Chan-

celerês.³¹ O *Emancipação* previa pressões sobre o governo brasileiro, no sentido de que tropas do país fossem enviadas à Coreia para lutar sob as ordens de MacArthur.

A Mensagem nº 1.516, enviada por Vargas ao Congresso e na qual se propunha a constituição de uma empresa de economia mista como solução definitiva para a política petrolífera do país, foi combatida com vigor pelo jornal.

No primeiro semestre de 1952, toda a carga de combatividade política do jornal era lançada sobre o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e contra as prisões dos oficiais que participavam, no Clube Militar, da campanha pela reeleição da chapa Estillac-Horta. A partir de julho, no entanto, as matérias publicadas destinam-se à propaganda da III Convenção Nacional do Petróleo, marcada para agosto.

Em julho, o governo brasileiro recebe a visita oficial do secretário de Estado do governo Truman, Dean Acheson, que vinha discutir a colaboração militar brasileira na guerra da Coreia, tendo também o propósito de abrandar a posição das autoridades brasileiras e possibilitar a retirada dos dispositivos monopolistas introduzidos no projeto da Petrobras.³²

Quando Dean Acheson estava para chegar, a Liga de Emancipação Nacional já havia escolhido a data do mês de agosto para a realização do III Congresso do Petróleo. Foi quando o coronel Francisco Rosas, diretor do Departamento de Ordem Política e Social, pediu ao governo a suspensão do Congresso e de qualquer espécie de publicidade a seu

³¹ A IV Reunião Consultiva dos Chanceleres Americanos, convocada para março de 1951, em Washington, teria por objetivo, segundo alguns analistas, coordenar o apoio latino-americano à intervenção dos Estados Unidos na guerra da Coreia. O representante do Brasil foi o ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura. O Brasil nesse encontro fez uma série de acordos com os Estados Unidos, inclusive sobre a exportação de minerais estratégicos.

³² Tais dispositivos foram introduzidos pelos substitutivos Euzébio Rocha, de janeiro, e Bilac Pinto, de junho daquele ano; com o agravante, do ponto de vista norte-americano, de que o dispositivo de Euzébio Rocha já havia sido aprovado na Comissão de Segurança Nacional, que incorporou o parecer do relator, deputado Lima Figueiredo (PSD-SP).

respeito, para evitar constrangimento ao “ilustre visitante”. A reação foi vigorosa e repercutiu em todos os níveis da representação nacional, especialmente no Congresso, onde o líder do governo, deputado Gustavo Capanema, com todos os prodígios de sua eloquência parlamentar, tentava provar que o presidente da República nada tinha a ver com aquele disparate cometido por um subalterno leviano e irresponsável — o que, embora fosse verdade, não modificava a posição do *Emancipação*, para o qual Getúlio Vargas não devia ser isentado dos erros cometidos por pessoas ligadas a seu governo.

O acontecimento maior do ano de 1953 foi a tramitação parlamentar do projeto da Petrobras. O jornal aprovou com satisfação a derrubada da Emenda nº 32, de autoria do senador Ismar de Góis (PSD-AL), que instituíra para a pesquisa petrolífera o regime dos contratos de risco (mais tarde adotado pelo governo Geisel). A derrota da Emenda nº 32 ocorreu quando o projeto retornou à Câmara para que esta examinasse as modificações introduzidas pelo Senado. Foi relatada pelo deputado Lúcio Bitencourt (PTB-MG) e aprovada pelo plenário, tendo como consequência sua homologação, pelo presidente da República, com a entrada em vigor da Lei nº 2.004, de 3 de outubro daquele ano.

Em janeiro de 1954 a concessão do manganês de Urucum, em Mato Grosso, à United States Steel leva o jornal a proferir novos ataques ao governo Vargas.

“Enquanto se externa em tiradas para tocar os sentimentos do povo, vai o governo do sr. Getúlio Vargas se entregando ao inimigo declarado do nosso progresso.”

Uma reportagem intitulada “Desnacionalização da Amazônia”, de autoria do juiz Osny Duarte Pereira, ocupa as duas páginas centrais do jornal. O texto do subtítulo é o seguinte: “Basta dizer que Manaus, em 80 mil habitantes, acusa a assombrosa legião de 10 mil tuberculosos. Belém e Manaus não têm luz elétrica suficiente, não têm água, não têm carne, os hotéis importam gêneros alimentícios porque a miséria ambiente é assombrosa”. A maior parte do jornal anuncia a realização do IV Congresso Nacional do Petróleo, que se realizaria em abril.

Os ataques contra Vargas são reiterados e constantes, desencadeados em um nível de agressividade só comparável ao grau de retaliação da oposição parlamentar udenista.

Mas depois de 24 de agosto o tom da linguagem já é outro. O número de setembro, referindo-se ao governo Café Filho, traz a seguinte manchete: "Derrotar o governo golpista e o imperialismo ianque. Tudo por eleições livres em 3 de outubro". A matéria salientava o empenho de Café Filho no adiamento das eleições parlamentares e estaduais de 3 de outubro, sob a alegação de que a nação iria votar sob o impacto emocional do povo, atingido pela tragédia de 24 de agosto.

Com essa nova orientação, o jornal publica a nota oficial da Liga de Emancipação Nacional, assinada por seu presidente, general Edgar Buxbaum:

"A situação criada com os dramáticos acontecimentos da madrugada de hoje, que culminaram com a morte do sr. presidente da República, confirma as graves advertências e previsões da Liga em sua reunião do dia 22 em São Paulo. Tal situação não é de molde a tranquilizar os patriotas e democratas mas, ao contrário, exige que redobrem esforços e se mantenham vigilantes na defesa das liberdades democráticas ameaçadas e da realização das eleições livres em 3 de outubro.

A crise político-militar, de acentuado cunho golpista que se desenvolve e se agrava a cada instante, e na qual são evidentes a inspiração e a presença dos nefastos monopólios norte-americanos e do próprio governo dos Estados Unidos, impõe que todos se preparem a fim de impedir que venham a ocorrer novos e inomináveis atentados aos direitos e franquias constitucionais."

Também entre as lideranças militares nacionalistas desenhavam-se novas ênfases e conexões. O general Estillac Leal, então comandante da Zona Militar Centro (SP), havia reatado suas relações pessoais com o

general Zenóbio da Costa, que vinham se mantendo tensas desde o início do governo Vargas, quando Zenóbio fora preterido para o Ministério da Guerra, em favor de Estillac. A situação agora estava modificada. Estillac já havia deixado o ministério em 1952, e em fevereiro de 1954, quando foi divulgado o "Manifesto dos coronéis", que afastou o general Ciro do Espírito Santo Cardoso, seu substituto veio a ser exatamente Zenóbio. Como os grandes comandos eram quase todos dominados por generais e coronéis da Cruzada Democrática, Zenóbio sentiu que a única frente militar respeitável que aceitaria ser convocada para defender o governo seria a de São Paulo, sob o controle de Estillac. Quando Getúlio se matou, Estillac reuniu a tropa para marchar em direção ao Rio de Janeiro, mas Zenóbio o conteve, informando-lhe que a situação estava sob controle.³³

O *Emancipação* inclui, em seu número de setembro, o seguinte trecho do discurso de Estillac, pronunciado em São Paulo, ainda sob efeito da agitação político-militar gerada pela morte de Vargas:

"Sob os auspícios de uma democracia em constante aperfeiçoamento, mercê da escolha, cada vez mais sábia, de homens públicos, estou certo de que será evitado no Brasil o quadro da existência do terrível binômio, de um progresso cada vez maior e de uma miséria também cada vez maior, lado a lado para a estupefação e o aniquilamento do próprio homem. Eis a consequência trágica da exploração imperialista internacional que há um século infelicitiza grandes massas da população do planeta.

Falemos claro: queremos a industrialização das nossas matérias-primas, dentro do nosso território; queremos o nosso mercado interno para os nossos produtos; queremos fabricar nossas próprias armas de guerra e produzir a nossa própria energia; acreditamos na capacidade dos nossos próprios técnicos e na excelência de nossa mão-

³³ Informação pessoal, fornecida ao autor pelo ex-deputado paulista Euzébio Rocha, amigo pessoal de Estillac.

de-obra, capazes de produzir maquinaria de toda natureza, exigida pelo progresso moderno. Repelimos com energia quaisquer argumentos em contrário. Proclamamos, assim, a nossa intransigente fé nacionalista na solução dos nossos 'problemas de base', em proveito exclusivo e total do generoso povo brasileiro."

Na mesma ocasião, o jornal faz um resumo biográfico negativo dos elementos civis e militares que passaram a compor o Ministério de Café Filho.

O novo governo não podia prescindir do apoio do PSD, especialmente do PSD mineiro, que constituía a maior bancada parlamentar do partido na Câmara. Essa preferência pelos mineiros era também uma forma de comprometer Juscelino com a situação criada depois de 24 de agosto. Juscelino então indicou Lucas Lopes para o Ministério de Viação e Obras Públicas. Dele, diz o jornal:

"Foi um dos cinco elementos 'nativos' designados para dizer 'amém' aos projetos da célebre Comissão Mista Brasil-EUA, cujo escopo, tipicamente colonial, foi sempre o de melhorar portos e vias férreas para facilitar ainda mais a drenagem de nossas riquezas naturais para o colosso do Norte."

O marechal Lott, ministro da Guerra, é também pejorativamente biografado:

"Educado na Alemanha, tem a mentalidade formada no espírito prussiano. Escusou-se, por germanófilo, de participar da FEB que ajudou a esmagar o nazifascismo na Europa. Cultor intransigente de uma disciplina cega, é infenso por índole a que o povo usufrua as liberdades democráticas. Perseguiu de modo mesquinho, mandando arbitrariamente cortar-lhe os vencimentos, a um patriota da estatura do general Leônidas Cardoso, pretendendo impedir a participação daquele ilustre militar na campanha do povo em defesa do petróleo."

Mas em 11 de novembro de 1955, Lott, à frente da tropa, derrubou o governo Café Filho, acusando-o de tentar embargar, pelo recurso do golpe e da ilegalidade, a posse de Juscelino e Goulart em 31 de janeiro do ano seguinte. O conceito que o *Emancipação* faz do general Lott se modifica, acompanhando a transformação do ambiente político. Afirma o editorial "Unidade e vigilância":

"A decisiva ação das Forças Armadas, sob o comando do ilustre general Teixeira Lott, consubstanci[ou,] na madrugada de 11 [de novembro], o enérgico repúdio dos democratas. Naquele instante souberam unir-se e repelir o golpe nos mais diversos setores do povo brasileiro. Dos sindicatos e corporações profissionais veio a palavra vibrante dos líderes e dos trabalhadores em geral, exigindo respeito à Constituição e apoiando as medidas adotadas."

E, mais adiante:

"O respeito às liberdades e garantias constitucionais implica a posse dos eleitos a 31 de janeiro próximo. É essa a exigência popular da maioria esmagadora do eleitorado brasileiro, inclusive milhões que, por uma ou outra razão, votaram em candidatos não eleitos."

Nas páginas centrais, o movimento é reconstituído em seus lances mais expressivos, através de uma ampla reportagem de Nilo da Silveira Werneck sob o título "Como foi ganha a batalha da Constituição". As fotos mostram populares no Campo de Santana, enfeitando com flores os tanques e canhões e confraternizando com oficiais e soldados.

Em fevereiro de 1956, publica-se um longo discurso do general Artur Levi, presidente da Petrobras, transmitindo o cargo ao tenente-coronel Janari Nunes. A base do discurso de Levi é uma resposta às tendências manifestadas pelos grupos conservadores que deram apoio a Juscelino na

campanha eleitoral, para os quais a eficiência da empresa teria antes de ser testada, para só depois se decidir sobre a conveniência de se manter o monopólio estatal.

Essa intenção foi desfeita no mês seguinte, na Conferência do Panamá, quando Juscelino, abordado por Eisenhower, declarou que seu governo não desejava alterar a Lei nº 2.004, que fez vigorar integralmente no país o monopólio estatal do petróleo.

A circulação do jornal chegou a avançar, de forma um tanto irregular, pelo ano de 1957,³⁴ mas suas condições de sobrevivência já haviam se tornado precárias desde fevereiro de 1956, quando Juscelino, por decreto, determinou o fechamento da Liga de Emancipação Nacional e de outras organizações civis.

O Semanário

O jornal fundado por Osvaldo Costa e Joel Silveira viveu uma época e uma situação bem diversas daquelas que tantos obstáculos e tropeços trouxeram para a existência dos órgãos nacionalistas que o antecederam.

No governo de Juscelino Kubitschek, quando o jornal começou a circular (abril de 1956), a inquietação militar já fora amortecida em suas fontes de germinação, graças em parte à determinação dos comandos que, intervindo em 11 de novembro do ano anterior para assegurar a posse dos candidatos eleitos em 3 de outubro daquele mesmo ano, garantiram a preservação da normalidade democrática. Além disso, o empresariado aprovava os efeitos de prosperidade econômica que o Programa de Metas governamental vinha produzindo, e os sindicatos estavam apaziguados pelas perspectivas de pleno emprego trazidas pelo progresso e crescimento econômico resultantes da implantação industrial que se destinava a reduzir o ônus das importações.

³⁴ A coleção do jornal *Emancipação* armazenada na Biblioteca Nacional, além de incompleta, não está, em grande parte, disponível para consulta, devido ao mau estado de conservação. Além disso, as informações dadas por antigos funcionários ou colaboradores do jornal são vagas e imprecisas.

Juscelino não respeitava a nítida divisão teórica que então opunha os adeptos das duas doutrinas econômicas mais influentes no país: monetaristas, que seguiam as regras ortodoxas estabelecidas pelo FMI, e estruturalistas, que acompanhavam a linha da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), segundo a qual o poder estatal tinha responsabilidades intransferíveis na iniciativa do desenvolvimento. E a mesma flexibilidade se fazia notar quanto a diferenças ideológicas em sentido amplo. No governo de Juscelino, tanto Roberto Campos podia trabalhar no Programa de Metas, quanto Oscar Niemeyer na construção de Brasília e Celso Furtado na elaboração do projeto da Sudene. O técnico governamental, na concepção de Juscelino, era um assessor, ou um planejador, ou até mesmo um executor de obras previamente traçadas por um programa de governo e sobre as quais pesava a autoridade pessoal do presidente, função da própria característica do regime presidencialista.

Durante o governo de Juscelino, *O Semanário* não pôde contar com a publicidade das instituições oficiais, e muito menos do empresariado privado, tradicional beneficiário do protecionismo estatal. Por outro lado, também não teve de enfrentar percalços ou coação nas várias oportunidades em que o governo e o jornal se defrontaram. A democracia, nos "anos dourados", favorecia, sem o susto dos tremores e estremecimentos, a plácida coexistência dos contrários. A onda sonora que rompia dos estridentes agudos da "banda de música" (como era chamada a UDN) e os estampidos que zumbiam de suas furiosas pirotecnias não chegavam a ameaçar a estabilidade política e econômica nem a reanimar a inconformidade dos quartéis.

Os nacionalistas da época, inclusive os parlamentares do PSD que apoiavam o movimento, e mais especialmente ainda *O Semanário*, tinham dificuldade em hostilizar aquelas medidas governamentais favoráveis ao capital estrangeiro — notadamente nos setores da siderurgia, da construção naval e dos veículos automotores — que não implicavam prejuízo do funcionamento e da estabilidade dos organismos estatais já montados. Havia um prudente temor de que críticas mais duras pudessem concorrer para desestabilizar o governo: o episódio de 24 de agosto, mesmo que sem suicídio, não podia se repetir.

O Semanário, cuja vida foi mais longa que *O Popular* — talvez pelo fato de não ser um jornal diário: circulava regularmente todas as quintas-

feiras —, teve em comum com este a posição ou princípio que condicionava a viabilidade da política nacionalista à solidariedade militar, principalmente do Exército. O jornal de Velasco e Mangabeira escudava-se na autoridade de Estillac Leal, e *O Semanário*, na posição de destaque assumida por Lott, que se tornou um líder nacionalista após o movimento de 11 de novembro de 1955, por ele chefiado, e que garantiu as investidas de Juscelino e João Goulart. Nos dois casos, tais posições valiam pelo reconhecimento de que o nacionalismo brasileiro associava-se à segurança da legalidade democrática, que por sua vez dependia forçosamente, em última análise, da coesão de um dispositivo militar solidário com as postulações do programa nacionalista.

Ao contrário de *O Popular*, no entanto, *O Semanário* nunca deu importância à preocupação de diferenciar o nacionalismo do comunismo. Mesmo porque, os comunistas, na eleição de JK, haviam aberta e declaradamente apoiado a candidatura da coligação PSD-PTB-PR. Da mesma forma, os atos de Juscelino, como por exemplo o Acordo de Fernando Noronha,³⁵ foram combatidos tanto por *O Semanário* quanto pelos jornais do PCB.

Osvaldo Costa, no entanto, era cauteloso no exame das colaborações que os comunistas eventualmente enviavam para publicação em seu jornal, pois poderiam implicar muitas vezes em posições que não correspondiam completamente às suas convicções nacionalistas. Depois de 31 de janeiro de 1961, os comunistas tentaram, várias vezes, aproximação política com Jânio Quadros, como reação positiva a suas promessas de adesão ao rea-

³⁵ O Acordo de Fernando de Noronha foi celebrado em 21 de janeiro de 1957 entre os governos brasileiro e norte-americano. O ajuste referente à utilização da ilha de Fernando de Noronha, então território federal, como base de futuras "instalações, especialmente de natureza eletrônica, relacionadas com o acompanhamento de projéteis teleguiados" estabelecia que as referidas instalações seriam construídas por especialistas e técnicos norte-americanos, assistidos por especialistas e técnicos brasileiros, ressaltando que o comando ficaria a cargo de oficial brasileiro e que na ilha continuaria a ser hasteada exclusivamente a bandeira brasileira. A Frente Parlamentar Nacionalista e a União Nacional dos Estudantes não concordaram com a denominação "ajuste" dada a essa nova obrigação internacional do Brasil. Acreditavam que o governo se servia desse expediente com o intuito de evitar que o assunto viesse a depender da autorização do Congresso.

tamento de relações diplomáticas e comerciais com os países do Leste europeu, de apoio à posição neutralista dos países africanos e asiáticos, e de solidariedade aos movimentos que se opunham a uma possível intervenção militar norte-americana em Cuba.

O Semanário não foi, de forma alguma, indiferente a essas manifestações. Admitia até que a tentativa de fortalecer politicamente o conjunto dos países periféricos tinha consonância com o nacionalismo propugnado pelo jornal para a política brasileira. Apenas não concordava com a idéia de que Jânio Quadros fosse capaz de conduzir confiavelmente essas iniciativas. Para *O Semanário*, toda a política de Jânio estava fundamentada no espírito da Instrução nº 204,³⁶ que anulava qualquer sombra ou pretensão de ruptura com as forças conservadoras que o haviam eleito. E, para justificar sua descrença, referia-se à fisionomia política do Ministério montado por Jânio.³⁷

Na corrente nacionalista havia alguns grupos que procuravam minimizar as atitudes e medidas tomadas por Jânio Quadros, as quais eram consideradas conservadoras por *O Semanário*. O jornal não aceitava contemporar com Jânio e chegava mesmo a entrar em choque com aqueles grupos nacionalistas que tendiam a apoiar o presidente. Quanto a essa postura crítica adotada por *O Semanário*, Osvaldo Costa era de uma severidade implacável. Por outro lado, não aceitava nenhuma matéria que

³⁶ Instrução nº 204: medida tomada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) em 13 de março de 1961, durante o governo de Jânio Quadros, que tinha como orientadores de sua política econômica o ministro da Fazenda, Clemente Mariani, e o superintendente da Sumoc, Octavio Gouvêa de Bulhões. A Instrução nº 204 implicou uma considerável modificação do regime cambial, na direção do chamado "realismo cambial". O "câmbio de custo", mantido fixo por mais de dois anos, foi desvalorizado em 100%. A impopularidade da medida é explicável pelo impacto que o aumento dos preços de alguns importantes insumos importados teve sobre bens e serviços de consumo popular, como pão, produtos agrícolas, serviços públicos, jornais (ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1984).

³⁷ Exemplos do prevailecimento da tendência conservadora invocados pelo jornal foram a nomeação de Clemente Mariani para o Ministério da Fazenda e o aproveitamento, nos comandos e nas assessorias militares, dos elementos mais representativos da Cruzada Democrática, ao mesmo tempo que se deixava em disponibilidade os oficiais que seguiram a liderança nacionalista-democrática de Lott.

fizesse qualquer espécie de referência discriminatória contra os comunistas. O jornal, para ele, tinha uma finalidade que julgava inegociável: pregar o nacionalismo e atacar sem trégua os que acampavam no lado oposto.

Osvaldo Costa não considerava o nacionalismo uma ideologia. Encarava-o como uma conjunção de forças heterogêneas, reunidas em torno de um ponto de vista comum, que se traduzia na conquista da independência econômica do país e na manutenção límpida das instituições democráticas, das quais o voto popular constituía o único sustentáculo legítimo. Ele atuava como o corregedor permanente de toda essa coerência quase dogmática: seu jornal não havia sido criado para absorver concessões. Além disso, estava convencido de que, alcançando uma venda avulsa semanal de 100 mil exemplares, poderia dispensar qualquer tipo de publicidade comercial e garantir a autonomia financeira da publicação.

Não é certo que a tenha alcançado. Seja como for, é certo que em nenhum momento Osvaldo Costa pensou em se tornar um empresário jornalístico, no sentido administrativo comercial do termo. Pretendia apenas ser, como de fato foi, o diretor de um jornal de combate, ajudado pela colaboração gratuita e espontânea dos que pensavam como ele e nele acreditavam. Em outras palavras, longe de ser um negócio, *O Semanário* era uma obra de apostolado político.

Numa época de grandes empreendimentos que tinham no lucro sua razão de ser e sua meta principal, Osvaldo Costa procurava reencontrar-se com a era romântica do jornalismo de opinião, que a sociedade industrial já não mais assimilava. Pelo menos em parte ele o conseguiu — e quanto a isso pode pessoalmente testemunhar o autor deste trabalho.

Natural do Pará, baixo e gordo, o riso franco e aberto, sempre propenso a esticar-se numa prolongada e ruidosa gargalhada, dotado de um temperamento marcado pela inquietude e pelo otimismo, que não se exauriam nas mais angustiosas amarguras, Osvaldo Costa era de uma segurança notável quanto ao êxito da tarefa que assumira, depois de uma carreira profissional em que a vasta experiência acumulada remontava aos primeiros anos do tenentismo.

Os adversários criticavam a ingenuidade de sua crença, mas o respeitavam. Os correligionários por vezes se espantavam com sua audácia e sua coragem. Mas dos amigos conquistou o compromisso da fidelidade

política e a garantia da cooperação profissional, que se mantiveram durante todo o ciclo de vida que *O Semanário* percorreu.

Os anos 1956-60 foram repletos de acontecimentos que, em virtude do volume de suas repercussões, tiveram grande importância, pelo menos naquele período determinado, para a consolidação do movimento nacionalista no Brasil, o qual, como se sabe, foi dissolvido pelo golpe de abril de 1964. Em meados de 1955, na fase mais dramática da campanha eleitoral que terminou com a vitória de Juscelino, o deputado Abguar Bastos (PTB-SP) anunciou no plenário da Câmara a formação da Frente Parlamentar Nacionalista. A Frente tinha como uma de suas características básicas a aglutinação, em torno de seu projeto político, de deputados de vários partidos, mobilizados para a defesa da indústria nacional, já preconizada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), que fora criado no governo Café Filho, quando era ministro da Educação o professor Cândido Mota Filho.

Em maio de 1956, no mês seguinte à criação de *O Semanário*, o grupo lottista do Exército, animado pelo êxito do contragolpe de 11 de novembro, retoma o controle do Clube Militar com a eleição do general João de Segadas Viana para a presidência da entidade. Ainda no mês de maio de 1956, nos dias 30 e 31, a União Metropolitana dos Estudantes (UME), em aliança com as lideranças secundaristas, paralisa todo o Rio de Janeiro com manifestações contrárias ao aumento de 100% nas passagens de bonde. Com a participação de estudantes na greve do sindicato ferroviário da Estrada de Ferro Leopoldina, tendo à frente o operário e estudante de direito Damistócles Batista, surgiu a idéia de criação de um movimento denominado Aliança Operário-Estudantil contra a Carestia, que logo passou a contar com o apoio da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, gerando pronunciamentos favoráveis também nas comunidades universitárias da Bahia e do Rio Grande do Sul.

Em função da rápida expansão do movimento, o presidente da UME, José Batista de Oliveira, da PUC-RJ, que comandara a campanha contra a Light, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) durante o XX Congresso da classe, realizado em julho, na Universidade Rural do Rio de Janeiro. *O Semanário* colocou uma página inteira, em todas as suas edições, à disposição dos estudantes nacionalistas, redigida sob responsabilidade dos universitários Benedito Silva Freire e d'Alembert Jaccourd.

A característica que mais destaca *O Semanário* do restante das publicações nacionalistas que o antecederam consiste no papel de relevo que teve na divulgação do trabalho das comissões parlamentares de inquérito realizadas durante o governo JK. Como todas elas referiam-se às suspeitas de interferência de empresas estrangeiras, notadamente norte-americanas, na vida política e administrativa do país, os jornais conservadores, sem nenhuma exceção, davam cobertura às investigações do Congresso apenas para censurar seus objetivos, fixando-se na defesa da economia de mercado, que não deveria, segundo eles, distinguir as organizações estrangeiras das nacionais.

Dessa forma, mesmo aquelas CPIs cuja instauração não foi diretamente provocada por *O Semanário* contaram incondicionalmente com o apoio e a solidariedade do jornal. Tal posição trazia, como contrapartida, a hostilidade ostensiva dos órgãos conservadores, que se voltavam contra os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista que integravam aquelas CPIs. A seguir, um acompanhamento sintético das CPIs, em sua ordem cronológica de instauração.

Energia atômica

Foi instituída pela Resolução nº 49, de 10 de dezembro de 1955, por iniciativa do deputado Renato Archer, mas só iniciou suas atividades em 12 de abril de 1956, após a circulação da edição inaugural de *O Semanário*, com depoimento do almirante Álvaro Alberto. Esta CPI era composta pelos seguintes deputados: Gabriel Passos (UDN-MG), presidente; Barros de Carvalho (UDN-PE), vice-presidente; Dagoberto Sales (PSD-SP), redator; Marcos Parente (UDN-PI), Frota Moreira (PTB-SP), Renato Archer (PSD-MA) e Colombo de Souza (PSP-CE), membros. Foram ouvidos 31 depoentes, entre os quais os físicos José Leite Lopes e Marcelo Damy, o poeta e empresário Augusto Frederico Schmidt, o engenheiro Mário da Silva Pinto, o general Juarez Távora e os ex-chanceleres João Neves da Fontoura e Raul Fernandes.

A CPI examinou pormenorizadamente os acordos de 1951, 1952, 1954 e 1955, todos eles firmados com agências norte-americanas de controle da energia atômica, e periodicamente modificados em conformidade com a

política dos Estados Unidos de evitar o acesso do Brasil ao domínio da tecnologia nuclear. Foi pelo acordo de 1952, firmado quando era ministro do Exterior o embaixador João Neves da Fontoura, que se criou a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos (Ceme), na qual foi vedada a participação de membros da comunidade científica e cujo controle estava quase exclusivamente nas mãos de funcionários do Itamarati vinculados ao Departamento Econômico chefiado pelo diplomata Edmundo Barbosa da Silva. A Ceme centralizou as atenções dos trabalhos da Comissão de Inquérito e teve sua dissolução proposta pelo relatório do deputado Dagoberto Sales, concluído, apresentado e aprovado em 25 de março de 1958.

O relatório de Dagoberto Sales sugeriu ainda a instituição do monopólio estatal "do comércio interno e externo de minérios e materiais atômicos", da "pesquisa e lavra de jazidas litorâneas" e das "indústrias de separação de isótopos radiativos". Determinou também a criação de uma Comissão de Energia Atômica "com poderes, atribuições e recursos para supervisionar, coordenar e fiscalizar tudo o que se relacione com o setor, desde a pesquisa e lavra de minérios, até a utilização industrial dessa forma de energia"; proibiu a exportação de minérios até que fosse feita uma avaliação idônea das jazidas, e condicionou sua venda para o exterior ao estabelecimento de acordos entre o governo brasileiro e o país importador, dependentes de audiências da Comissão de Energia Atômica e do Conselho de Segurança Nacional e de aprovação pelo Congresso Nacional.

Shell e Esso

No início de 1957, o jornalista Eptácio Caó, demitido da chefia de relações públicas da Shell, propôs vender a *O Semanário* documentos que provariam a interferência da empresa, juntamente com a Esso, na alta administração pública do Brasil, envolvendo políticos, militares e diretores de jornais. Osvaldo Costa aceitou a proposta de Caó e já na semana seguinte surgia a primeira de uma longa série de reportagens, intitulada "Eu vi o traste por dentro", assinada pelo ex-relações públicas da empresa petrolífera holandesa.

As denúncias de *O Semanário* repercutiram na Câmara e levaram o deputado Lutero Várgas (PTB-DF) a colher 120 assinaturas de parla-

mentares, número suficiente para a formação automática de uma CPI, que foi instaurada em 30 de julho de 1957. Subscreveram o requerimento de Lutero, entre outros, os deputados Sérgio Magalhães, Frota Moreira, Coelho de Souza, Aliomar Baleeiro, Gabriel Passos, Odilon Braga e Leônidas Cardoso, frisando que "a constituição dessa comissão se justifica em virtude das contínuas denúncias feitas não só na tribuna da Câmara e do Senado, como por vários órgãos da imprensa brasileira, sobre a ingerência dos mencionados grupos estrangeiros [Shell e Esso] na política de petróleo do Brasil e no uso do poder econômico por essas empresas em detrimento dos interesses nacionais". Foram escolhidos presidente, vice-presidente e relator da CPI, respectivamente, os deputados Lutero Vargas (PTB-DF), Gabriel Passos (UDN-MG) e Dagoberto Sales (PSD-SP); a comissão contava ainda com os seguintes membros: Aliomar Baleeiro (UDN-BA), Adolfo Gentil (PSD-CE), José Joffily (PSD-PA) e José Miraglia (PSP-SP).

Prestaram depoimento perante a CPI o general Pope de Figueiredo, o deputado Rafael Corrêa de Oliveira (UDN-PB), Maurice Williams Johnson, presidente da Esso no Brasil, Harold Winter Atcherley, presidente da Shell, Dee Andes Yount, gerente-geral da Shell, David K. Roberts, gerente da Mobil Oil em São Paulo, Armando de Moraes Sarmiento, gerente da firma de publicidade McCann Erickson, Emerson Nunes Coelho, ex-diretor da Divisão Econômica do Conselho Nacional do Petróleo, e o coronel Anderson Oscar Mascarenhas, da Força Aérea Brasileira.

Essa CPI encerrou seus trabalhos no dia 21 de janeiro de 1959, com a aprovação unânime do relatório Dagoberto Sales. Em suas conclusões, o relator defendeu a inclusão das empresas de publicidade no artigo 160 da Constituição, que vedava a participação de estrangeiros nas diretorias das empresas de comunicação. Propunha ainda o tabelamento dos preços dos combustíveis e uma decisão imediata do Conselho Nacional do Petróleo no sentido de pôr em execução a medida destinada a conceder licenciamento para que empresas nacionais, estatais ou particulares operassem no setor de distribuição de derivados.

Um dos fatos mais interessantes a respeito dessa CPI é que, durante todo o tempo em que ela funcionou, nenhum jornal ou emissora de rádio ou televisão, com sistemas diários de cobertura das atividades parla-

mentares, noticiou seus trabalhos. Silêncio tão completo a respeito da CPI foi com certeza proposital.

Rede Ferroviária Federal

No início de 1958, a Rede Ferroviária Federal fez uma grande encomenda à empresa norte-americana Budd Company para a compra de várias unidades de carros de aço inoxidável, como parte de um amplo projeto de reforma do material de tração nos ramais de São Paulo e Belo Horizonte, ligados ao Distrito Federal. A Material Ferroviário S.A. (Mafersa), dirigida pelo empresário Lauro Parente, que detinha no Brasil as patentes da Budd Company, foi a grande beneficiária da transação.

Contra essa decisão da RFF insurgiram-se as empresas brasileiras que atuavam no setor, representadas em primeiro plano pela Santa Matilde, localizada na cidade mineira de Lafayete, além da Companhia Brasileira de Material Ferroviário (Cobrasma) e da Fábrica Nacional de Vagões, ambas sediadas em São Paulo.

A RFF alegava, como justificativa, que a duração das unidades de aço inoxidável encomendadas era de 80 anos, ao passo que as empresas brasileiras só fabricavam carros de aço com carbono, que não tinham por isso durabilidade superior a 30 anos de uso ininterrupto. Os industriais brasileiros sustentavam que, no período de 80 anos, os carros de aço inoxidável, de custo muito maior do que os fornecidos pela indústria nacional, já estariam obsoletos devido ao progresso da tecnologia ferroviária.

No meio do ano, a Câmara constituiu uma CPI para examinar a controvérsia. O relator da Comissão, deputado José Pedroso (PSD-RJ), deu parecer favorável ao ponto de vista da RFF, defendida por seu presidente, engenheiro Renato Feio.

No âmbito da Frente Parlamentar Nacionalista, o assunto permaneceu nebuloso e ela não chegou a assumir uma posição. O mesmo não se deu com *O Semanário*, que não deixou de defender as contestações mantidas pela indústria nacional.

Durante o ano de 1958, *O Semanário* começou a denunciar tentativas de enfraquecer a indústria nacional de estamparias, através de facilidades cambiais concedidas pela Instrução nº 113 da Sumoc,³⁸ que permitia a importação, sem cobertura, de bens de capital já obsoletos em seus países de origem.

Baixada no governo Café Filho, quando era superintendente da Sumoc o professor Octavio Gouvêa de Bulhões, a instrução mostrou ter efeitos negativos concretos e graves quando a American Can, uma das principais indústrias norte-americanas de embalagens de folhas-de-flandres, através de sua subsidiária panamenha (a American Can International Inc.), subscreveu a maioria das ações da indústria brasileira Metalúrgica Elva. Tais ações, "emitidas como decorrência de um aumento de capital, seriam integralizadas pela American Can mediante a conferência de máquinas e equipamentos a serem importados dos Estados Unidos sem cobertura cambial" (Sales, 1959).

Diante das denúncias formuladas por *O Semanário*, a Câmara Federal decidiu instituir uma CPI com a finalidade de apreciar as conseqüências que pesavam sobre as 41 fábricas desse tipo de embalagens já implantadas no país, todas elas operadas pelo setor privado. O órgão de investigação parlamentar foi instalado sob a presidência do deputado Barros de Carvalho (PTB-PE), tendo como vice-presidente, relator e membros os deputados Alberto Torres (UDN-RJ), Dagoberto Sales (PSD-SP), Brasília Machado Neto (PSD-SP), Adail Barreto (UDN-CE), José Joffily (PSD-PB)

³⁸ Instrução nº 113: medida tomada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) em 17 de janeiro de 1955, durante o governo de João Café Filho, que tinha como ministro da Fazenda Eugênio Gudin. A instrução permitia a importação de bens de capital à taxa "livre" de câmbio por investidores estrangeiros, caso aceitassem, como forma de pagamento, a participação no capital da empresa que importasse o equipamento. A Instrução nº 113 permitia assim a entrada de capitais de risco estrangeiros no país, pois o sistema era extremamente favorável às filiais de firmas estrangeiras operantes no Brasil. Foi sob o estímulo dessa instrução que se instalou no país a indústria automobilística, um dos objetivos mais importantes do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1984).

e Neiva Moreira (PSP-MA). Figuraram como principais depoentes o diretor da Cacex,³⁹ Inácio Tosta Filho, defensor das facilidades atribuídas pela Instrução nº 113, e o industrial paulista José Vilela de Andrade, empresário do ramo e, portanto, contrário às postulações da American Can.

A CPI realizou nove sessões, sendo que a última, em 15 de janeiro de 1959, aprovou o relatório Dagoberto Sales, cujas conclusões mais importantes foram as propostas de elaboração de um Estatuto do Capital Estrangeiro (que não chegou a se concretizar) e a imediata revogação da Instrução nº 113.

Acordo de Roboré

Em fins de 1957, o coronel José Alexínio Bittencourt, então presidente do Conselho Nacional do Petróleo, levantou uma série de críticas aos programas de investimentos da Petrobras, qualificando-os de inflacionários, uma vez que a empresa estatal não encontrava petróleo no país e desperdiçava divisas na importação de óleo bruto. Propunha, em função disso, a concessão de estímulos financeiros às empresas privadas habilitadas a atuar no setor, independentemente de sua origem nacional ou estrangeira.

³⁹ A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) foi criada em 29 de dezembro de 1953, em substituição à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim). A reforma cambial de 1953 pôs fim a uma campanha contrária ao regime de licenciamento prévio para importações, no qual a Cexim emitia as licenças de importação em função de uma hierarquização de prioridades, o que a deixava sujeita a um jogo de fortes interesses, sendo acusada de praticar atos de favorecimento. As alterações introduzidas significaram a instituição de um mercado livre de câmbio para algumas operações, e, pela Instrução nº 70 da Sumoc, a adoção de um sistema de leilões de câmbio (mais precisamente de "promessas de venda de câmbio" — PVC), realizados por categorias de produtos, com o acesso às divisas regulado pelo mercado. Uma vez adquirida a "promessa de venda de câmbio", o importador praticamente tinha assegurado seu direito a obter licença para importação. A concessão de licenças de importação pelo novo mecanismo ficaria a cargo da Cacex. Também competia a ela, entre outras atribuições, emitir licenças de exportação, fiscalizar preços, pesos, medidas etc. nas operações externas. Couberam à Cacex todas as funções relacionadas à execução da política de comércio exterior do país (ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1984).

Contra Alexínio investiu o coronel Janari Nunes, presidente da Petrobras, o que ocasionou dentro do governo uma confrontação de pontos de vista cujos efeitos extrapolaram a esfera do Executivo, provocando manifestações nas Forças Armadas, no Congresso e na opinião pública.

O *Semanário* tomou posição firme ao lado de Janari e denunciou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE),⁴⁰ dominado pela equipe de Roberto Campos, vinha aplicando recursos em favor de particulares nacionais e estrangeiros, incentivados pela assinatura da chamada Ata de Roboré, assinada em La Paz a 28 de março de 1958 pelos chanceleres José Carlos de Macedo Soares e Manuel Barrau Peláez. A Ata de Roboré constava de 29 reversais que, a pretexto de regulamentar o tratado de 1938, na verdade alteravam o seu texto.⁴¹ O deputado Gabriel Passos argumentou em vários discursos e conferências que a Ata de Roboré, por modificar e desfigurar o tratado de 1938, estabelecia na prática um novo tratado, suscetível, portanto, de apreciação pelo Congresso Nacional.

⁴⁰ Mais tarde, o atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

⁴¹ Acordo de Roboré: foi como ficaram conhecidas as notas reversais acrescidas em 28 de março de 1958 ao Tratado sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano, assinado pelo Brasil e Bolívia em 1938. A assinatura do tratado baseara-se na expectativa do desencadeamento da Segunda Guerra Mundial e do alastramento do conflito às áreas produtoras de petróleo que supriam as necessidades brasileiras. O Brasil, assim, cuidou de assegurar a normalidade do abastecimento nas proximidades de suas fronteiras, longe, portanto, das zonas mais provavelmente sujeitas à conflagração. Segundo o tratado, os dois países signatários fariam estudos para verificar as reais potencialidades das jazidas petrolíferas. Uma série de problemas fez com que as negociações permanecessem paralisadas até 1958, quando foi assinado o documento do Acordo de Roboré (ou Ata de Roboré), sob a justificativa de atualização do compromisso de 1938. O acordo, no entanto, provocou intensos debates nos meios políticos e universitários, principalmente entre os grupos nacionalistas, que consideraram o acordo um instrumento que possibilitava a entrada de empresas privadas na prospecção da zona concedida ao Brasil para exploração. Pelo tratado de 1938, somente empresas mistas brasileiro-bolivianas poderiam explorar as reservas. Devido à forte oposição ao acordo, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito, que concluiu pela necessidade de submeter o acordo à aprovação do Congresso. A partir de 1963, com o decreto que atribuiu à Petrobras o monopólio da importação de óleo e com a criação da subsidiária Petrobras Internacional, as companhias estrangeiras interessadas em explorar o petróleo boliviano perderam seu instrumento legal (ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1984).

Como o governo pensasse de modo diferente, Gabriel Passos tomou a iniciativa de convocar uma CPI para apurar a extensão dos compromissos assumidos pela missão Macedo Soares em La Paz. A conclusão ratificou os argumentos de Passos de que as notas reversais constituíam um novo tratado que devia ser submetido à aprovação do Congresso.

Subseqüentemente, as empresas selecionadas pelo Conselho Nacional do Petróleo não deram andamento às suas pretensões de investir no altiplano boliviano. A demissão de Roberto Campos da presidência do BNDE, o órgão financiador da iniciativa, serviu como fator de enfraquecimento do empreendimento.

Hanna

A Hanna era uma das grandes empresas mineradoras norte-americanas, com imensas concessões no Canadá, e que decidiu, a partir de 1957, expandir suas atividades ao quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. Vinha prestigiada pelo grupo dirigente do BNDE, o qual argumentava que a Companhia Vale do Rio Doce não sustentava sozinha a meta de exportação anual de 30 milhões de toneladas de minério de ferro. A Vale, evidentemente, não concordava com essa avaliação. *O Semanário*, alertado pelo deputado Gabriel Passos, assumiu a defesa da empresa estatal brasileira e passou a combater a concessão obtida pela Hanna. Já na qualidade de porta-voz da Frente Parlamentar Nacionalista,⁴² o jornal influenciou enormemente a atuação dos integrantes daquele movimento no Congresso Nacional.

Em decorrência de proposição de Gabriel, a Câmara resolveu constituir uma CPI, sob a presidência do deputado Último Carvalho (PSD-MG). Gabriel Passos, escolhido relator, permaneceu com esse encargo até setembro de 1961, quando foi designado ministro das Minas e Ener-

⁴² A Frente era formada por um grupo de deputados de vários partidos que, nas legislaturas entre 1956 e 1964, se comprometeram a defender no Congresso políticas e soluções nacionalistas para os problemas do desenvolvimento brasileiro.

gia do gabinete parlamentarista chefiado por Tancredo Neves. Em 27 de outubro daquele ano a CPI concluiu seus trabalhos e tomou as seguintes resoluções, reproduzidas aqui textualmente, conforme parecer do relator:

"a) oferecer à São João D'el Rey [denominação brasileira da Hanna], no prazo de noventa dias, uma oportunidade para reagrupar, na sua primitiva estrutura social, todas as companhias por ela criadas e desmembradas de seu patrimônio e assumir novamente a direção do negócio a que se propôs realizar no país;

b) caso tal não se dê que se faça a desapropriação das ações da São João D'el Rey, por serem aqui sediadas, e dos bens e direitos que a empresa possui no Brasil de vez que, tendo sua sede no estrangeiro, não nos é possível a medida pleiteada sobre suas ações;

c) que se autorize o Poder Executivo a constituir uma sociedade anônima a que se propunham as referidas empresas."

O caso Hanna fecha o ciclo das comissões parlamentares de inquérito oriundas de denúncias publicadas por *O Semanário*, e que tinham como objeto central das investigações alguns grandes grupos empresariais com matrizes poderosas no exterior e cujas atividades iam de encontro aos objetivos defendidos pela Frente Parlamentar Nacionalista.

A partir daí, a campanha eleitoral de 1960 e as incertezas do governo Jânio Quadros passaram a ocupar as colunas do jornal. No governo Goulart, três preocupações básicas orientaram a atividade editorial de *O Semanário*: defender a orientação da gestão Carvalho Pinto no Ministério da Fazenda; combater o processo de compra das empresas concessionárias de energia elétrica, encaminhado pelo embaixador Roberto Campos, e denunciar a preparação de um golpe militar, finalmente desencadeado em abril de 1964 e que veio a determinar a interrupção definitiva da circulação do jornal.

Conclusão

No exame do comportamento da imprensa nacionalista, algumas características podem ser apontadas: em primeiro lugar, esses jornais estavam voltados para a veiculação e a propaganda de idéias, e mais especificamente dedicados à divulgação do debate então corrente sobre as diversas propostas para o desenvolvimento econômico do país no pós-guerra. Essa imprensa desempenhou a função de divulgadora das teses nacionalistas e antinacionalistas, na medida em que expôs o debate que envolvia diversos interesses que se manifestavam na sociedade, inclusive o debate dentro do Clube Militar, que através da sua revista permite acompanhar os diferentes posicionamentos da alta hierarquia militar. Ao mesmo tempo, pela leitura desses jornais é possível conhecer as divergências que dividiam os grupos nacionalistas e identificar as aproximações e distanciamentos que existiam entre eles e os comunistas.

Observa-se, na leitura desses jornais, que nem todos foram criados com o objetivo de divulgar as posições dos nacionalistas; alguns, como o *Jornal de Debates*, foram sendo pressionados a fazê-lo pelos leitores, principalmente a partir de 1948, quando se intensificou a campanha do petróleo.

O aparecimento dos jornais nacionalistas, nas décadas de 40-50, está em parte relacionado ao fato de que a imprensa de maior prestígio e circulação — a do eixo Rio-São Paulo — não abriu espaço para a divulgação das posições nacionalistas, pois defendia teses favoráveis à participação de capitais estrangeiros no desenvolvimento industrial do país. Os nacionalistas, como alternativa para romper as dificuldades de divulgação, criaram pequenos jornais, em geral tablóides semanais que não apresentavam uma grande variedade de assuntos, não havendo seções dedicadas aos esportes, aos acontecimentos políticos, sociais, culturais etc. O jornal *O Popular*, por sua vez, apesar de ser diário, tinha pouca penetração e influência junto à opinião pública e não conseguiu concorrer com o jornal *Última Hora*, que, este sim, atingia as camadas populares e foi inovador na apresentação gráfica, sendo feito por jornalistas altamente profissionalizados.

A imprensa nacionalista não estava preocupada em competir no mercado em termos de qualidade gráfica e de jornalismo. Nas redações e

nas direções, como responsáveis pela feitura do jornal, encontravam-se em geral mais economistas, advogados, técnicos do serviço público e políticos, do que profissionais da imprensa. Assim, uma de suas características básicas era o fato de serem jornais de opinião, administrados sem visão empresarial. Esse tipo de jornalismo, ideológico, panfletário, partidário, engajado, foi perdendo espaço e desapareceu ao longo da década de 60.

Referências bibliográficas

Cunha, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar*; depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1994.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983. Coordenação de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984.

Miranda, Maria Augusta Tibiriçá. *O petróleo é nosso — a luta contra o entreguismo, pelo monopólio estatal*. Petrópolis, Vozes, 1983.

Muller, Elisa. *A Revista do Clube Militar e o pensamento nacionalista nas Forças Armadas*. In: 16º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 26 jul. 1991.

Sales, Dagoberto. *As razões do nacionalismo*. São Paulo, Fulgor, 1959.

Sodré, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

A reforma do *Jornal do Brasil**

Introdução

A reforma do *Jornal do Brasil* é um tema que tem suscitado grande interesse no meio jornalístico e gerado muitas polêmicas, mas até agora não recebeu maior atenção da parte dos historiadores, como, aliás, a própria história da imprensa de maneira mais ampla. Embora os jornais constituam uma fonte primária fundamental para as pesquisas dos historiadores e cientistas sociais, seu uso tem-se limitado a trabalhos que os enfocam apenas como um meio para abordar determinado tema. O estudo dos jornais em si mesmos é ainda restrito, permanecendo em plano secundário temas como a história da empresa, suas alterações administrativas, suas opções de linha editorial etc.

Isso não quer dizer que não existam trabalhos especificamente voltados para a história dos jornais e dos jornalistas. Mas esses trabalhos em grande medida se concentraram nas modificações e nos problemas internos dos jornais, sem estabelecer conexões com as transformações históricas e sociais em curso. No caso do *JB*, grande parte dos artigos disponíveis estão centrados na discussão acerca da autoria da reforma do jornal e no papel dos diferentes jornalistas na sua execução, sem oferecer,

* Texto publicado no *Anuário Brasileiro da Pesquisa em Jornalismo*. Universidade de São Paulo/Escola de Comunicação e Arte (2):141, 1993.

contudo, uma análise que transcenda as ações individuais dos atores envolvidos e seja capaz de articular a história e as tradições do jornal com as transformações da sociedade brasileira.

A intenção deste trabalho é exatamente contribuir para superar essas dificuldades que têm marcado a historiografia da imprensa brasileira. Nosso objetivo é propor um estudo da reforma do *Jornal do Brasil* que leve em conta sua dinâmica interna, buscando suas raízes na trajetória do próprio jornal, e que ao mesmo tempo estabeleça articulações com a conjuntura econômica e política que marcou os anos 50.

A reforma do *JB* será enfocada assim como um caso exemplar do amplo movimento de transformação que caracterizou a imprensa e a sociedade brasileiras na época. É nossa intenção captar os estímulos e demandas existentes no próprio jornal, bem como as condições externas que facilitaram ou dificultaram as iniciativas de mudança e, por fim, comparar a trajetória do *JB* com a de outros órgãos da imprensa que ao longo dos anos 50 lutaram por transformações, mas sem conseguir obter os mesmos resultados.

A realização desta proposta enfrenta no entanto várias dificuldades. Se a consulta à coleção do *Jornal do Brasil* é uma fonte fundamental para acompanhar a linha editorial, assim como as transformações gráficas e mesmo a forma de exposição do conteúdo das matérias, o processo de tomada de decisão para a alteração do formato do jornal, por outro lado, é extremamente difícil de ser reconstruído. A alternativa para superar tais dificuldades foi em parte encontrada quando da realização de um conjunto de entrevistas com jornalistas que, de diferentes maneiras, se envolveram no processo de reforma do *JB*. Com base nesse procedimento, foi possível acessar um grande número de informações e preencher inúmeras lacunas.

Os anos 50

Os anos 50 representaram para o Brasil um momento-chave de transformações. "Eliminar os obstáculos que retinham o crescimento da produção, a acumulação de riquezas e a melhoria da qualidade de vida da população rapidamente converteu-se em obsessão política e, a seguir, em programa de governo. Aquele Brasil, de estrutura econômica ainda tenra

o bastante para abrigar os vãos da imaginação desenvolvimentista, estava pronto para ser modelado” (Faro & Quadros, 1991:45). A grande meta a ser atingida era o desenvolvimento econômico. Industrialização, urbanização e tecnologia eram as palavras de ordem do momento. Partidos políticos, sindicatos e imprensa cerraram fileiras em torno do projeto nacional-desenvolvimentista (Veloso, 1991:122).

O espírito do novo, a vontade de mudança transcenderam as esferas econômica e política e contaminaram o campo das artes e da cultura. Importantes movimentos no campo artístico nasceram e/ou tomaram novo impulso na segunda metade da década de 50. Surgiram novas formas de conceber o cinema, o teatro, a música, a poesia e as artes plásticas, em virtude de uma reflexão crítica acerca da produção existente e das linguagens vigentes em cada um desses domínios. Esse movimento geral, que se identificava como revolucionário na medida em que buscava construir um “novo”, possuía uma ampla dimensão: pretendia identificar e sintetizar elementos da cultura e da sociedade brasileiras, integrando-os a expressões artísticas oriundas de experiências realizadas fora do país. A par da construção do novo, a produção cultural do período marcou-se pela valorização do popular como fundamento mais genuíno da nacionalidade brasileira. A efervescência do movimento cultural sintonizava-se tanto com o espírito nacionalista que crescia na época, quanto com a crença nas possibilidades de desenvolvimento e transformação do país (Kornis, 1991).

O *design* arrojado e o concretismo, nas artes plásticas e na poesia, foram a marca dos anos 50. No final da década começaram a surgir manifestações que a seguir tomariam corpo nos movimentos da bossa nova, do cinema novo, do teatro do oprimido e da música de protesto. Buscaram-se, enfim, novas formas de expressão artística, capazes de integrar cultura, modernidade e desenvolvimento (Veloso, 1991:123).

Paralelamente, a imprensa brasileira também passou por intenso processo de transformação. Novos jornais foram criados, outros fizeram modificações na forma de apresentar e diagramar suas matérias. Produziram-se mudanças expressivas nos padrões da imprensa no Brasil (Lattman-Weltman, 1991). O jornal *Última Hora* é um exemplo desse quadro de mudanças que já vinha se delineando desde o início da década. Fundada em 1951, a *Última Hora* revolucionou a imprensa, introduzindo uma série

de novas técnicas de comunicação de massa. Sua importância quanto a esse aspecto é ressaltada nos depoimentos de sua antiga equipe, segundo a qual a *Última Hora* foi fundada para ser "a Volta Redonda da imprensa brasileira".¹ Deve ser mencionada igualmente a importância do *Diário Carioca* nesse movimento de renovação da imprensa do Rio de Janeiro. Embora não contasse com recursos técnicos expressivos, o *Diário Carioca* reuniu ao longo dos anos 50 uma equipe de jornalistas de grande talento — liderados por Luís Paulistano e Pompeu de Souza —, que inaugurou o uso do *lead* e utilizou pela primeira vez um corpo de copidesques na redação.²

Nesse quadro de grandes transformações da imprensa e da sociedade brasileiras, tornava-se premente o engajamento do *Jornal do Brasil* num processo de mudanças. Mas essa não era uma opção fácil, pois havia vários outros problemas que exigiam solução. Do ponto de vista da organização interna, o *Jornal do Brasil* enfrentava graves desafios.

O Jornal do Brasil e sua trajetória

Fundado em abril de 1891 por Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco, o matutino carioca já nasceu no centro de acirrados debates políticos e aglutinando intelectuais da maior relevância no país, que questionavam o regime republicano recém-instalado.

O fato de não ter sido convocada uma Assembléia Nacional Constituinte logo após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, gerou um clima de grande agitação política. A situação atingiu o clímax em 1890, com as oposições seguidamente pressionando o governo para que fosse restabelecida a legalidade, enquanto este, por seu lado, reprimia os adversários e restringia a liberdade de imprensa, procurando desse modo evitar críticas ao seu autoritarismo e à sua política econômica.

Nesse contexto, elementos ligados ao antigo regime monárquico iniciaram negociações com o propósito de lançar um novo jornal que veiculasse de alguma forma críticas ao governo. Assim, ainda em 1890, o

¹ Entrevista de Carlos Castello Branco à autora, 12-1-1982.

² Entrevista de Jânio de Freitas ao CPDOC, 20-2-1979.

conselheiro Rodolfo de Souza Dantas escreveu a Joaquim Nabuco, que se encontrava em Londres, revelando que se associara "a um grupo muito limitado de amigos, que há dias constituiu-se com o capital de quinhentos contos, podendo elevar-se a mil, para fundar um grande jornal que deve aparecer aqui nos primeiros dias de abril (de 1891)".³ Nabuco seria a seguir convidado a participar do quadro de redatores da nova folha.

A liberalização política que acompanhou a instalação da Constituinte (novembro de 1890) e o início do governo constitucional de Deodoro (fevereiro de 1891) permitiram finalmente o lançamento do *Jornal do Brasil* em 9 de abril de 1891.

O novo jornal, sediado à rua Gonçalves Dias, nº 56, além de Dantas e Nabuco, contava entre seus colaboradores com Gusmão Lobo, Souza Ferreira, Sandro Constâncio Alves, Aristides Espínola e Antônio de Souza Pinto, que trabalhavam sob a gerência de Henrique de Villeneuve.

Em sua declaração de princípios, o *Jornal do Brasil* traçava as diretrizes básicas de sua conduta política, afirmando seu propósito de criticar o governo, mas estabelecendo ao mesmo tempo limites a essa atuação.

Em junho de 1891, entretanto, quando Nabuco assumiu a chefia da redação, os problemas começaram a surgir. Os primeiros editoriais de sua autoria criticavam os adesistas do novo regime. Pouco depois, na série de artigos intitulada "Ilusões republicanas", seguida de "Outras ilusões republicanas", Nabuco observava que um dos mais curiosos efeitos da proclamação da República fora o desaparecimento do Partido Republicano.⁴

A partir do final de 1891, Nabuco passou a se estender em artigos de análise doutrinária, intensificando o descontentamento dos republicanos. Na verdade, a publicação desses artigos colocou parte considerável da opinião pública contra Nabuco e o jornal.

³ Apud Marieta de Moraes Ferreira no verbete *Jornal do Brasil* (*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1984:16-8).

⁴ Edições comemorativas do *Jornal do Brasil*, 9-4-1961, 9-4-1966, 9-4-1971 e 9-4-1991.

Na noite de 16 de dezembro de 1891, a redação do *Jornal do Brasil* foi invadida por uma multidão, aos gritos de "Mata! Mata Nabuco!", e as oficinas foram completamente depredadas.

Diante de tal situação, Rodolfo Dantas lançou uma nota comunicando que os proprietários do jornal haviam decidido transferi-lo a novos donos, e que Joaquim Nabuco e Sancho de Barros Pimentel haviam-se desligado de seus postos na redação.

Após a saída de Dantas e Nabuco, iniciou-se um período de transição durante o qual foi articulada a transformação do jornal de sociedade comanditária em sociedade anônima. Nessa fase, toda a responsabilidade pela direção do periódico foi entregue a Henrique de Villeneuve, também encarregado de efetuar as transações relativas à venda do jornal. A despeito das dificuldades, nesse curto período Villeneuve imprimiu um ritmo ativo ao *Jornal do Brasil*, encampando as propostas oposicionistas de *impeachment* de Floriano Peixoto e de novas eleições para a presidência da República.

Em abril de 1892, foi formalmente estabelecida a sociedade anônima. Entre os novos proprietários do jornal, destacavam-se o conde de Figueiredo, Manuel Buarque de Macedo e o conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas. Na verdade, a grande maioria dos novos proprietários era formada por figuras de relevo do Império que ainda conservavam suas simpatias para com o regime deposto. A dissolução da antiga sociedade não passara portanto de um artifício para arrefecer os ânimos dos inimigos do jornal e minimizar as responsabilidades de Dantas e Nabuco.

O jornal enfrentou dificuldades nessa fase, sofrendo com os prejuízos causados pelo empastelamento. Embora contasse com bons colaboradores e pretendesse manter sua antiga feição, viu-se forçado a se voltar para o noticiário policial, perdendo parte de seu antigo brilho.

Em abril de 1893, um grupo ligado a Rui Barbosa iniciou negociações para comprar o *Jornal do Brasil*, transformando-o novamente em sociedade comanditária, sob a responsabilidade de Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo. Na transação, teve papel de destaque Tobias do Rego Monteiro, responsável pela localização dos diversos acionistas e pela compra de suas ações.

Uma vez concluída a operação, a direção do jornal foi entregue a Rui Barbosa, que recebeu plenos poderes para determinar sua linha de atuação. Em 20 de maio de 1893, o artigo-programa intitulado "Traços

de um roteiro", de autoria de Rui, explicitava os novos compromissos do periódico: a defesa do regime republicano, associada porém ao combate à degeneração do regime promovida pela ditadura de Floriano. A intenção de Rui Barbosa ao assumir o jornal era combater a ditadura através da valorização da Constituição.⁵ Com essa perspectiva, o jornal se envolveu nas principais campanhas contra o governo Floriano, apoiando os movimentos de contestação liderados pelo almirante Wandenkolk e por Custódio de Melo, e que acabaram por resultar na Revolta da Armada.

Como consequência das pressões do governo, concretizadas na invasão militar da sede do jornal, o matutino terminou sendo vendido, em 1894, à firma Mendes e Cia.

Em 15 de novembro, após uma ausência de um ano e 45 dias, o jornal voltou a circular, tendo como redator-chefe Fernando Mendes de Almeida e como secretário de redação Cândido Mendes de Almeida.

Em seu artigo de apresentação, a nova direção do periódico afirmava seu propósito de "assegurar aos poderes públicos seu apoio, sempre que [necessário] para sustentar a autoridade legal".⁶

Paralelamente a essa perspectiva, o jornal propunha-se a ser um órgão de imprensa "popular", defensor dos pobres e dos oprimidos e divulgador de suas queixas e reclamações. Com isso abandonava os inflamados debates políticos de outrora, voltando-se basicamente para os assuntos cotidianos da cidade, de interesse das massas.

Contando com tão ampla popularidade, em 1905 o *Jornal do Brasil* iniciou a construção de uma nova sede na avenida Central e adquiriu nova maquinaria. Por outro lado, esses gastos trouxeram ao jornal dificuldades financeiras, obrigando os irmãos Mendes de Almeida a abrir o capital e a transformar a firma novamente em sociedade anônima. Ainda em função dos problemas econômicos, o jornal sofreu uma profunda alteração gráfica, passando, em 1906, a apresentar a primeira página totalmente ocupada por anúncios classificados.

⁵ Edições comemorativas do *Jornal do Brasil*, 9-4-1961, 9-4-1966, 9-4-1971 e 9-4-1991.

⁶ Idem.

Durante toda essa fase, oscilando entre o sensacionalismo, a exploração de casos policiais, as campanhas populares e a crítica dosada de humor e ironia aos costumes e ao governo, o *Jornal do Brasil* caracterizou-se como um órgão muito mais informativo do que de opinião. Essa preocupação com a informação de interesse popular foi alvo de crítica dos demais órgãos de imprensa, que chegaram a apelidar pejorativamente o jornal de "O Popularíssimo". Em resposta às críticas recebidas, Carlos de Laet afirmaria: "Não podiam ser mais gentis na sua malignidade os que chamam o *Jornal do Brasil* de popularíssimo, [pois ele é] por excelência a folha popular, a folha do povo".⁷ A deflagração da Primeira Guerra Mundial, segundo Martins Alonso, acarretou novas dificuldades financeiras para o jornal. O encarecimento do papel fez com que o *Jornal do Brasil* passasse a viver num estado de insolvência permanente, que resultou em sua hipoteca ao conde Ernesto Pereira Carneiro. Em 1919, sem condições de resgatar a hipoteca, os irmãos Mendes de Almeida perderam o jornal para Pereira Carneiro.⁸

Com o novo proprietário, o *Jornal do Brasil* entrou numa fase de recuperação financeira, ao mesmo tempo em que procurava reconquistar o prestígio do período inicial, desgastado durante a gestão dos Mendes de Almeida. Essa preocupação se evidenciou sobretudo na valorização das seções literária e artística, em que se destacavam as colunas assinadas pelos membros da Academia Brasileira de Letras. Aos antigos colaboradores somaram-se novas figuras de renome nos meios intelectuais. Da equipe do jornal faziam parte nesse período o conde Afonso Celso, Carlos de Laet, Luís Murat, Medeiros de Albuquerque, Múcio Leão, Benjamim Costallat, Barbosa Lima Sobrinho e Aníbal Freire, entre outros.

O retorno aos velhos tempos não foi contudo completo, na medida em que o jornal temia um envolvimento mais definido nas questões públicas. De fato, consta que a principal recomendação de Pereira Carneiro a sua equipe teria sido para atuarem com prudência, moderação e dis-

⁷ Edições comemorativas do *Jornal do Brasil*, 9-4-1961, 9-4-1966, 9-4-1971 e 9-4-1991.

⁸ Entrevista de Martins Alonso ao CPDOC, 8-6-1979.

crição, não se engajando jamais em campanhas que representassem riscos para o jornal.⁹

A despeito de toda a sua moderação, com a eclosão da Revolução de 1930 o *Jornal do Brasil* sofreu fortes represálias, que culminaram na invasão de sua sede e no empastelamento de suas oficinas. Com isso, o jornal viu-se impedido de circular por quatro meses.

Para promover a reabertura do jornal, Pereira Carneiro convocou Jânio Pombo Brício Filho, que substituiu Aníbal Freire, afastado em virtude de seu excessivo comprometimento com o governo deposto. Mantendo boas relações com o governo revolucionário, Brício Filho poderia contornar as eventuais dificuldades trazidas pelo relançamento do *Jornal do Brasil*.

A posição do jornal diante do Governo Provisório foi de cautela. Ainda assim, segundo os depoimentos de Chermont de Brito e de Martins Alonso, a atitude do matutino não era de simpatia para com o governo. Timidamente, o *Jornal do Brasil* tecia algumas críticas e se engajava na campanha pela reconstitucionalização do país. Assim, em 1932, o jornal deixou entrever sua simpatia pela revolta paulista.¹⁰

Com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte em 1933, o *Jornal do Brasil* se engajou mais abertamente nas lutas políticas. O conde Pereira Carneiro ingressou no Partido Autonomista do Distrito Federal e se candidatou à Constituinte. O jornal passou então a ser um dos veículos de divulgação da plataforma autonomista.¹¹ No ano seguinte, o *Jornal do Brasil* apoiou a Constituição, basicamente porque esta trazia o país de volta à legalidade. O continuísmo de Vargas não foi entretanto inteiramente aceito. No decorrer de 1935, foi fundada a Rádio Jornal do Brasil.

A despeito da reorganização interna e das relações estáveis com o governo, o jornal não conseguira recuperar-se dos reveses sofridos no início da década, enfrentando desde essa época difícil situação financeira. Pereira

⁹ Entrevista de Martins Alonso ao CPDOC, 8-6-1979.

¹⁰ Entrevista de Martins Alonso e Chermont de Brito ao CPDOC em junho de 1979.

¹¹ *Idem*.

Carneiro convidou então José Pires do Rio para o cargo de diretor-tesoureiro do jornal, com a função de reorganizar suas finanças.

A orientação "comercial" adotada por Pires do Rio logo provocou uma série de divergências internas. O autoritarismo e a política de contenção de despesas do novo diretor, segundo os depoimentos de Chermont de Brito e Martins Alonso, desagradaram a todos, chegando a gerar incidentes com o próprio Aníbal Freire, já de volta a seu antigo posto.¹² Para Pires do Rio, o *Jornal do Brasil* devia transformar-se num "boletim de anúncios", deixando de lado as preocupações com os grandes temas políticos e abandonando o interesse tradicional pelas artes e pela literatura. A seu ver, os literatos do jornal deveriam ser gradativamente afastados.

Dessa forma, o *Jornal do Brasil* foi perdendo importância como órgão noticioso, voltando-se quase que exclusivamente para os anúncios classificados. Mantendo suas primeiras páginas inteiramente ocupadas por anúncios, o jornal recebeu nessa época o apelido pejorativo de "Jornal das Cozinheiras".

A reconstituição da trajetória do *Jornal do Brasil* nos permite perceber duas linhas básicas que funcionaram ao mesmo tempo como estímulos e entraves ao processo de transformação que teria lugar nos anos 50. Uma primeira linha que caracterizou o jornal foi sua capacidade de aglutinação de grandes nomes da política e da intelectualidade, que o tornaram um pólo de debates políticos e culturais. A segunda linha se preocupou com o noticiário local e com uma orientação comercial. Assim sucederam-se as diferentes fases: a do grande órgão de opinião e contestação ao regime republicano; a do "Popularíssimo", como era pejorativamente chamado; a do jornal moderado que valorizava as colunas literárias e artísticas animadas por membros da Academia Brasileira de Letras, e finalmente a do "boletim de anúncios". Paralelamente, também se alternavam fases de crise e estabilidade financeira.

Foram essas duas tendências detectadas na trajetória do jornal que criaram possibilidades, estímulos e entraves para que fossem efetuadas mudanças profundas. De um lado, possuía-se uma experiência acumulada,

¹² Entrevista de Martins Alonso e Chermont de Brito ao CPDOC em junho de 1979.

uma tradição de grandes debates culturais e de conexão com os grandes problemas do tempo. De outro lado, havia as vantagens materiais trazidas pelo noticiário voltado para problemas locais e pelo boletim de anúncios, que possibilitavam ao jornal usufruir de estabilidade financeira.

Foi com essas tradições e experiências que o *Jornal do Brasil* ingressou na década de 50 e defrontou-se com grandes desafios para se adequar aos novos tempos. Esse conjunto de elementos do passado criou sem dúvida as precondições para que pudesse ser desencadeado o movimento que veio a se chamar de reforma do *JB*.

A reforma do Jornal do Brasil

As primeiras idéias de mudança surgiram a partir do afastamento de duas figuras-chaves que até então tinham sido os principais responsáveis pela administração e orientação do jornal. Pires do Rio faleceu em 1950, e a seguir o conde Pereira Carneiro afastou-se, vindo a falecer em 1953. Com isso fechou-se um ciclo da administração do jornal, abrindo-se espaço para maior atuação da condessa Pereira Carneiro e de seu genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito. Iniciava-se aí uma fase de transição, onde o processo de tomada de decisões assumia um papel-chave. As idéias de mudança estavam na mesa, mas não havia uma visão clara do que mudar e de como mudar.

A primeira iniciativa concreta foi a compra de um novo equipamento gráfico, capaz de fornecer ao jornal as condições técnicas necessárias a uma fase de expansão. O segundo passo foi a viagem da condessa Pereira Carneiro aos Estados Unidos, em busca de novas idéias para promover alterações aplicáveis a seu periódico.

Em 1956 começaram a se concretizar as primeiras manifestações mais visíveis de mudança. Surgiu nesse ano, criado por Reinaldo Jardim, o Suplemento Dominical, que começou misturando vários assuntos e depois se transformou num suplemento literário. Com essa iniciativa começava-se a resgatar uma antiga experiência do jornal, de abrigar intelectuais e promover debates acerca das questões culturais do país. Segundo Ferreira Gullar, "o lançamento desse suplemento estimulou a

condessa a descobrir que era possível reformar o *JB* e transformá-lo num jornal de verdade".¹³

Diante do êxito dessa experiência, a direção do jornal, composta então pela condessa Pereira Carneiro, Nascimento Brito e Aníbal Freire, percebeu de maneira mais clara as possibilidades de transformação. É importante chamar a atenção para as boas condições financeiras do jornal, propiciadas pela administração austera de Pires do Rio, e que permitiram ao *JB* arcar com os gastos do processo de mudança que se iniciava. Merece ser ressaltada também a capacidade de avaliação da direção, no que diz respeito a implementar estratégias organizacionais adequadas à modernização do jornal.¹⁴

Tendo em vista a reformulação do jornal, a direção do *JB* decidiu convidar Odilo Costa Filho para coordená-la. A primeira providência tomada por Odilo foi a organização de uma nova equipe, composta de jornalistas jovens, egressos do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*, entre os quais se destacavam Jânio de Freitas, Carlos Castello Branco, Carlos Lemos, Wilson Figueiredo, Amílcar de Castro, Hermano Alves, Lúcio Neves, Luís Lobo, Ferreira Gullar e José Carlos de Oliveira. Segundo Carlos Lemos, com a reunião desses profissionais, fundiram-se dois estilos: "a leveza, a graça e o charme do *Diário Carioca* e a agressividade da *Tribuna da Imprensa*. Dessa fusão resultaria o novo estilo do *Jornal do Brasil*".¹⁵

Com sua nova equipe, o jornal começou ampliando seu noticiário e aumentando o número de páginas. Segundo Nascimento Brito, não havia contudo um plano preestabelecido para a implantação das mudanças: "Tudo era feito a duras penas, com muita relutância e fruto do trabalho coletivo da equipe".¹⁶

Em março de 1957, a primeira modificação substancial na apresentação do jornal se fez sentir com a publicação de uma fotografia na

¹³ Entrevista de Ferreira Gullar à Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

¹⁴ Entrevista de Manuel Francisco do Nascimento Brito ao CPDOC, 27-7-1979.

¹⁵ Entrevista de Carlos Lemos ao CPDOC em julho de 1979.

¹⁶ Entrevista de Manuel Francisco do Nascimento Brito ao CPDOC, 27-7-1979.

primeira página. Introduzida a título de experiência, a foto foi incorporada definitivamente, embora a primeira página continuasse ocupada basicamente por anúncios.

Um segundo passo importante na reforma foi a organização da página de esportes por Carlos Lemos e Jânio de Freitas. Funcionando como um verdadeiro laboratório de experiências, essa página apresentou em primeira mão uma série de alterações, tanto na diagramação como no estilo das fotos e das matérias. Aí, por exemplo, foram pela primeira vez eliminados os fios que separavam as colunas de textos.

Paralelamente, à medida que o noticiário político ganhava destaque, a linha do jornal se definia com maior precisão. Embora mantivesse sua tradição de evitar o comprometimento partidário explícito, o *Jornal do Brasil* assumiu uma posição de crítica declarada ao governo Kubitschek, acusando-o de corrupção e de responsável por desmandos na construção de Brasília.

O *Jornal do Brasil* condenava também a política econômica de Juscelino, chegando a defender as pressões do Fundo Monetário Internacional sobre o governo para que este contivesse a inflação. Por ocasião dos debates entre Lucas Lopes, ministro da Fazenda, e Sebastião Pais de Almeida, presidente do Banco do Brasil, em torno da escolha de fórmulas adequadas de combate à inflação, a atitude do jornal foi de apoio ao ministro da Fazenda, que advogava uma política de austeridade. Defensor da livre iniciativa, o *Jornal do Brasil* demonstrou ainda não ver com simpatia a existência da Petrobras e do monopólio estatal.

A atitude do jornal, porém, não foi sempre de crítica ao governo. Foram aplaudidas iniciativas como a obra de Celso Furtado no Nordeste, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Operação Pan-Americana.

Em dezembro de 1958, um fato novo veio alterar a rotina interna do *Jornal do Brasil*. Odilo Costa Filho, juntamente com um grupo de jornalistas a ele ligado, retirou-se da redação. Até essa data, haviam sido dados alguns passos importantes para a transformação do jornal — a maioria deles, segundo Nascimento Brito, contra a vontade de Odilo.¹⁷ En-

¹⁷ Entrevista de Carlos Lemos ao CPDOC em julho de 1979.

tretanto, a primeira página ainda se mantinha muito presa a sua feição original. Em 1959, a primeira página foi radicalmente reestruturada, passando a ser ocupada pelo noticiário e preservando apenas uma pequena faixa dos antigos classificados.

Em seguida, sob a orientação de Amílcar de Castro, concretizaram-se as principais modificações gráficas no corpo do jornal. Assim, em 1960 os classificados passaram a compor um caderno separado, o Caderno C. Ao mesmo tempo, surgiu o Caderno B, voltado para as artes em geral, com destaque para o cinema e o teatro.

Em 1961, com a entrada de Alberto Dines, a reformulação do *Jornal do Brasil* finalmente se consolidou. Segundo Nascimento Brito, foi Alberto Dines — editor do jornal de 1961 a 1973 — quem sistematizou as modificações, permitindo que se chegasse a uma verdadeira consciência do que foi chamado de “reforma do *Jornal do Brasil*”. Essa reforma fez com que o jornal passasse de fato a ocupar outra posição no seio da imprensa carioca, ganhando nova estatura na formação da opinião política do país e estimulando a reestruturação gráfica dos demais periódicos. Apesar de tudo, o *Jornal do Brasil* manteve os quatro atributos que sempre nortearam sua atuação, definindo-se como um órgão “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada”.

Considerações finais

O êxito da reforma do *Jornal do Brasil* é um indicador importante do significado das transformações que tiveram lugar na imprensa brasileira nos anos 50. O processo de desenvolvimento econômico, a afirmação dos valores democráticos e a efervescência cultural que impregnou os vários campos artísticos foram fatores fundamentais para estimular a transformação dos padrões da imprensa brasileira, propiciando alterações em diferentes periódicos e possibilitando o lançamento de novas publicações. No entanto, esse movimento de mudança, se falarmos em termos comparativos, alcançou maior profundidade e sucesso no *JB*. A explicação para esse desempenho deve-se à combinação de diferentes variáveis: a conjuntura histórica do período; a capacidade de decisão empresarial da direção para captar as demandas do seu tempo e apostar no novo; a boa

condição financeira do jornal, que lhe permitia arcar com os custos do processo; a capacidade de atrair intelectuais e jovens jornalistas empenhados em criar e construir novas formas de trabalho jornalístico, e a moderação política, marca registrada do jornal desde os tempos do conde Pereira Carneiro. Foi essa modernização que preservou o *JB* dos grandes vendáveis políticos dos anos 50, que afetaram de maneira profunda a trajetória da *Última Hora*, da *Tribuna da Imprensa* e do *Diário Carioca*, órgãos que também tiveram expressão no movimento de transformações da imprensa brasileira.

Referências bibliográficas

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983. Coordenação de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984.

Faro, Clovis de & Quadros, Salomão. A década de 50 e o Programa de Metas. In: *O Brasil de JK*. Organização de Angela de Castro Gomes. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

Kornis, Mônica. Vanguarda e anos 50. Rio de Janeiro, CPDOC, 1991. (Documento de Trabalho.)

Lattman-Weltman, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50. O registro dos anos dourados. Rio de Janeiro, CPDOC, 1991. (Documento de Trabalho.)

Veloso, Mônica. A dupla de Jano: romantismo e populismo. In: *O Brasil de JK*. Organização de Angela de Castro Gomes. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”

Introdução

Apresentamos aqui os resultados de uma pesquisa exploratória, que se propõe verificar até que ponto as grandes transformações ocorridas na sociedade brasileira durante a década de 50 se refletiram no conteúdo de alguns dos principais jornais cariocas da época.

Na verdade, parte-se de um grande e genérico modelo teórico a respeito do desenvolvimento histórico da imprensa moderna, cuja tentativa de aplicação ao caso brasileiro dá origem à formulação de determinadas micro-hipóteses. Estas, no entanto, ainda que confirmadas, não devem ser tomadas como provas da teoria geral, e sim como pistas para o aprofundamento das pesquisas acerca da especificidade da história da imprensa brasileira e das características estruturais que algumas de suas configurações assumiram num passado recente.

O caráter exploratório da pesquisa diz respeito não só à tentativa de operacionalização, em um nível micro-hipotético, de um grande modelo teórico, mas também ao fato de que o material analisado é apenas parte de uma amostra obtida a partir de um universo ainda maior de fontes — os próprios jornais —, que nos parecem ainda muito pouco exploradas,

ao menos da maneira que aqui fazemos — o que pode significar uma (re)exploração também em termos metodológicos.¹

Referenciais teóricos

Sabe-se que durante a década de 50 o Brasil passou por profundas transformações econômicas, ingressando numa decisiva era de industrialização, e constituindo-se, a partir de então, num jovem e promissor mercado de bens duráveis. É nos anos 50 também que a “indústria cultural” dá os seus primeiros passos, com uma relativa massificação do rádio e o surgimento da televisão, entre outras mídias, como o cinema, os discos, que também se desenvolvem no período.

Do ponto de vista político-institucional, a época é de rara continuidade no que respeita aos processos democráticos de transmissão do poder público. Malgrado certas tentativas de golpe (e contragolpe), os candidatos eleitos têm suas posses asseguradas, e a atmosfera política e cultural beneficia-se de uma comparativamente ampla, se não completa, liberdade de circulação das idéias. É o momento que se segue à redemocratização — após o Estado Novo e uma nova Assembléia Constituinte —, quando a vida partidária e os sindicatos se (re)organizam, com grande crescimento das cidades e mobilização no campo.

Se enquadrarmos esses dados macroestruturais na moldura mais ampla de determinadas teorias a respeito do desenvolvimento histórico da moderna imprensa escrita, veremos que, ao menos potencialmente, a década de 50 constitui um verdadeiro marco na história de nossa imprensa, marco que assinalaria a virtual superação, entre nós, daquilo que autores como Habermas chamariam de fase do “jornalismo literário”, e a entrada em definitivo nos quadros do chamado “jornalismo empresarial”.

¹ É necessário aqui fazer uma breve referência aos trabalhos — alguns pioneiros — de pesquisadores, em geral da área de comunicação social, como Melo (1968 e 1970), Viggiano (1968), Amorim (1965), Scavone et alii (1975), que, mesmo trabalhando com outros recortes e preocupações, de um modo ou de outro contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

De acordo com esse autor, inicialmente, numa fase ainda pré-capitalista, as atividades da imprensa, “derivada do sistema de correspondência privada”, limitavam-se a “organização do trânsito e coleta de informações” (Habermas, 1984:141). Uma nova fase, contudo, se inicia quando a imprensa passa a incorporar, além das notícias, a opinião política. Surgiria então o “jornalismo literário”, que subverteria a ordem prevalente das prioridades do jornal: o lucro, mesmo que modesto, tal como visado e obtido na primeira fase, passou a segundo plano, cedendo lugar aos imperativos propagandísticos de idéias, opiniões e personalidades. Do ponto de vista histórico mais abrangente, essa segunda fase corresponderia ao momento em que a burguesia ascendente se lança em luta contra o antigo regime e nesse processo forja uma nova concepção de espaço público e de valores a ele relacionados. É o momento dos grandes “publicistas”, que se notabilizam tanto pelo “talento redacional” e pela “verve”, quanto pela paixão devotada aos ideais republicanos e/ou libertários.

Desse modo, segundo Habermas:

“Somente com o estabelecimento do Estado de direito burguês e com a legalização da difusão pública atuando politicamente é que a imprensa opinativa de debates fica aliviada das pressões. Ela já pode abandonar sua posição polêmica e considerar as oportunidades de venda como uma empresa comercial” (1984:144).

Internamente, as modificações advindas da entrada nessa terceira fase — a do “jornalismo empresarial” — também são decisivas para a imprensa, já que é este também o momento do avanço das técnicas de impressão (novas rotativas) e de transmissão (telégrafo) de notícias. Assim, “a atividade redacional (...) já se havia especializado, sob a pressão da transmissão noticiosa tecnicamente desenvolvida, de uma atividade literária para uma jornalística; a escolha dos dados torna-se mais importante que o artigo de fundo; o tratamento e o julgamento das notícias, sua revisão e diagramação, mais urgente do que a busca literariamente efetiva de uma ‘linha’” (Habermas, 1984:146).

A partir daí, na definição de K. Bucher, "o jornal assume o caráter de uma empresa que produz espaço de anúncios como mercadoria, que é vendável pela parte redacional" (Bucher, 1917:257, apud Habermas, 1984).

Assim, se aplicarmos o modelo à história da imprensa brasileira, poderemos, *grosso modo*, periodizá-la da seguinte maneira:

- à primeira fase, a da imprensa enquanto serviço preso a uma lógica pré-capitalista, correspondem os primeiros anos de nossa imprensa; esta fase é representada pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal brasileiro, surgido em 1808, e que apenas prestava pequenos serviços informativos;
- a segunda fase inicia-se logo em seguida, com o surgimento das primeiras folhas oposicionistas, abolicionistas ou republicanas (e também daqueles que apoiavam a família real e, posteriormente, o imperador), que se beneficiam da liberalização e da implantação das primeiras tipografias brasileiras. O grande exemplo dessa segunda fase, contudo, é um jornal editado fora do Brasil, criado alguns meses antes da própria *Gazeta*: o polêmico *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa;²
- dadas, de um lado, as enormes dificuldades institucionais de consolidação da chamada esfera pública em nosso país — dificuldades que se perpetuam, com raros intervalos de maior liberalidade, desde a Independência, passando pelo Império e a República, até 1945 (sem que tenham sido superadas totalmente a partir daí) — e dados, por outro lado, os entraves, talvez ainda mais decisivos, de caráter sócio-econômico e cultural que se opõem a qualquer tentativa de criação de um mercado razoavelmente autônomo de bens culturais até meados dos anos 50 — tais como o caráter ainda eminentemente agrário-exportador de nossa eco-

² Com efeito, segundo Juarez Bahia: "O programa do *Correio Braziliense* consubstancia as idéias de Hipólito da Costa: monarquia constitucional, liberdade de opinião, abolição da escravidão, defesa da imigração, criação do júri popular, instituição da universidade, mudança da capital para a região central, independência do Brasil" (1990:25). Tratar-se-ia, portanto, de um autêntico programa para a criação da chamada "esfera pública" em nosso país.

nomia, os elevados índices de analfabetismo, os baixos índices de poder aquisitivo —, só a partir dessa época é que podemos pensar no começo de uma efetiva superação do chamado “jornalismo literário” e no advento da terceira fase, a chamada fase empresarial (embora, é preciso lembrar, desde o século passado alguns dos principais jornais brasileiros já constituíssem autênticas empresas).³

Somente, portanto, ao longo da década de 50 se reúnem as condições macroestruturais ideais, de acordo com nosso modelo, para que a longa fase do chamado “jornalismo literário” seja superada e a imprensa brasileira ingresse definitivamente numa fase dita “empresarial”.⁴

Cabe-nos tentar perceber até que ponto essas mudanças afetaram a apresentação dos jornais da época, e até que ponto podem ser fidedignas as imagens que hoje possuímos de nossa imprensa nos anos 50, como retratando um momento de grandes transformações.⁵

Amostra obtida

Os dados obtidos para a consecução desta pesquisa tomam como unidade básica de análise aquilo que se convencionou chamar de *notícia*; ou seja, aquela descrição de um fato ou evento que ocupa um espaço

³ A concepção que advoga que o início da fase empresarial de nossa imprensa remonta à década de 20, quando muitos jornais já aparecem organizados como empresas — presente em obras como as de Sodré (1966) e Bahia (1990) — é contestada por autores como a socióloga Gisela T. Goldenstein, para quem, na época (anos 20), “as práticas mercantis não tinham sido totalmente sancionadas do ponto de vista ético, e menos ainda quando referentes à mercantilização do trabalho intelectual” (1986:16).

⁴ Ainda de acordo com Bahia, “após os anos 50, consolidada a radiodifusão, ampliado o mercado pela televisão e abertas oportunidades ao conglomerado de jornais e revistas, a pequena e diversificada imprensa de iniciativa individual, remanescente do jornalismo local de fins do século XIX e começo do século XX, se despede dos leitores” (1990:232).

⁵ “O noticiário sofre modificações tão profundas e freqüentes que é basicamente outro a cada cinco anos, quando antes de 50 a diferença só era observada em décadas” (Bahia, 1990:247).

delimitado da página de jornal, com começo, meio e fim, mesmo que se trate apenas de uma manchete, uma "chamada", que atraía a atenção do leitor para uma matéria desenvolvida em outra página do jornal. Em outras palavras, a informação que é constituída de manchete, título, texto, foto ou ilustração, ou ainda uma combinação de quaisquer ou mesmo todos esses recursos editoriais.

As notícias coletadas se dividem em duas amostras. A primeira e a principal delas é formada por notícias das primeiras páginas de quatro jornais publicados no antigo Distrito Federal ao longo da década de 50. Originariamente, planejamos uma amostra maior, de oito jornais; mas por questão de tempo restringimos a pesquisa à análise de pequenas coleções de quatro jornais que nos pareceram suficientes para o teste inicial de nossas hipóteses e para uma primeira aproximação dos problemas principais suscitados. A seleção inicial de oito jornais obedeceu a dois critérios básicos: a representatividade quantitativa de suas tiragens à época (até onde nossos escassos dados nos permitiram concluir) e o peso simbólico qualitativo, em termos de prestígio, que os jornais de então possuíam no imaginário de alguns informantes que vivenciaram o seu apogeu. Da lista assim obtida restaram os quatro jornais pesquisados, que são os seguintes: os vespertinos *Última Hora* (que em certos momentos chamaremos de *UH*) e *Diário da Noite* (ou *DN*), e os matutinos *O Jornal* (ou *OJ*) e *Correio da Manhã* (ou *CM*).

Para se poder fazer tanto uma análise evolutiva dos jornais ao longo do período estudado, quanto algum tipo de comparação entre o tratamento dado por diferentes jornais a um mesmo noticiário, optou-se, sempre que possível, por se selecionar edições de um mesmo dia para representar cada um dos anos pré-escolhidos: 1951, 1953, 1955, 1957 e 1959. Para a escolha dos dias levou-se em consideração o critério básico de se procurar evitar dias da semana em que o noticiário pudesse sofrer imposições de hábito, tais como sábados ou domingos. Procurou-se também circunscrever (mais uma vez, na medida do possível) todas as edições a um mesmo mês do ano, tentando-se assim evitar distorções devidas a possíveis características recorrentes dos diferentes meses do ano. Entretanto, como se verá, a aplicação de tais critérios teve, em certos casos, de se adaptar às coleções disponíveis. Assim, as edições analisadas foram as dos seguintes dias: 13-11-1951 (todos os jornais); 29-9-1953 (*OJ*),

16-11-1953 (DN), 20-11-1953 (UH e CM); 21-11-1955 (UH e DN), 22-11-1955 (OJ e CM); 11-11-1957 (DN), 13-11-1957 (UH, OJ e CM); 18-11-1959 (todos).

Obteve-se, desse modo, para essa amostra principal, um total de 277 notícias (tal como as definimos, enquanto unidades básicas da pesquisa), a partir da análise das 20 primeiras páginas dos jornais dos anos 50.

Já a amostra secundária, obtida para efeito de determinadas comparações, compõe-se de 65 notícias coletadas a partir da análise das primeiras páginas das edições do dia 1-8-1991 dos quatro principais jornais brasileiros da atualidade: *O Globo*, o *Jornal do Brasil*, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Metodologia e micro-hipóteses da pesquisa

Que aspectos do conteúdo dos jornais seriam, portanto, os indicadores mais adequados para nos auxiliar na percepção de como as mudanças vividas pela sociedade brasileira teriam se manifestado através da imprensa?

Em primeiro lugar, de acordo com o modelo teórico citado, supõe-se que com a relativa estabilidade do quadro institucional político e com a vigência praticamente plena de direitos fundamentais,⁶ a chamada "objetividade jornalística" tornou-se o critério definidor não só da qualidade como também da própria especificidade do texto jornalístico, ocupando paulatinamente o lugar do texto rebuscado, ou mais "literário". A "objetividade jornalística" é aqui compreendida como uma espécie de norma que implica a busca de se forjar um texto mais isento e sintético, que transmita a "informação", o "fato", ou "evento" de modo mais direto,

⁶ Tais como a própria liberdade de imprensa e expressão e a liberdade de associação, coisas que, em linhas gerais, efetivamente existiram no período, malgrado a ilegalidade de alguns partidos e as intervenções do Estado, que obstava certas formas de associação e, em casos muito especiais, recorria à censura.

que, enfim, estabeleça uma espécie de ponte imediata entre a fonte e o receptor da notícia.

Tal predomínio da "objetividade" poderia ser percebido, entre outros fatores, pela presença de características tais como a organização do texto com base no pressuposto de que todas as informações essenciais a respeito do acontecimento noticiado devem constar do primeiro parágrafo do texto, o *lead*, que modelarmente seguiria a fórmula dos cinco *w* e um *h*: *what*, *where*, *who*, *when*, *why* e *how* (ou, "quem" fez o "que", "onde", "quando", "como" e "por quê"). Como, entretanto, na pesquisa que realizamos, a amostra se restringiu à análise das primeiras páginas, o que em vários momentos ocasionou a leitura de matérias incompletas (restritas, às vezes, apenas ao título), ao invés de nos atermos a tais características do texto, tivemos de optar por avaliar os próprios títulos em função de sua *autonomia de inteligibilidade*, ou seja, o grau de "objetividade" da notícia nestes casos em que ela se resume a uma manchete ou título, seria medido em função de sua capacidade de, em uma ou duas linhas, "localizar", "situar" o leitor em relação ao assunto da manchete ou título, sem que este tenha de recorrer ao texto para poder compreender do que se trata, afinal. Assim, por exemplo, um título como "A estátua não senta no banco dos réus" (*Última Hora*, 13-11-1951) estaria ainda preso a padrões mais "literários"; já um título como "Assalto à mão armada dentro do Banco do Brasil: 3,5 milhões!" (*Última Hora*, 18-11-1959) possuiria maior autonomia narrativa. Desse modo, elaborou-se uma escala de três notas (3, 2 ou 1), atribuídas às manchetes ou títulos de acordo com uma avaliação posterior à coleta de dados propriamente dita, e na qual os títulos e manchetes eram avaliados fora de seus contextos editoriais de origem, ou seja, apenas como períodos isolados. Convencionou-se que uma nota 3 significaria que a manchete é perfeitamente inteligível e auto-suficiente; sua simples leitura basta para nos inteirarmos do assunto e do evento relatados. Já a nota 2 seria dada às manchetes que nos informam apenas parcialmente o relatado, privilegiando, na maioria das vezes, o assunto sem explicitar o evento específico. Por fim, a nota 1 representaria o título prática ou totalmente ininteligível. Assim, as manchetes/títulos receberam notas, que, somadas e divididas pelo número de manchetes de cada edição,

nos permitiram mensurar, para cada ano e para cada jornal coberto pela amostra, um índice médio de "autonomia".⁷

Por outro lado, uma vez admitido o pressuposto segundo o qual, ao se desenvolverem a chamada "objetividade" jornalística e os graus de competitividade a) interna, entre os jornais, e b) externa, entre os mesmos e outras mídias (como se verá mais adiante), a necessidade de valorizar

⁷ Com o intuito de testar e contrabalançar a avaliação do pesquisador — que poderia ter-se deixado influenciar, na análise das primeiras páginas, entre outros fatores, pelo fato de ter tido acesso às notícias em sua forma completa —, foram elaboradas listas com os títulos e manchetes e pediu-se a outras pessoas que assinalassem os assuntos e/ou eventos a que (supunham) se referiam os títulos isolados. A partir daí, os resultados eram analisados juntamente com as avaliações do pesquisador e feitas as correções necessárias. Desse modo, títulos que pareciam pouco ou apenas razoavelmente autônomos para a leitura hipotética do pesquisador se mostraram suficientemente inteligíveis para os leitores auxiliares, e vice-versa. É claro que em certos casos a tentativa de atribuição de um assunto ou evento a determinada manchete ou título corria os riscos decorrentes da distância cronológica existente entre os contextos que deram origem às notícias e o conhecimento que a seu respeito, passadas quatro décadas, possuíam os colaboradores. Em tais casos, tais equívocos foram tomados como corretos, com base no pressuposto de que os leitores à época de cada edição provavelmente não os cometeriam se pudessem ser chamados a colaborar com a pesquisa. Mesmo assim, embora para cada jornal e para cada ano correspondam índices numéricos precisos (dado o próprio exercício de quantificação), é evidente que tais resultados não devem ser encarados como indicadores absolutos dos graus de "autonomia" dos títulos e manchetes, em função mesmo do alto grau de subjetividade implícito nas avaliações. Tais índices são, portanto, "médias", num duplo sentido: médias aritméticas (valores médios de um conjunto) e médias de avaliação subjetiva (já que tais notas são resultado de um exercício de abstração e de imaginação, no qual o pesquisador — leitor efetivo, hoje, das primeiras páginas — procurou "ler" tal como um hipotético leitor da época, sendo auxiliado nessa experiência pela memória e perspicácia de outras leituras, igualmente subjetivas). Acreditamos, no entanto, como diria a linguísta Eni P. Orlandi, que "há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos 'formações imaginárias' em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. (...) Assim, quando o leitor real, aquele que lê o texto, se apropria do mesmo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem de se relacionar necessariamente" (1988:9). Desse modo, "o leitor não interage com o texto (relação sujeito/objeto), mas com outro(s) sujeito(s) (leitor virtual, autor etc.). A relação, como diria A. Schaff, (...) sempre se dá entre homens, são relações sociais; eu acrescentaria, históricas, ainda que (ou porque) mediadas por objetos (como o texto)" (Orlandi, 1988:9). Sendo assim, o exercício de abstração e de imaginação que procuramos fazer — em função da necessidade de elaborar uma medida de autonomia de inteligibilidade — foi apenas uma tentativa, em grande medida intuitiva, de incorporar o "leitor virtual" a que se refere a autora citada.

o espaço das primeiras páginas faria com que cada vez mais estas fossem ocupadas por *chamadas* e não por matérias completas, haveria um aumento do espaço utilizado pelos *títulos* — em detrimento dos textos —, os quais tenderiam a ter um *número de caracteres* relativamente maior, em função das crescentes necessidades de mais autonomia.

Ou seja, assim como o aumento da autonomia e do número de caracteres diz respeito à valorização dos títulos, proporcionando ao leitor economia de tempo na seleção de artigos e matérias, o aumento da proporção de chamadas — isto é, de manchetes cujos desenvolvimentos e/ou encerramentos se encontram total ou parcialmente localizados em outras páginas do jornal — também pode ser considerado indicativo da evolução dos jornais no sentido de obter um produto mais “objetivo”.

Outro indicador do desenvolvimento da imprensa, num quadro de acirramento das concorrências interna e externa, seria o aumento do peso proporcional de recursos editoriais como títulos, manchetes, fotos e ilustrações. O uso amplo de recursos visuais (fotos, ilustrações) e gráfico-visuais (manchetes, títulos, logotipos, cores, fundos etc.) apontaria para a crescente concorrência pela atenção do público.

Por fim, outros dois aspectos que poderiam ser indicativos de mudanças, digamos estruturais, da imprensa no período seriam o *número* e a *diversidade temática*⁸ das matérias constantes das primeiras páginas. Um jornal que oferece um número maior e mais diversificado de notícias pressupõe que seu público deve possuir um interesse igualmente mais amplo e diversificado que o público de um jornal que divide seu espaço por um número comparativamente menor ou menos diversificado de informações. Ou seja, o universo de interesses do público seria, de certo modo, espelhado pelo jornal; assim, quanto mais diversificado o noticiário desse jornal, mais ampla a imagem do universo de interesses do público. É evidente, contudo, que também se pode compreender a diversificação do noticiário como uma “estratégia” de concorrência interna à imprensa, uma

⁸ Para proceder a essa análise, as notícias de cada jornal foram classificadas por grupos temáticos. Em seguida, obteve-se a média, para cada ano, do número de grupos temáticos diferentes em cada jornal, o que permitiu que se chegasse a um valor médio de diversidade de cada ano da amostra.

“estratégia” de atração de novos públicos, com interesses diversos (deixamos entre aspas, porque os graus de elaboração e de sistematização de tal estratégia podem ser muito baixos). Pode-se pressupor que a diversidade de interesses exista no público consumidor regular de um jornal ou que esteja dispersa no conjunto de um mercado potencial a ser conquistado. Seja como for, o fato é que tal pressuposição de maior diversidade de interesses aponta para a percepção, mais ou menos elaborada, por parte da imprensa, de que o universo de áreas de interesse do público está se expandindo, de que esse público é e/ou pretende ser mais “bem informado”, e demanda cada vez mais informação (mesmo que este “cada vez mais” e este “bem informado” sejam de caráter meramente quantitativo e superficial). Assim, ao aumentar o número de notícias e ao diversificar as temáticas do noticiário, a imprensa ao mesmo tempo estaria fazendo uma concessão ao ritmo cada vez mais vertiginoso de produção simbólica instaurado pela então nascente indústria cultural e, com isso, reproduzindo-o.

Sendo assim, a hipótese central que norteia esta pesquisa é que, nos anos 50, o texto e os conteúdos gráficos dos jornais brasileiros teriam passado por um processo de “objetivização jornalística”, caracterizado pela evolução crescente dos índices das variáveis já especificadas, o que apontaria não só para a profissionalização da imprensa em meio ao acirramento da concorrência interna à mídia impressa e ao surgimento e desenvolvimento de um mercado de bens da “indústria cultural”, como também para sua adequação a um quadro político-institucional que cada vez mais se aproximava dos ideais de funcionamento de uma ordem política representativa.

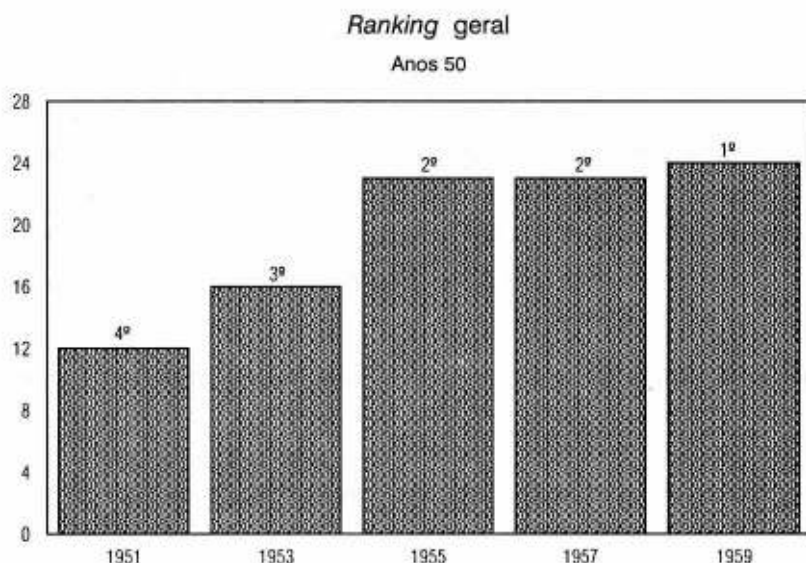
Indicadores utilizados na pesquisa e resultados obtidos — anos 50

Para testar a hipótese central desta pesquisa, foram desenvolvidas seis variáveis relativas aos conteúdos formais das primeiras páginas da amostra, e que correspondem às micro-hipóteses citadas, relativas à evolução formal dos jornais no período estudado. São elas:

- autonomia de inteligibilidade dos títulos/manchetes jornalísticos;
- número médio de caracteres dos títulos/manchetes jornalísticos;

- proporção média de chamadas entre os títulos/manchetes jornalísticos;
- peso proporcional dos recursos editoriais;
- graus de diversidade temática do noticiário; e
- número médio de notícias.⁹

Se agruparmos os resultados de todos os indicadores citados numa espécie de *ranking* dos anos 50, veremos que, em linhas gerais, nossas hipóteses se confirmam. Atribuindo a cada ano uma pontuação proporcional ao lugar que ocupa no exame de cada uma de nossas variáveis — por exemplo, 1º lugar, 5 pontos; 2º lugar, 4 pontos, e assim sucessivamente —, delineia-se uma tendência praticamente ininterrupta de crescimento, de 1951 a 1959, cuja única alteração significativa é o “empate” dos anos de 1955 e 1957 no 2º lugar (ver gráfico).



⁹ Os gráficos com os resultados obtidos na análise de cada uma dessas variáveis encontram-se no anexo I.

Conforme se pode observar na tabela 1, o ano de 1959 é, com efeito, o que obtém a maior pontuação na amostra principal:

Tabela 1
Ranking geral
Anos 50

Variáveis/Anos	1951	1953	1955	1957	1959
Autonomia	4º	3º	2º	1º	2º
Número de caracteres	4º	5º	3º	1º	2º
% de chamadas	3º	5º	1º	4º	2º
% de títulos	5º	2º	1º	4º	3º
Diversidade	4º	2º	3º	1º	2º
Número de notícias	4º	3º	3º	2º	1º
Total de pontos	12	16	23	23	24

Embora seja o primeiro apenas no exame da variável “número de notícias”, o ano de 1959 deve sua colocação no *ranking* geral ao fato de ser o segundo em quase todos os demais índices da amostra. Já o ano de 1957, mesmo sendo o que mais vezes atingiu os índices mais altos (é o primeiro em “autonomia”, “número de caracteres” e “diversidade”), apresenta pequenas percentagens relativas de chamadas e de títulos, o que faz sua pontuação se igualar à do ano de 1955, cujo desempenho parece ser bem mais regular.

De qualquer maneira, o que ressalta dessa primeira vista panorâmica dos resultados globais da amostra é, antes de tudo, o verdadeiro salto de “objetividade jornalística” que parece se produzir na metade da década — com o intervalo dos anos de 1953 e 1955 guardando uma diferença de 7 pontos — e, além disso, o curioso equilíbrio observado nos intervalos seguintes, nos quais a variação de pontuação é mínima. Digo “curioso equilíbrio” porque, como se pode notar, o resultado se deve especificamente às grandes variações internas observadas no desempenho geral dos jornais de 1957.

Percebeu-se, com efeito, que o ano de 1957 é aquele em que a tendência predominante de aumento das proporções do espaço impresso ocu-

pado por títulos se inverte, em benefício dos textos; é também o ano em que o número de chamadas volta a cair (após um crescimento no intervalo anterior) — o que, como se pode perceber, torna aparentemente problemáticas as nossas hipóteses (ver, no anexo 1, os gráficos 4 a 7). No entanto, este é também o ano em que aqueles mesmos títulos, embora ocupando espaço relativamente menor e contendo um número relativamente menor de chamadas, atingem o mais alto grau de autonomia de inteligibilidade. Além disso, 1957 é o ano em que os títulos possuem o maior número médio de caracteres e, finalmente, em que se verifica o maior índice de diversidade temática do noticiário (ver, no anexo 1, os gráficos 1, 2 e 8).

O que podem significar tais disparidades?

Bem, em primeiro lugar, no que diz respeito especificamente à percentagem de chamadas, é necessário levar-se em conta o fato de que a decisão de se publicar uma notícia na primeira página — seja na íntegra, em parte, ou apenas com seu título — é função não só da política editorial de cada redação e da importância por ela atribuída à notícia, mas também da disponibilidade de matéria. Ora, como vimos, o ano de 1957 é também o que apresenta o maior grau de diversidade temática em toda a amostra principal. Se analisarmos as cinco principais notícias¹⁰ dos jornais da amostra daquele ano, perceberemos que não há propriamente um tema ou evento que pareça monopolizar as atenções do público, e que as proporções de chamadas e de matérias completas são rigorosamente idênticas: 50% (ver anexo 2). Assim, se na *Última Hora* a notícia de maior destaque é uma chamada que se refere a uma denúncia de empreguismo na Prefeitura do então Distrito Federal, o *Diário da Noite* dá maior ênfase a uma matéria completa sobre o desfecho de um crime na alta sociedade

¹⁰ As cinco manchetes mais importantes de cada edição foram classificadas segundo o número de pontos obtidos por cada uma, pontos estes que variavam conforme a presença, a ausência e a magnitude de determinadas características, como: o posicionamento da manchete na página (no alto, no meio, embaixo); o tamanho da manchete (em centímetros x colunas); a presença ou não de foto ou ilustração; a magnitude relativa do título ou manchete; a presença ou não de texto; e a presença ou não de subtítulos, legendas, molduras ou quaisquer outros recursos gráficos que visassem destacar visualmente a notícia.

mineira. Já o outro jornal da cadeia dos Associados, *O Jornal*, dá mais espaço à matéria completa intitulada "Possível congelamento de preços". Enquanto isso, o *Correio da Manhã*, outro matutino da amostra, abre sua principal manchete a uma chamada que se refere a um caso de seqüestro na cidade do Rio de Janeiro. Com efeito, este é um dos únicos assuntos a merecer destaque em mais de um jornal; os demais são o desfecho da aventura espacial da cadela russa Laika e a crise por que passava a Petrobras.

Mais significativo ainda parece ser o fato de que se possa contar cerca de 11 temas diferentes apenas entre as 20 principais matérias da amostra de 1957 — as cinco primeiras de cada um dos quatro jornais. É bastante plausível afirmar, portanto, que o que ocorreu, na verdade, no conteúdo da amostra selecionada para esse ano foi a ausência de temas de impacto que catalisassem o conjunto da imprensa carioca de modo mais homogêneo (como sucedeu, como veremos, com as amostras de 1955 e 1959). Tal ausência, no nosso entender, permitiu:

- maior diversidade temática do noticiário — diversidade que não seria apenas efeito passivo da ausência de temas de impacto, mas resultado da tentativa de ativar o maior espectro possível de interesses mais particularizados e localizados;
- um número relativamente grande de notícias — com efeito, o número médio de notícias da amostra de 1957 é superado apenas, e muito ligeiramente, pelo de 1959;
- a divulgação de notícias de menor conteúdo, com uma percentagem menor de chamadas.

Por outro lado, a mesma linha de raciocínio pode nos ajudar a compreender a inversão da tendência relativa às percentagens de recursos editoriais. Se não havia na ocasião notícias com grande ou presumível poder de catalisar a atenção do público *apenas pela simples exposição de seu título*, é perfeitamente razoável supor que a maior utilização relativa de textos, em detrimento de títulos, nos jornais da amostra desse ano se deveu, em grande medida, à necessidade de fornecer aos leitores maiores detalhes sobre os assuntos divulgados. Nesse sentido, inclusive, pode-se dizer que

os altos índices de “autonomia” e de “número de caracteres” — os maiores de toda a amostra — obtidos por esses mesmos títulos relativamente menores atestam, na verdade, o que bem se poderia considerar a obtenção de um nível ótimo de “objetividade jornalística” por parte dos jornais de 1957. Pois esses jornais conseguiram, em suas primeiras páginas, divulgar um grande número de notícias, com a maior diversidade temática, dando relativamente mais texto a essas notícias, publicando-as, em grande medida, de maneira completa, e titulando-as de modo relativamente mais inteligível.

Seguindo a mesma lógica, o desempenho do ano de 1959 — o primeiro no *ranking* geral — não ficaria muito atrás, principalmente se levarmos em conta o fato de que nesse caso é perfeitamente possível destacar o peso do noticiário de determinados assuntos. Percebe-se na amostra de 1959 o predomínio das notícias de política internacional, que chegam a ocupar cerca de 26,25% do espaço noticioso. Tal predomínio não pode ser atribuído apenas a um acontecimento específico, e sim a blocos de assuntos de grande relevância, aos quais o noticiário de política internacional, de um modo ou de outro, se refere. Assim, por exemplo, as notícias que direta ou indiretamente dizem respeito à Guerra Fria chegam a ocupar cerca de 52,38% de todo o noticiário de política internacional; são notícias a respeito da movimentação diplomática entre as grandes potências, acusações e ameaças mútuas, acontecimentos (em geral, negativos) do dia-a-dia dos países comunistas, atividades da Otan etc.

É claro que esse tema e suas várias facetas dominaram o noticiário internacional em vários momentos, não só nesse ano, mas em toda a década pesquisada (como, aliás, o faziam até bem pouco tempo, quando o próprio fim da Guerra Fria passou a constituir tema jornalístico). Eventos como a Revolução Cubana e a inclinação de Fidel para o bloco comunista, a bomba atômica francesa e o acirramento da corrida armamentista, entre outros daquele ano, parecem ter contribuído para o predomínio, entre os jornais da amostra de 1959, do tema mais recorrente e preocupante do noticiário de política internacional da década de 50 (ver anexo 2).

Por outro lado, se mais da metade desse tipo de noticiário se concentra, em 1959, na Guerra Fria, o restante das matérias de política internacional, em sua quase totalidade (cerca de 42,90%), constitui um gru-

po temático que se poderia chamar de “desenvolvimento econômico internacional”: são notícias sobre propostas de políticas de financiamento e ajuda a países pobres, relações comerciais entre o Brasil e a Argentina, desenvolvimento da Comunidade Econômica Européia etc. Sem dúvida, para tal destaque contribuiu em muito o quadro de crise econômica que então vivia o país, com o crescimento da inflação e da dívida externa, e que se desdobrou em acontecimentos tais como o desenvolvimento da Operação Pan-Americana, o rompimento do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (em 28 de junho daquele ano) e as mudanças na equipe econômica do governo, com trocas de ministros e de altos funcionários. Como se pode perceber (ainda que impressionisticamente) nos dias de hoje — quando o Brasil novamente atravessa uma crise econômica¹¹ — o noticiário dos jornais parece ser profundamente sensível às angústias suscitadas por tais conjunturas, procurando tirar delas o máximo proveito e divulgando toda espécie de notícias: não só as que abordam a crise em si como também aquelas que, de um modo ou de outro, dizem respeito seja às suas causas e desdobramentos políticos, econômicos e sociais, seja às suas possíveis soluções, encaminhamentos e propostas.

A isso talvez se possa atribuir:

- os índices relativamente menores de “diversidade”, “autonomia” e “número de caracteres” dessa amostra — no caso destas últimas (autonomia e caracteres) devendo-se levar em consideração o fato de que os principais títulos se referiam provavelmente a assuntos já conhecidos do público; e
- a proporção maior de espaço impresso ocupado por títulos, em comparação com 1957 (ver, no anexo 1, os gráficos 1, 2, 5 e 8) —, supondo-se que o uso proporcionalmente maior de títulos estaria circunscrito a estratégias de concorrência pela atenção do público na divulgação de notícias que, ao menos no cálculo/avaliação editorial, seriam também objeto de atenção do conjunto dos concorrentes.

¹¹ Ou seja, em meados de 1991.

O mesmo raciocínio também se pode aplicar à compreensão do resultado global dos índices da amostra de 1955 e do arranjo de seus componentes. Vale notar que as edições da amostra referentes ao ano de 1955 são as únicas cujo conteúdo é influenciado decisivamente por um evento específico e seus desdobramentos. As duas edições vespertinas são do dia 21 de novembro de 1955, e as matutinas, do dia seguinte. Ora, como se sabe, 10 dias antes, em 11 de novembro, o país fora convulsionado por uma malsucedida tentativa de golpe de Estado que visava impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek.

Como se pode perceber pela análise da distribuição temática (tabela 2), o noticiário coletado deste ano é dominado por notícias relativas à política nacional, que, neste caso, dizem todas respeito a desdobramentos do evento citado.

Tabela 2
Diversidade temática
Jornais de 1955

Temas principais	%
Política nacional	22,73
Política internacional	16,67
Economia	13,64
Sociedade (personalidades, "colunáveis" etc.)	10,61
Subtotal	63,65
Outros temas (policia, administração pública, cultura, esportes, curiosidades, acidentes, meios de informação, religião, serviços)	36,35
Total	100,00

Comparativamente às amostras dos outros anos, em 1955 o noticiário de política nacional (que, diga-se de passagem, está sempre presente) atinge sua marca mais elevada, ocupando cerca de 22,73% do espaço noticioso médio disponível. É lícito, portanto, supor que a queda do índice de diversidade se deve, em grande medida, aos desdobramentos de um evento político de tão grande relevância e repercussão pública, tal como o sucedido em 11 de novembro de 1955.

Desse modo, sem prejuízo das especificidades dos conteúdos noticiosos disponíveis em cada amostra anual coletada, delineia-se claramente uma tendência de crescimento da chamada “objetividade jornalística”, principalmente na segunda metade da década de 50.

Resta-nos, por ora, pensar sobre as mudanças que se verificaram nas características dessa “objetividade jornalística”, quando passamos da análise de jornais produzidos num período de intensa concorrência, como os anos 50, para a daqueles que se inserem num quadro oligopolista de mercado, como o que parecemos ter hoje em nossa imprensa.

Análise comparativa — anos 50 e 90

Se, ao *ranking* citado anteriormente acrescentarmos os resultados obtidos na análise da amostra auxiliar, veremos que, de acordo com nossas variáveis e ao contrário do que à primeira vista poderíamos esperar — supondo, por exemplo, que de 1950 até hoje os nossos jornais tivessem passado por uma simples evolução linear, no sentido da “objetivização jornalística” —, os principais jornais brasileiros de nossos dias não são necessariamente mais “objetivos” do que os de 30, 40 anos atrás. Em certos aspectos, inclusive, poderíamos até mesmo falar de uma espécie de regressão.

Senão vejamos:

Tabela 3
Ranking geral
Anos 50 e amostra de 1991

Variáveis/Anos	1951	1953	1955	1957	1959	1991
Autonomia	4º	3º	2º	1º	2º	5º
Número de caracteres	4º	5º	3º	1º	2º	6º
% de chamadas	4º	6º	2º	5º	3º	1º
% de títulos	6º	2º	1º	5º	4º	3º
Diversidade	5º	3º	4º	2º	3º	1º
Número de notícias	5º	4º	4º	3º	2º	1º
Total de pontos	8	13	20	19	20	19

Observando-se a tabela 3, percebe-se que:

- a inclusão dos dados relativos à amostra auxiliar de 1991 modifica também a composição do *ranking* anterior (só anos 50), alterando as colocações das amostras anuais e, conseqüentemente, os totais de pontos obtidos;
- essa alteração, no entanto, se deve única e exclusivamente à proporção de espaço impresso ocupado por títulos na amostra de 1991, que se situa em 3º lugar, o que contribui para a diminuição das pontuações dos anos de 1957 e 1959 (que passam, respectivamente, nessa variável para o 5º e o 4º lugares do *ranking*);
- no caso das demais variáveis, a inclusão dos dados da amostra auxiliar não provoca qualquer alteração significativa, porque em três delas os jornais de 1991 ocupam o 1º lugar (o que reduz proporcionalmente a pontuação aí obtida pelos anos da década de 50) e porque nas outras duas a amostra de 1991 fica com os últimos lugares (sem, portanto, alterar as colocações superiores).

Na verdade, o que mais nos chama a atenção é essa disparidade interna do conjunto global de colocações da amostra de 1991, que faz, inclusive, com que sua pontuação não supere a média obtida pelos três últimos anos da década de 50. Assim, se por um lado os jornais de 1991 apresentam os maiores índices de “número de notícias”, “proporção de chamadas” e “diversidade temática”, por outro os seus índices de “autonomia” e de “número de caracteres” estão abaixo de todos os obtidos pelos jornais da amostra principal.

Como explicar esses resultados?

Quando analisamos os assuntos das cinco principais notícias de cada jornal da amostra, vemos que o rumoroso caso do deputado Jabes Rabelo¹² é o assunto mais destacado nas edições de *O Estado de S. Paulo* e do

¹² O deputado federal Jabes Rabelo teve seu mandato cassado por falta de decoro parlamentar, sob a acusação de falsificar documentos de acesso ao Congresso e estar envolvido com o tráfico de drogas.

Jornal do Brasil, e o 2º de maior destaque nas edições de *O Globo* e da *Folha de S. Paulo*. Como notícia principal da edição de *O Globo*, e como segunda principal de *O Estado de S. Paulo* e quarta do *JB*, vem a cobertura de um encontro de cúpula entre George Bush e Mikhail Gorbachev,¹³ e seus desdobramentos (a convocação de uma conferência de paz para o Oriente Médio). Finalmente, o único dos demais assuntos a ocupar com destaque as primeiras páginas de mais de um jornal da amostra é o desbloqueio dos cruzados novos¹⁴ (2ª notícia do *JB*, 4ª de *O Globo* e desdobrada em 3ª e 5ª em *O Estado de S. Paulo*); a principal notícia da edição da *Folha de S. Paulo* aqui analisada comparava o rendimento da caderneta de poupança com a inflação.

Tudo indica que os jornais da amostra se permitiram baixos índices de autonomia de inteligibilidade em seus títulos por privilegiarem, em seu noticiário, assuntos de prévio conhecimento do público. Nesse sentido, pode-se dizer que, hoje, o noticiário de maior destaque nos veículos da imprensa escrita vem a reboque de outras mídias informativas mais velozes, penetrantes e imediatas: o rádio e, principalmente, a televisão. Assim, os jornais são, de certo modo, obrigados a dar destaque às notícias que, na véspera, ganharam espaço na mídia eletrônica (o que evidentemente não os impede de realimentar o circuito com novas pautas e informações). E com esse novo quadro de atribuições jornalísticas, com o predomínio da informação televisionada, o jornal, se não chega primeiro com a notícia, pode ao menos trazê-la de uma maneira nova, com novos aspectos e ênfases (o que, nesse caso, poderia significar um relativo sacrifício da autonomia de inteligibilidade dos títulos, em favor de um maior detalhamento do assunto em suas implicações e desdobramentos). Essa situação de dependência com relação aos meios eletrônicos pode nos ajudar a compreender por que foi comparativamente tão pequeno o aumento das proporções de espaço im-

¹³ Então presidentes, respectivamente, dos EUA e da URSS.

¹⁴ O "desbloqueio" dos cruzados novos fazia parte do plano econômico de combate à inflação posto em prática pelo governo do presidente Fernando Collor de Mello, um ano e meio antes, em março de 1990.

presso ocupado por fotos, ilustrações e títulos, em detrimento dos textos, quando se comparam os dados da amostra secundária (1991) com os da principal.

Tabela 4
Distribuição do espaço impresso
ocupado por recursos gráficos

Amostras	Texto %	Títulos %	Ilustrações %	Fotos %
Média dos anos 50	35,39	39,11	1,41	24,09
Amostra de 1991	31,65	39,72	2,80	25,83

Assim, o pequeno aumento do espaço impresso ocupado por recursos visuais dar-se-ia hoje não exatamente como uma forma de concorrência intermédias, tal como nos anos 50 — concorrência que talvez já esteja superada pela delimitação não-excludente de atribuições jornalísticas entre as diversas mídias —, e sim, possivelmente, como sinal de uma espécie de autêntica adaptação da mídia impressa ao ritmo da televisão, a sua sofisticação visual¹⁵ e, principalmente, a seu padrão de objetividade, mais afim com a informação mais imediata e imediatista por ela transmitida: padrão que privilegia a suposta captura do “fato jornalístico” em imagens. Assim, muitas vezes as fotos (e mesmo as ilustrações) dos jornais de hoje são verdadeiras versões impressas de imagens exibidas de modo paradigmático pela TV, na véspera — como se, além de terem de abordar o mesmo assunto divulgado pela TV, os jornais se vissem obrigados a fazê-lo dando ao público a mesma referência imagética (ou quase). Desse modo, imprimindo a imagem “sancionada” pela TV, a foto do jornal também se beneficiaria da sanção, garantindo para si maior legitimidade enquanto reprodução objetiva do “fato”.

¹⁵ O que é exemplificado pelas animações, pelas vinhetas ágeis e pelos logotipos coloridos que apresentam e identificam os produtos da TV. Isso talvez nos ajude a compreender o significativo aumento do espaço impresso ocupado nos jornais pelas ilustrações.

Por outro lado, é evidente também que o mercado jornalístico modificou-se sensivelmente nos últimos 30 anos. Assim, se nos anos 50 os jornais utilizados em nossa amostra principal eram apenas quatro entre os vários outros títulos que, *apenas no então Distrito Federal*, disputavam acirradamente a preferência do público, hoje não resta mais nenhum daqueles jornais (o último a deixar de circular foi a *Última Hora*, que faliu em julho de 1991). Não é, pois, por acaso que nossa amostra auxiliar é formada pelos quatro maiores jornais do país, que, juntos, dividem hoje oligopolistamente nossos dois principais mercados.

Desse modo, a concorrência entre os jornais analisados tem de passar por caminhos diversos dos provavelmente trilhados pela imprensa carioca nos anos 50. E nesse novo quadro, tratar-se-ia muito menos, para os grandes jornais, de atrair a atenção do leitor eventual com títulos grandes e “objetivos”, do que de satisfazer os mais variados interesses de um público cada vez mais regular e cativo de uma linha editorial, de um “estilo” — enfim, de um produto da chamada indústria cultural, já consolidado em suas linhas gerais.

Dai as grandes disparidades observadas: altos índices de diversidade, número de notícias e proporção de chamadas; e baixos índices de autonomia e número de caracteres. Pois jornais que dividem entre si, oligopolistamente, grandes faixas de mercado — mas que se encontram, tanto do ponto de vista da temporalidade da notícia quanto de sua penetração, a reboque de mídias mais rápidas e poderosas — tenderiam a aumentar e a diversificar sua oferta noticiosa. A divulgação dessa oferta pode se beneficiar do conhecimento prévio, por parte do público, dos personagens e aspectos mais gerais das notícias publicadas, o que, por sua vez, permitiria a confecção de títulos comparativamente menos inteligíveis. Dai também a conclusão de que não cabe propriamente comparar, em termos absolutos, a “objetividade jornalística” dos jornais de hoje com a dos jornais dos anos 50. Antes, parece mais profícuo tentar compreender as especificidades de cada tipo de produto, em seus contextos particulares, para melhor entender as mudanças ocorridas e seus significados.

A título de conclusão

Fica evidente, portanto, a partir dos resultados obtidos, que ao longo da década de 50 as primeiras páginas dos jornais passam por uma série de alterações formais, que, mesmo levando-se em consideração o caráter altamente dinâmico e imprevisível da produção jornalística e o considerável grau de autonomia editorial de que dispõem os seus agentes, não deixam de configurar, em seu conjunto, o desenvolvimento de um determinado padrão de "objetividade jornalística".

Por outro lado, a análise comparativa da amostra de jornais da década de 50 e da amostra auxiliar de 1991 parece pôr em xeque qualquer tentativa de absolutização, de a-historicização do próprio conceito de "objetividade jornalística", ao demonstrar que a inserção da imprensa nos quadros de uma "indústria cultural" já consolidada e a configuração de seus mercados em moldes oligopolistas implicam a necessidade de se pensar novos parâmetros para tal "objetividade". De tal modo, inclusive, que conceitos como *lead*, "pirâmide invertida" etc. podem, hoje em dia, corresponder muito mais a elementos de um discurso pseudo-esotérico, que de algum modo se insere num processo de legitimação da pretendida especificidade do ofício jornalístico, do que a padrões e/ou regras de procedimento que *efetivamente* vigorem, norteando a redação das notícias (coisa que uma pesquisa mais substantiva, com os principais jornais da atualidade, poderia verificar).

Nosso modelo teórico certamente foi aqui concebido e aplicado num grau muito elevado de generalização. Foi, ademais, "testado" através de micro-hipóteses que não podem, nem pretendem, dar conta de uma série de mediações que vigoram entre, de um lado, o quadro geral de mudanças estruturais e, de outro, um produto final jornalístico: a primeira página.¹⁶ Mesmo assim, essa primeira análise aproximativa de nossos dados — obtidos de uma pequena amostra de alguns poucos (porém importantes)

¹⁶ Entre as referidas mediações, podemos mencionar: o lugar da imprensa, de seus veículos principais e de seus agentes de maior "peso funcional" nos campos político e sócio-económico mais abrangentes, o lugar de seus produtores no campo intelectual e, mais especificamente, a estrutura interna, a cultura e as características específicas de cada redação etc.

jornais — parece mostrar que a pertinência e o potencial heurístico de nosso modelo não são negligenciáveis.

O mesmo, creio, pode ser dito do método utilizado e de seu enfoque — que arriscaria a assumir, mesmo não podendo me justificar nos limites deste trabalho, como de inspiração “estruturalista”.¹⁷ Isso, entretanto, é assunto para outros trabalhos.

Referências bibliográficas

Amorim, José Salomão David. *Jornal do Brasil — Chicago Tribune*. Rio de Janeiro, set./out. 1965. (Cadernos de Jornalismo — *Jornal do Brasil*, 3.)

Bahia, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo, Ática, 1990.

Bucher, K. Die Anfänge des Zeitungswesens. In: *Die Entstehung der Volkswirtschaft*. 10 ed. Tübingen, 1917. v. 1.

Eco, Humberto. Sémiologie des messages visuels. *Communications*. Paris (15), mai 1970.

Geyrhofer, Friedrich. Aquiles com pólvora e chumbo: a fisionomia do jornalismo. In: *Imprensa e capitalismo*. Organização de Ciro Marcondes Filho. São Paulo, Kairós, 1984.

Goldenstein, Gisela T. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo, Summus, s.d.

—— Folhas ao vento — contribuição ao estudo da indústria cultural no Brasil. São Paulo, USP, 1986. (Tese de Doutorado em Sociologia.)

Habermas, Jürgen. Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa. In: *Imprensa e capitalismo*. Organização de Ciro Marcondes Filho. São Paulo, Kairós, 1984.

¹⁷ Creio que o interesse ainda presente neste método pode ser melhor aquilatado principalmente se levarmos em conta o alto grau não só de subjetivismo — o que, em si, não é necessariamente pouco produtor — mas também de personalismo que domina o abundante material que possuímos, (auto)referente à história de nossa imprensa.

Kientz, Albert. *Comunicação de massa: análise de conteúdo*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1973.

Melo, José Marques de. Análise morfológica e de conteúdo de 10 jornais paulistanos. *Revista da Escola de Comunicações Culturais*. São Paulo, USP (2), 1968.

———. *Comunicação social — teoria e pesquisa*. Petrópolis, Vozes, 1970.

Orlandi, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. Campinas, Cortez/Unicamp, 1988.

Ortiz, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

Scavone, Lucila; Belloni, M. L. & Garbayo, C. S. *A dimensão política da comunicação de massa: um estudo exploratório do caso brasileiro*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1975.

Sodré, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

Viggiano, Alan. *Análise de conteúdo nos veículos de comunicação gráfica*. Rio de Janeiro, nov. 1968. (Cadernos de Jornalismo e Comunicação — *Jornal do Brasil*, 16.)

Anexo 1

Gráfico 1

Autonomia
Anos 50 e 1991

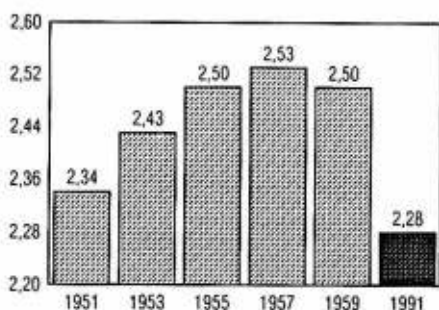


Gráfico 2

Número de caracteres
Anos 50 e 1991

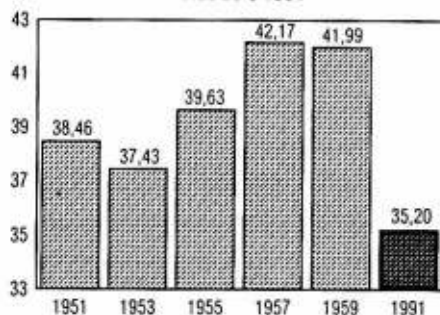


Gráfico 3

Percentual de chamadas
Anos 50 e 1991

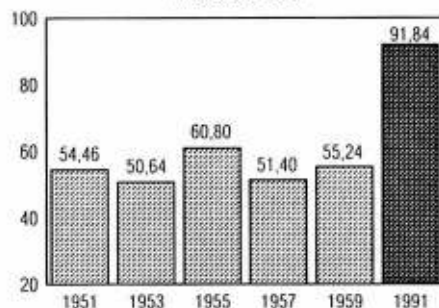


Gráfico 4

Espaço impresso com texto
Anos 50

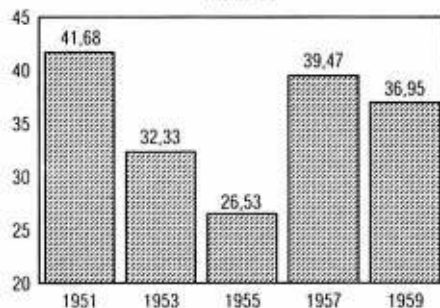


Gráfico 5

Espaço impresso com títulos
Anos 50

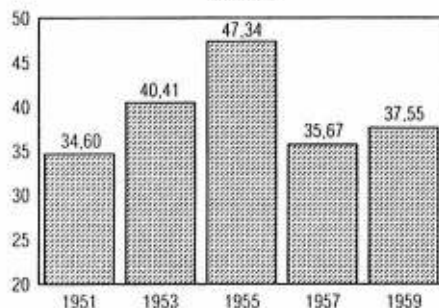


Gráfico 6

Espaço impresso com ilustrações
Anos 50

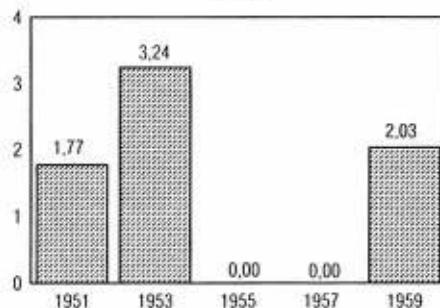


Gráfico 7

Espaço impresso com fotos
Anos 50

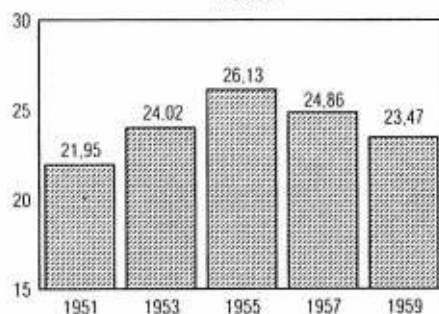


Gráfico 8

Diversidade temática
Anos 50 e 1991

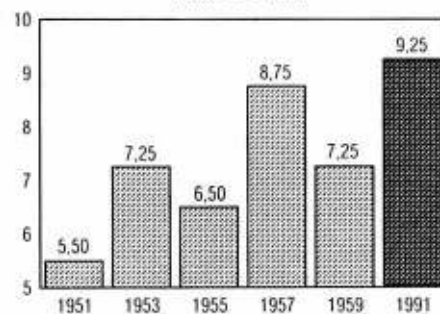


Gráfico 9

Noticiário de política nacional
Anos 50 e 1991

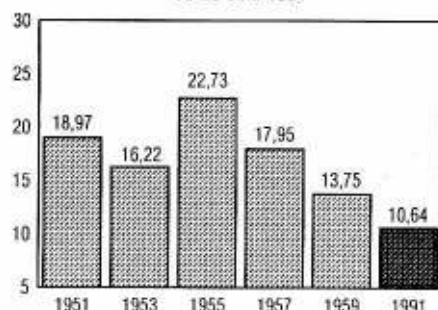
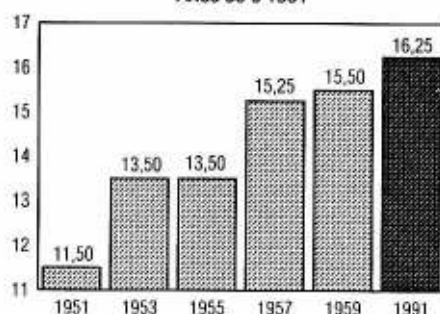


Gráfico 10

Número de notícias
Anos 50 e 1991



Anexo 2

Manchetes principais de 1955

Jornal	Data	Títulos	Assunto	Ranking
<i>Última Hora</i>	21-11-1955	Café num dilema: pedir licença ou perder o mandato	Política nacional	1
<i>Diário da Noite</i>	21-11-1955	Café Filho disse a Lott que pretende voltar ao Catete	Política nacional	1
<i>O Jornal</i>	22-11-1955	Brasil: oportunidade perdida	Economia/Política Internacional	1
<i>Correio da Manhã</i>	22-11-1955	O impedimento do sr. Café Filho por uma resolução da Câmara	Política nacional	1
<i>Última Hora</i>	21-11-1955	A chuva também jogou	Esporte	2
<i>Diário da Noite</i>	21-11-1955	Rainha da Primavera	Sociedade	2
<i>O Jornal</i>	22-11-1955	Manifestação entusiástica ao sultão do Marrocos	Política internacional	2

continua

Jornal	Data	Títulos	Assunto	Ranking
<i>Correio da Manhã</i>	22-11-1955	Muitos mortos e feridos na luta entre marroquinos	Política internacional	2
<i>Última Hora</i>	21-11-1955	Extradição do corvo como criminoso comum	Política nacional	3
<i>Diário da Noite</i>	21-11-1955	Quadrilha de menores dominada por maçoneiro	Policial	3
<i>O Jornal</i>	22-11-1955	Amotinados os adeptos do califa de Fez e Zen Yousse	Política internacional	3
<i>Correio da Manhã</i>	22-11-1955	Está em reunião na conferência de Bagdá o bloco árabe...	Política internacional	3
<i>Última Hora</i>	21-11-1955	(Jogos da Primavera)	Sociedade	4
<i>Diário da Noite</i>	21-11-1955	Descontentes os servidores com os rumos do plano de classificação	Administração/Política nacional	4
<i>O Jornal</i>	22-11-1955	Solicitada a extradição de Perón, Borlenghi e outros <i>leaders</i>	Política internacional	4
<i>Correio da Manhã</i>	22-11-1955	A censura	Mídias/Política nacional	4
<i>Última Hora</i>	21-11-1955	Substituição normal das tropas em S. Cristóvão e Campo de Santana	Política nacional	5
<i>Diário da Noite</i>	21-11-1955	Sem freios, o ônibus foi contra as barracas da feira	Acidentes	5
<i>O Jornal</i>	22-11-1955	No Egito: prisão para dois juizes pilhados em flagrante...	Internacional/ Curiosidade	5
<i>Correio da Manhã</i>	22-11-1955	O algodão norte-americano	Economia/ Internacional	5

Manchetes principais de 1957

Jornal	Data	Títulos	Assunto	Ranking
<i>Última Hora</i>	13-11-1957	PDF: milhares de empregos para aumentar os impostos	Política nacional	1
<i>Diário da Noite</i>	11-11-1957	Foi a governante da casa que matou o milionário	Policial	1
<i>O Jornal</i>	13-11-1957	Possível congelamento de preços	Administração/ Economia	1
<i>Correio da Manhã</i>	13-11-1957	Cada popular se transformou em policial	Policial	1
<i>Última Hora</i>	13-11-1957	O novo perigo: psicose do rapto	Policial	2
<i>Diário da Noite</i>	11-11-1957	No Jardim de Alá o Q.G. do seqüestrador	Policial	2
<i>O Jornal</i>	13-11-1957	O prefeito sob <i>impeachment</i> não quer deixar a Prefeitura	Política nacional	2
<i>Correio da Manhã</i>	13-11-1957	(prêmio Nobel literatura)	Cultura/ Internacional	2
<i>Última Hora</i>	13-11-1957	Em Portugal: substituição de Salazar por uma rainha	Política internacional	3
<i>Diário da Noite</i>	11-11-1957	Morreu Laika, mas russos não dizem	Internacional/ Ciência	3
<i>O Jornal</i>	13-11-1957	Anunciada oficialmente a morte da cadela Laika	Ciência	3
<i>Correio da Manhã</i>	13-11-1957	Cairo instiga os jordanos	Política internacional	3
<i>Última Hora</i>	13-11-1955	Lei do Inquilinato: prorrogada na Câmara por mais 1 ano!	Política social	4
<i>Diário da Noite</i>	11-11-1957	Atirem para matar, era a ordem da polícia no motim de P. Alegre	Conflito social/ Policial	4
<i>O Jornal</i>	13-11-1957	Divergência entre Janari e os três diretores exonerados	Administração	4
<i>Correio da Manhã</i>	13-11-1957	Não arranha a nossa soberania a base dos teleguiados	Pol. nacional/ Pol. internacional	4
<i>Última Hora</i>	13-11-1957	Após o rancho, <i>show</i> de <i>Última Hora</i> diverte regimento Floriano	Cultura/Sociedade	5
<i>Diário da Noite</i>	11-11-1957	Teria se matado a senhora paraguaia	Policial/Acidentes	5
<i>O Jornal</i>	13-11-1957	Lacerda posto à margem das negociações com o governo	Política nacional	5
<i>Correio da Manhã</i>	13-11-1957	Acareação no inquérito sobre petróleo	Administração/ Política nacional	5

Manchetes principais de 1959

Jornal	Data	Títulos	Assunto	Ranking
<i>Última Hora</i>	18-11-1959	Assalto à mão armada dentro do Banco do Brasil: 3,5 milhões	Policial	1
<i>Diário da Noite</i>	18-11-1959	Consagração póstuma ao gênio que o Brasil deu ao mundo	Cultura/Sociedade	1
<i>Correio da Manhã</i>	18-11-1959	Adenauer e Macmillan iniciam importantes conversações em Londres	Política internacional	1
<i>O Jornal</i>	18-11-1959	Mathieu em edição nativa	Cultura/Sociedade	1
<i>Última Hora</i>	18-11-1959	Coro de milhares de vozes no funeral do maestro Villa-Lobos	Cultura/Sociedade	2
<i>Diário da Noite</i>	18-11-1959	Substituições na Cofap, no DFSP e Polícia Militar	Administração/Política nacional	2
<i>Correio da Manhã</i>	18-11-1959	Evolução e modernização	Política internacional	2
<i>O Jornal</i>	18-11-1959	URSS, atacada, destruirá o mundo	Política internacional	2
<i>Última Hora</i>	18-11-1959	48 horas sem água: novo rompimento na rede distribuidora	Administração	3
<i>Diário da Noite</i>	18-11-1959	Agredido e roubado dentro da agência do Banco do Brasil	Policial	3
<i>Correio da Manhã</i>	18-11-1959	Herter: chegou o momento de a próspera Europa começar a dar	Política internacional	3
<i>O Jornal</i>	18-11-1959	Lafer tentara reaver para o café o mercado argentino	Economia/Política internacional	3
<i>Última Hora</i>	18-11-1959	Lott proclama a soberania do Congresso para a votação da emenda...	Política nacional	4
<i>Diário da Noite</i>	18-11-1959	Desastre na Central deixou todo o tráfego interrompido	Acidentes/Administração	4
<i>Correio da Manhã</i>	18-11-1959	Faleceu Villa-Lobos	Cultura/Sociedade	4
<i>O Jornal</i>	18-11-1959	Comércio entre Brasil e Japão em maior escala	Economia/Internacional	4
<i>Última Hora</i>	18-11-1959	Marítimos agitados: oficiais de náutica decretam greve	Administração/Política nacional	5
<i>Diário da Noite</i>	18-11-1959	Lott: não aceito parlamentarismo como candidato, ...	Política nacional	5
<i>Correio da Manhã</i>	18-11-1959	Mikoyan no Canadá a caminho do México	Política internacional	5
<i>O Jornal</i>	18-11-1959	Winston Churchill acometido ontem de súbita indisposição	Política internacional	5

Índice

A

- Acheson, Dean 117
- Acordo de Fernando de Noronha..... 125
- Acordo de Roboré ver Comissões Parla-
mentares de Inquérito
- Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.75-6,
88, 103, 117
- Adolfo, Álvaro..... 100
- Adonias Filho 24
- Alberto, Álvaro 129
- Albuquerque, José Pessoa Cavalcanti
de 69, 79
- Albuquerque, Medeiros de..... 148
- Aleixo, Pedro..... 50
- Alencar, Renato de..... 73
- Aliança Operário-Estudantil contra a Ca-
restia 128
- Alkmin, José Maria 50
- Almeida, Cândido Mendes de..... 147-8
- Almeida, Fernando Mendes de..... 147-8
- Almeida, Renato de 32, 42
- Almeida, Sebastião Pais de 153
- Alonso, Martins 149-50
- Alves, Hermano 152
- Alves, Landulfo..... 75, 102, 106
- Alves, Sandro Constâncio 145
- Alvim, Francisco 32
- Amazonas, João..... 66
- American Can International Inc. 133
- Americano, Jorge..... 65
- Américo, José 71, 89
- Andrade, Carlos Drummond de .. 24, 27,
29, 31, 50, 52, 55
- Andrade, Humberto Freire de..... 86
- Andrade, Joaquim Pessoa de..... 115
- Andrade, José Vilela de..... 134
- Andrade, Oswald..... 23, 31
- Anhembi (1950)..... 43
- Anjos, Cyro dos 24, 29, 31
- Aranha, Osvaldo..... 69, 71, 74, 99, 103
- Arbenz, Jacobo 105
- Archer, Renato..... 129
- Armas, Carlos Castillo..... 105

Asfora, Permínio	75
Assis, Machado de	27
Associação Brasileira de Agências de Propaganda	17
Ata de Roboré ver Comissões Parlamentares de Inquérito	
Atcherley, Harold Winter	131
Athayde, Tristão de ... 22, 28-9, 31, 34, 36-7, 46, 57, 65	
Ayala, Waldir	55
Azeredo, Ely	47
Azevedo, Fernando de	22-3, 52

B

Balceiro, Aliomar	65, 131
Bandeira, Manuel	24
Bandeira, Muniz	32
Barata, Mário	32
Barbosa, Júlio Caetano Horta. ... 62, 69, 72-4, 78-80, 87-8, 100, 104, 117	
Barbosa, Luís Hildebrando Horta. ... 70, 73, 115	
Barbosa, Mário Gomes	35, 46
Barbosa, Rui ... 22, 44, 84, 146-7	
Barreto, Adail	133
Barreto, João de Deus Mena	77
Barros, Ademar de	66, 112
Bastide, Roger	53
Bastos, Abguar	128
Bastos, Justino Alves	88
Bastos, Oliveira	55
Batista, Damistócles	128
Bello, José Maria	32, 39
Beltrão, Hélio	112
Benevides, Fernando Corrêa de Sá e. ... 73, 75	
Benevides, Salvador Corrêa de Sá e. 75-6, 84-5, 87	
Bento, Antônio	31
Bernardes, Artur ... 39, 62, 68-70, 73-4, 83, 86	
Bevilacqua, O.	57
Bianco, Henrique	54
Bittencourt, Edmundo	51
Bittencourt, José Alexínio	134-5
Bittencourt, Lúcio ... 102, 106, 109, 118	
Bloch, Marc	39
Boal, Augusto	23
Borba, Osório	68, 70-1, 91
Borges, Pompeu Acioly	14
Borghi, Hugo	66
Bottomore, T. B.	23
Braga, Costa	98-9
Braga, Odilon	68, 131
Braga, Rubem	27, 91
Braga, Valério	75-6, 87
Branco, Carlos Castello	152
Branco, Humberto de Alencar Castelo. . 83	
Brandão, Adelino	32, 42
Brandão, Théo	42
Brant, Celso	32
Braudel, Fernand	39
Brício Filho, Jânio Pombo	149
Brito, Chermont de	149-50
Brito, Manuel Francisco do Nascimento 151-3	
Brito, Mário de	64, 67, 75
Broca, Brito	29, 32, 39, 54
Bueno, J. Amador	32, 39
Bulhões, Octavio Gouvêa de ... 126, 133	
Buxbaum, Edgar	119

C

Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil)	134
<i>Cadernos do Nosso Tempo</i> (1953)	43-5
Café Filho, João	112, 119, 121-2, 128, 133

Caldas, Euclides	57	Cavalcanti, Kerginaldo	106
Campelo Jr., Neto	66	Cavalcanti Júnior, Francisco Boaventura	82
Campos, Augusto de	55	Cavalheiro, Edgard	54
Campos, Geir	31	CEDP <i>VER</i> Centro de Estudos e Defesa do Petróleo	
Campos, Haroldo de	55	Cedpen <i>VER</i> Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional	
Campos, Milton	50, 66	Celso, Afonso, conde	148
Campos, Paulo Mendes	23, 31	Ceme <i>VER</i> Comissão de Exportação de Ma- teriais Estratégicos	
Campos, Roberto	28, 124, 135-7	Centro de Estudos e Defesa do Petró- leo	68-71, 73, 114-6
Cândido, Antônio	26, 34, 53-4	Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional	68, 73, 114
Caó, Epitácio	130	Centro Latino-Americano de Ciências So- ciais	14
Caó, José	35, 49	Cepal (Comissão Econômica para a América Latina)	43, 124
Capanema, Gustavo	118	César, Nirceu da Cruz	35, 46
Cardim, Elmano	48	Cexim (Carteira de Exportação e Importa- ção do Banco do Brasil)	134
Cardoso, Ciro do Espírito Santo	107-8, 120	Chateaubriand, Assis	50, 96
Cardoso, Felicíssimo	71, 115	Civilização Brasileira	22
Cardoso, Leônidas	121, 131	Clementino, Francisco	48
Cardoso, Sílvio Túlio	57	Cleofas, João	92, 94, 112
Carnaúba, Artur	71, 86, 115	Clube Militar	62, 67, 69, 74, 77-80, 82-9, 91, 94, 96-9, 103, 117, 128, 138
Carneiro, Édison	42	CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)	13
Carneiro, Ernesto Pereira, conde	148-51	Coelho, Danton	94, 113
Carneiro, Lobo	74, 116	Coelho, Emerson Nunes	131
Carneiro, Pereira, condessa	151-2	Coelho, Saldanha	23, 31, 52, 55
Carpeaux, Otto Maria	22-4, 29, 31, 34, 51, 54	Comissão Econômica para a América Latina <i>VER</i> Cepal	
Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil <i>VER</i> Cacex		Comissão de Energia Atômica	130
Carteira de Exportação e Importação do <i>Banco do Brasil VER Cexim</i>		Comissão de Exportação de Materiais Es- tratégicos	130
Carvalho, Barros de	129, 133	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos	93, 121
Carvalho, Daniel de	110	Comissão Nacional de Folclore	41
Carvalho, Estevam Leitão de	69-70, 73, 86		
Carvalho, Último	136		
Castro, Amílcar de	152, 154		
Castro, Caiado de	112		
Castro, Gentil Fernando de	68, 75		
Castro, Josué de	32		
Castro, Moacir Werneck de	70		
Catanhede, Plínio	64, 75		
Cavalcante, Waldemar	24, 31		

Comissões Parlamentares de Inquérito	
Acordo de Roboré	134-6
Energia Atômica	129-30
Hanna	136-7
Instrução nº 113	133-4
Rede Ferroviária Federal	132
Shell e Esso	130-2
Companhia Vale do Rio Doce	136
Confederação Nacional da Indústria. . .	91, 110
Conferência de Chanceleres Americanos, IV.	84, 116-7
Conferência Interamericana de Caracas, X.	105
Congresso Nacional do Petróleo	
II Congresso	92
III Congresso	117
IV Congresso	118
Congresso Nacional dos Estudantes	
XI Congresso.	62
XX Congresso.	128
Conselho de Segurança Nacional	93
Conselho Nacional do Petróleo. . .	73, 90, 112, 131, 134, 136
Convenção Nacional do Petróleo, III VER Congresso Nacional do Petróleo	
Corbisier, Roland.	28, 44, 51-2
Corção, Gustavo	28, 31
Corrêa Filho, Virgílio	32, 39
Corrêa Neto, Alípio	91
<i>Correio Braziliense</i>	160
<i>Correio da Manhã</i> (1901-74).	16, 19-20, 22, 31-2, 35, 47, 51-2, 84, 96, 162-3, 171, 184-7
Literatura e Arte (suplemento dominical)	51
Cortesão, Jaime.	32
Costa, Canróbert Pereira da.	69, 85, 101, 104
Costa, Dante.	90
Costa, Hipólito José da.	160

Costa, Lúcio	14
Costa, Olívio Olavo de Ol'val	56
Costa, Osvaldo . . .	114, 123, 125-7, 130
Costa, Zenóbio da	102, 108, 120
Costa Filho, Odilo	152-3
Costallat, Benjamim	148
Coutinho, Afrânio.	22, 31, 34, 36
Coutinho, Lourival	64
Cruz, Salviano	84
Cruzada Democrática.	74, 85-8, 94, 97-8, 120, 126
CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)	
65, 72, 77	
Cunha, Euclides da	27
Cunha, Fausto.	49
Cunha, Jorge da	115
Cuvillier, Armand	23

D

Damy, Marcelo	129
Dantas, Manuel Pinto de Souza	146
Dantas, Orlando Ribeiro	16, 49
Dantas, Orlando Vieira	90
Dantas, Raimundo de Souza	32
Dantas, Rodolfo de Souza	144-6
Dantas, San Thiago.	35, 44-5, 48
<i>Diário Carioca</i> (1928-65).	15-6, 19-23, 31-2, 35, 47, 54-5, 144, 152, 155
Suplemento Dominical.	54
<i>Diário da Noite</i> ...	87, 162-3, 170, 184-7
<i>Diário de Notícias</i> (1930-74). . .	16, 19-21, 24, 30-2, 34-5, 42, 46-7, 49-50
Diários Associados	50, 171
Diegues Júnior, Manuel	22, 32, 42
Difusão Européia do Livro	22
<i>Digesto Econômico</i>	84
Dines, Alberto.	15, 154
Dion, Roger.	52

Dória, Gustavo	57
Dulles, Foster	105-6
Dutra, Eurico Gaspar	48, 65, 68, 72, 78-9, 82, 91, 116

E

Editora Agir	22
Editora do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura	22
Editora Globo	22
Editora Independência	90
Editora José Olympio	22, 25
Editora Nacional	22
Editora Melhoramentos	22
Editora Pongetti	22
Editora Saraiva	22
Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) 108	
<i>Emancipação</i> (1949-57)	63, 68, 70, 114-23
Empresa Folha da Manhã S.A.	56
Empresa Jornalística Brasileira S.A.	57
Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União	48
Eneida	31
Escola dos <i>Annales</i>	39-40
Escola Casper Líbero	16-7
Escorel, Lauro	54
ESG (Escola Superior de Guerra)	13, 101, 107
Espínola, Aristides	145
Esquerda Democrática	65, 89
<i>Estado de Minas, O</i> (1928)	19, 23, 30-2, 35, 46-7, 50
<i>Estado de S. Paulo, O</i> (1875)	19-20, 23, 30-2, 35, 37, 47, 52-3, 100, 109, 163, 176-7
Estatuto do Petróleo	68, 82-3, 116
Etchegoyen, Alcides Gonçalves	74, 85, 88, 104

F

Fábrica Nacional de Motores <i>VER</i> FNM	
Farias, Cordeiro de	75, 80, 85, 94, 112
Faustino, Mário	55
Feio, Renato	132
Fernandes, Florestan	14, 23, 30, 53
Fernandes, Raul	82, 129
Fernandez, Oscar Lorenzo	43
Ferreira, Souza	145
Figueiredo, conde de	146
Figueiredo, Lima	117
Figueiredo, Pope de	131
Figueiredo, Wilson	152
Flcury, Tito	76
FNM (Fábrica Nacional de Motores)	65
<i>Folha da Manhã</i> (1925)	16, 19, 25, 31-2, 35, 47, 56, 96
<i>Folhinha da Manhã</i>	56
<i>Folha da Noite</i> (1921)	19, 56
<i>Folha da Tarde</i> (1924)	19, 56
<i>Folha de S. Paulo</i> (1960)	163, 177
<i>Folha do Povo</i>	70
Fonseca, Deodoro da	145
Fonseca, José Paulo Moreira da	23, 31, 52
Fonseca, Vinícius	35
Fontes, Lourival	109
Fontoura, João Neves da	75, 84, 88, 92-4, 100, 109, 117, 129-30
Fortes, Bias	66
Francis, Paulo	32, 55
Franco, Afonso Arinos de Melo	24
Freire, Aníbal	148-50, 152
Freire, Benedito Silva	128
Freire, Gilberto	30, 32
Freitas, Jânio de	152-3
Freitas, Tácito Lívio de	85
Furtado, Celso	124

G

Garcez, Lucas Nogueira	100, 106
<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> (1808)	160

Gentil, Adolfo.....	131
Gerson, Brasil.....	32
<i>Globo, O</i> (1925).....	16, 19, 31-2, 35, 47, 57, 163, 177
Góis, Ismar de.....	102, 118
Gomes, Eduardo.....	45, 65, 71-2, 85, 94, 116
Gomes, Eugênio.....	31
Gomes, P. E. Sales.....	53
Goodchich, Francis.....	46
Goulart, João.....	88, 102, 106-8, 110, 122, 125, 137
Grossmann, Judith.....	32
Grünwald, José Lino.....	46-7, 55
Grupo Itatiaia.....	45
Guarnieri, Gianfrancesco.....	46
Gudin, Eugênio.....	28, 112, 133
Guillobel, Renato.....	94
Gullar, Ferreira.....	23-4, 31, 47, 52, 55, 152
Gusmão, Roberto.....	62, 68

H

Hackett, Albert.....	46
Heliodora, Bárbara.....	32, 46
Holanda, Aurélio Buarque de.....	24, 32
Holanda, Sérgio Buarque de.....	30, 32
Homem, Homero.....	31
Houaiss, Antônio.....	31

I

Ibep (Instituto Brasileiro de Economia, So- ciologia e Política).....	45
Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.....	38
Instituto Internacional da Hiléia Amazô- nica.....	86, 116
Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasi- leiros).....	13, 17-8, 28, 30, 43-4, 128
Itararé, barão de.....	56
Ivo, Ledo.....	26-7, 29, 31, 36, 55

J

Jaccourd, d'Alembert.....	128
Jaguaripe, Hélio.....	28, 30, 35, 43, 45
Jardim, Reinaldo.....	55, 151
Jean, Yvonne.....	32
Jobim, Danton.....	15
Jobim, Walter.....	66, 71
Joffily, José.....	131, 133
Johnson, Herschell.....	75
Johnson, Maurice Williams.....	131
<i>Jornal, O</i> (1919-74).....	16, 19-20, 31-2, 35, 37, 47, 50, 162-3, 171, 184-7
Revista (suplemento).....	50
<i>Jornal de Debates</i> (1946-54).....	63-77, 114, 138
<i>Jornal do Brasil</i> (1891).....	15-6, 19-21, 23, 30-2, 35, 46-7, 55, 141-55, 163, 177
Reforma do.....	151-4
Suplemento Dominical (SDJB).....	33, 46, 55, 151
<i>Jornal do Commercio</i> (1827).....	18-9, 22, 31-2, 35, 39, 43-4, 47-8
5ª Página.....	18, 43-5
<i>Jornal dos Novos</i> ver <i>Manhã, A</i> , <i>Jornal dos</i> <i>Novos</i>	

K

Kelly, José Eduardo Prado.....	68
Klabin, Israel.....	35
Kruel, Amauri.....	88
Kubitschek, Juscelino.....	47-8, 67, 88, 114, 121-5, 128-9, 133, 153

L

Lacerda, Carlos.....	101, 111-3
Lacerda, Hílio de.....	75

Lact, Carlos de.....	148
Lafer, Horácio.....	92, 94, 96, 99
Leal, Estillac.....	74, 80, 84-5, 87-8, 91-100, 103-4, 108, 110, 117, 119-20, 125
Leão, Múcio.....	148
Lebret, Louis Joseph.....	45-6
Leite, Ascendino.....	49
Leite Filho, Barreto.....	24
Lemos, Carlos.....	152-3
Lemos, Newton.....	88
Lessa, Elsie.....	31, 57
Levi, Artur.....	122
Liga de Emancipação Nacional.....	114, 117, 119, 123
Light.....	66, 72, 82-3, 93, 128
Lima, Alceu Amoroso <i>VER</i> Athayde, Tris- tão de	
Lima, Henrique.....	86
Lima, Hermes.....	62, 64, 68
Lima, Ildeu.....	90
Lima, Jorge de.....	24, 46
Lima, Moziul Moreira.....	88
Lima, Negrão de.....	50
Lima, Raul.....	24, 36, 49
Lima Júnior, Augusto.....	32
Lima Sobrinho, Barbosa.....	66, 148
Linhares, Temístocles.....	32, 36
Lins, Álvaro.....	27, 31
Lira, Marisa.....	32, 42
Literatura e Arte <i>VER</i> <i>Correio da Manhã</i> , Li- teratura e Arte	
Livraria Martins.....	22
Lobo, Gusmão.....	145
Lobo, Luís.....	152
Lodi, Euvaldo.....	75, 91, 101-2, 110
Lopes, José Leite.....	129
Lopes, Lucas.....	121, 153
Lopes, Renato de Toledo.....	50
Lott, Henrique Teixeira.....	88, 121-2, 125-6

M

Macedo, Manuel Buarque de.....	146
Machado, Aníbal.....	25
Machado, Cristiano.....	49, 116
Machado Filho, Aires da Mata.....	31
Machado Neto, Brasília.....	133
Magalhães, Agamenon.....	62
Magalhães, J. B.....	35
Magalhães, Juraci.....	73
Magalhães, Sérgio.....	131
Magalhães Júnior, Raimundo.....	31
Mangabeira, Francisco.....	76, 89-90, 95, 97-8, 100-1, 103, 106, 108, 111, 113, 125
Mangabeira, João.....	68, 89, 92
Mangabeira, Otávio.....	66
<i>Manhã</i> , A (1941-53).....	19, 30-2, 35, 39, 42, 45, 47-50
Jornal dos Novos (suplemento men- sal).....	49
Vida Política (suplemento dominical).....	49
Mariani, Clemente.....	126
Marinho, família.....	57
Marinho, Irineu.....	57
Maritain, Jacques.....	46
Maron, Aziz.....	109
Martins, Wilson.....	23, 32, 54
Mascarenhas, Anderson Oscar.....	131
Matos, Marcos.....	32
MEC — Centro Brasileiro de Pesquisas Edu- cacionais.....	14
Meireles, Cecília.....	24, 29, 31, 52, 55
Melo, Custódio de.....	147
Melo, Joaquim Lúcio de Albuquerque.....	146
Melo, Magalhães.....	107
Melo, Nelson de.....	74, 85, 88, 104
Melo, Sêrvulo de.....	31
Melo, Vieira de.....	68
Mello, Arnon de.....	24
Mello, Thiago de.....	52
Mello Neto, João Cabral de.....	54

Mendes e Cia.	147
Mendes, Murilo	29, 55
Mendonça, Eduardo Prado de	51
Meneghetti, Ildo	112
Menezes, Raimundo	52
Mesquita, família	52, 54, 100
Mesquita, Júlio César Ferreira de	52
Mesquita Filho, Júlio de	52
Mesquita Neto, Júlio de	53
Meyer, Augusto	24, 31
Milliet, Sérgio	31
Miraglia, José	131
Miranda, Henrique	116
Mont'alegre, Omer	65
Monteiro, Adolfo Casais	32
Monteiro, Euler Bentes	82
Monteiro, Mozart	32
Monteiro, Pedro Aurélio de Góis	69, 78-9, 88, 95
Monteiro, Rodrigues	82, 115
Monteiro, Tobias do Rego	146
Morais Filho, Alfredo de	115
Morais Neto, Prudente de	24
Moreira, Frota	129, 131
Moreira, Neiva	134
Mota, Artur	37
Mota Filho, Cândido	128
Muniz, Edmundo	35
Muniz, Heitor	48
Murat, Luís	148

N

Nabuco, Joaquim	27, 39, 144-6
Nava, Pedro	24
Neves, Lúcio	152
Neves, Tancredo	137
Niemeyer, Oscar	14, 124
Nogueira, Hamilton	65
Noite. A	83

Novais, Itagiba	87
Nunes, Benedito	32, 47
Nunes, Janari	122, 135

O

Obino, Salvador César	62, 79-80
Olinto, Antônio	31, 57
Oliveira, Américo Barbosa de	65
Oliveira, Franklin de	22, 32
Oliveira, José Batista de	128
Oliveira, José Carlos de	55, 152
Oliveira, Rafael Corrêa de	68, 70-3, 131
Olympio, José	25
Osório, Oromar	88

P

Pacheco, Armando	71
Pacto do ABC	109
Paixão, Moacir	84
Parente, Marcos	129
Pasquallini, Alberto	66, 107, 112
Passos, Gabriel	129, 131, 135-6
Passos, Wilson Leite	71
Paula, Descartes Garcia de	84
Paulistano, Luís	144
Pedreira Filho, João	90
Pedrosa, Mário	24, 30, 32, 47
Pedroso, José	132
Peixoto, Ernani do Amaral	109
Peixoto, Floriano	61, 146-7
Peláez, Manuel Barrau	135
Pelágio, Hildebrando	71, 115
Pelegrino, Hélio	24
Pereira, Lúcia Miguel	29, 31
Pereira, Osny Duarte	118
Perón, Juan Domingo	109-10

Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.) . . . 68, 74,
86, 99, 106, 117-8, 122, 134-5, 153
Picchia, Menotti del 48
Pignatari, Décio 55
Pilla, Raul 65
Pimenta, Matos 64-75
Pimentel, Petronilha 70
Pimentel, Sancho de Barros 146
Pinto, Antônio de Souza 145
Pinto, Bilac 74, 102, 117
Pinto, Carvalho 137
Pinto, Luís Costa 14
Pinto, Mário da Silva 129
Pirandello, Luigi 46
Piza, Wladimir Toledo 106, 112
Plano Nacional de Eletrificação 108
Popular, O (1951). 63, 76, 89-113,
124-5, 138
Portinari, Cândido 66
Prado, Décio de Almeida 53, 66
Prestes, Luís Carlos 66, 97
Província de São Paulo 52

Q

Quadros, Jânio . . . 76, 105, 112, 125-6, 137
Queiroz, Dinah Silveira de . . . 29, 31, 45, 49
Queiroz, Maria Izaura Pereira de . . . 23, 53
Queiroz, Rachel de . . . 24-5, 31, 37, 75
5ª Página *ver* *Jornal do Commercio*, 5ª Página

R

Ramos, Graciliano 24, 27
Ramos, Alberto Guerreiro . . . 28, 30, 35, 47
Ramos, José Nabantino 56
Ramos, Mário de Andrade 66
Rao, Vicente 100, 109
Rego, Alceu Marinho 39
Rego, José Lins do 24, 31, 55, 57

Reis, José 32, 56-7
Resende, Otto Lara 24, 27
Reunião Consultiva dos Chanceleres Ame-
ricanos, IV. 117
Revista (suplemento) *ver* *Jornal, O*, Revista
(suplemento)
Revista Brasileira de Estudos Políticos (1956)
43
Revista Brasiliense (1955) 43
Revista de Educação e Ciências Sociais
(1956) 43
Revista do Clube Militar (1926). 63,
77-89, 93-4, 97-8
Ribas Júnior, Emílio 80
Ribeiro, Darcy 14
Ribeiro, Léo Gilson 46
Ricardo, Cassiano 48
Rio, José Pires do 150-2
Roberts, David K. 131
Rocha, Euzébio . . . 62, 68, 75, 115, 117, 120
Rocha, Glauber 32, 46
Rodrigues, Alcindo Noleto 73
Rodrigues, José Honório 38-9
Rodrigues, Nelson 27, 46
Rollemberg, Antônio 67
Ronai, Paulo 31
Rosas, Francisco 117
Rozenfeld, Anatol 54

S

Sabino, Fernando 24
Sales, Dagoberto 129-31, 133-4
Sales, Heráclio 19-20, 36
Sales, Walter Moreira 101
Sampaio, Raimundo . . . 68-70, 73, 82-3,
86-7, 115-6
Sarmiento, Armando de Moraes 131
Scaffa, Ademar 88
Schaden, Egon 53-4
Schlemmer, Oskar 46

Schmidt, Augusto Frederico... 37, 99, 129
 Sciacca, Miguel Frederico... 23
 SDJB ver *Jornal do Brasil*, Suplemento Domínical
Semanário, O (1956-64)... 30, 63, 67, 114, 128-9
 Serpa Filho, Jorge... 35, 43
 Siderúrgica de Volta Redonda ver CSN
 Silva, Edmundo Barbosa da... 130
 Silva, Golbery do Couto e... 107
 Silva, Jair... 35, 46
 Silva, Valentim Benício da... 79
 Silveira, Cid... 35
 Silveira, Joel... 91, 123
 Silveira, Paulo... 52
 Silveira, Peixoto da... 47
 Silveira, Pelópidas... 66
 Simonsen, Roberto... 66
 Soares, Edmundo de Macedo... 77
 Soares, José Carlos de Macedo... 135-6
 Soares, José Eduardo de Macedo... 54
 Soares, Teixeira... 32
 Sodré, Hélio... 32, 39
 Souza, Antônio Cândido de Melo e ver Cândido, Antônio
 Souza, Cláudio Melo e... 46
 Souza, Coelho de... 131
 Souza, Colombo de... 129
 Souza, Gilda Melo e... 53
 Souza, Pompeu de... 15, 144
 Souza, Octavio Tarquínio de... 30, 32
 Standard Oil... 71-2, 74, 97, 110, 112
 Suassuna, Ariano... 46
 Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito)... 126, 133
 Suzano, Pedro Paulo de Araújo... 88

T

Tamm, Paulo... 32

Taunay, Affonso de E... 32, 39
 Távora, Juarez... 62-3, 67, 78-80, 85-6, 94, 104, 129
 Teatro de Arena de São Paulo... 46
 Teatro Oficina... 46
 Teatro Paulista do Estudante... 46
 Teixeira, Anísio... 14
 Teixeira, Maria de Lourdes... 32
 Teixeira, Novais... 52
 Teles, Lúcia Fagundes... 55
 Tibiriçá, Alice... 115
 Tinoco, Brígido... 107
 Tocantins, Leandro... 32, 42
 Toricello, Guilherme... 105
 Torres, Alberto... 133
 Tosta Filho, Inácio... 134
 Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar)... 82
 Trevisan, Dalton... 31
Tribuna da Imprensa (1949)... 15, 111, 113, 152, 155

U

Última Hora (1951)... 15, 101-2, 110, 113, 138, 143-4, 155, 162-3, 170, 179, 184-7
 UME ver União Metropolitana dos Estudantes
 UNE ver União Nacional dos Estudantes
 Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)... 41
 União Metropolitana dos Estudantes... 128
 União Nacional dos Estudantes... 62, 68, 78, 128
 United Fruit... 105
 United States Steel... 73, 118
 Universidade do Brasil... 36
 Faculdade de Letras... 36

USP (Universidade de São Paulo). . . 23, 30,
33, 53, 65,
Departamento de Ciências Sociais. . . 14

V

Vargas, Getúlio. 45, 48, 65-6,
71-5, 78, 80, 83-6, 89, 91-8, 100-4,
106, 108-9, 111-3, 115-20, 149
Vargas, Lutero 110, 130-1
Vasconcelos, José Meira de 77
Vaz, Rubens, major. 111
Velasco, Calmar de Paula. 90
Velasco, Cleone de Paula. 90
Velasco, José Domingos. 68, 71,
76, 89-91, 95, 97, 100-3, 106, 108,
111-3, 115, 125
Velo, Cleto Seabra. 73
Veríssimo, Érico. 21, 31

Viana, João de Segadas. 88, 99, 128
Victor, Léo. 46
Vida Política ver *Manhã, A*, Vida Política
Vieira, José Geraldo. 31
Villeneuve, Henrique de. 145-6
Vivacqua, Atilio. 76

W

Wagley, Charles. 23
Wainer, Samuel. 15, 27, 72, 101
Wandenkolk, almirante. 147
Werneck, Nilo da Silveira. 122

Y

Yount, Dee Andes. 131

A IMPRENSA *e m* TRANSIÇÃO

"Através destes quatro ensaios históricos é possível compreender um pouco das transformações, mudanças de linguagem, modificações gráficas e, principalmente, os caminhos editoriais da imprensa brasileira.

Este livro amplia o espaço dos estudos descritivos sobre a imprensa brasileira e cria as bases indispensáveis para caminhadas mais longas."

Maurício Dias

ISBN 85-225-0199-9



9 788522 501991



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
EDITORA

